



ACP OBSERVATORY ON MIGRATION
OBSERVATOIRE ACP SUR LES MIGRATIONS
OBSERVATÓRIO ACP DAS MIGRAÇÕES

UM PAÍS EM MOVIMENTO:

Perfil das migrações internas em Timor-Leste

Aurélio Guterres, UNTL/Timor-Leste (coordenador)

Benjamim Corte Real, UNTL/Timor-Leste (investigador e relator)

Teresa Coelho (investigadora e relatora)

Fernando de Sousa Jr. (investigador e relator)

Rui Marques (investigador)

Pedro Góis, CES/Univ. Coimbra & Univ. Porto (investigador e relator)

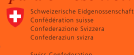


Timor Auitauro, 2009 - © Sara Moreira, used under CC BY-NC-SA 2.0 with cropped image



*Uma iniciativa do Secretariado ACP,
financiada pela União Europeia,*

*implementada pela OIM e com o apoio financeiro da Suíça, da OIM,
do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e do UNFPA*



Relatório de investigação

ACPOBS/2014/PUB04

2014

Observatório ACP das Migrações

O Observatório ACP das Migrações é uma iniciativa do Secretariado do Grupo dos Estados da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), financiada pela União Europeia, implementada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) num consórcio com 15 parceiros e com o apoio financeiro da Suíça, da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e do UNFPA. Fundado em 2010, o Observatório ACP é uma instituição concebida para produzir dados relativos à migração Sul-Sul no Grupo dos Estados ACP para migrantes, para a sociedade civil e para os decisores políticos, bem como para aperfeiçoar as capacidades de investigação nos países ACP para a melhoria da situação dos migrantes e o fortalecimento da relação migração-desenvolvimento.

O Observatório foi fundado para facilitar a criação de uma rede de instituições de investigação e de especialistas na investigação da migração. As actividades estão a iniciar-se em 12 países piloto e serão progressivamente alargadas a outros países ACP interessados. Os 12 países piloto são: Angola, Camarões, Haiti, Quênia, Lesoto, Nigéria, Papua-Nova Guiné, a República Democrática do Congo, a República Unida da Tanzânia, Senegal, Timor-Leste, e Trindade e Tobago.

O Observatório deu início a actividades de investigação e de criação de capacidades relativamente à migração Sul-Sul e ao desenvolvimento. Através destas actividades, o Observatório ACP pretende abordar muitas questões que assumem uma importância cada vez maior para o Grupo ACP no âmbito da relação migração-desenvolvimento. É possível aceder e transferir gratuitamente documentos e outros dados de investigação, bem como manuais de desenvolvimento de capacidades através da página web do Observatório (www.acpmigration-obs.org). Outras publicações e informações futuras sobre as actividades do Observatório serão publicadas on-line.

© 2014 Organização Internacional para as Migrações (OIM)

© 2014 Observatório ACP das Migrações

O estudo é da responsabilidade de Aurélio Guterres, UNTL/Timor-Leste (coordenador), Benjamim Corte Real, UNTL/Timor-Leste (investigador e relator), Teresa Coelho (investigadora e relatora), Fernando de Sousa Jr. (investigador e relator), Rui Marques (investigador) e Pedro Góis, CES/Univ. Coimbra & Univ. Porto (investigador e relator). Esta publicação foi produzida com a assistência financeira da União Europeia. O conteúdo desta publicação é da inteira responsabilidade dos autores e não pode em caso algum ser considerado como reflectindo a posição do Secretariado do Grupo dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), da União Europeia, da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e dos outros membros do consórcio do Observatório ACP das Migrações, da Confederação Suíça ou do UNFPA.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser extraída, reproduzida, traduzida ou utilizada em qualquer formato ou em qualquer meio, eletrónico, mecânico, incluindo fotocópia e gravação ou qualquer outro meio, sem o prévio consentimento por escrito do editor.

Layout realizado por Pablo Escribano Miralles, Observatório ACP das Migrações.



ACP OBSERVATORY ON MIGRATION
OBSERVATOIRE ACP SUR LES MIGRATIONS
OBSERVATÓRIO ACP DAS MIGRAÇÕES

UM PAÍS EM MOVIMENTO:

Perfil das migrações internas em Timor-Leste

Aurélio Guterres, UNTL/Timor-Leste (coordenador)

Benjamim Corte Real, UNTL/Timor-Leste (investigador e relator)

Teresa Coelho (investigadora e relatora)

Fernando de Sousa Jr. (investigador e relator)

Rui Marques (investigador)

Pedro Góis, CES/Univ. Coimbra & Univ. Porto (investigador e relator)

Prefácio

Este estudo destina-se a contribuir para a melhoria da estrutura programática e de políticas relativamente à migração interna em Timor-Leste, analisando o impacto da mobilidade interna sobre o desenvolvimento humano no país, com um foco especial sobre o planeamento urbanístico. Destacando que a dinâmica de migração interna cria oportunidades reais para o desenvolvimento, este estudo considera os impactos económicos, sociais e culturais, bem como a sua importância vital em termos de elaboração de políticas nacionais e planeamento.

Gostaria de agradecer ao Observatório ACP das Migrações e à Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, que conduziram a investigação, bem como aos coordenadores do estudo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (Portugal) pela importância dada ao tema, com base nas necessidades identificadas pela Comité Consultivo Nacional (National Consultative Committee) de Timor-Leste.

Tendo em conta a falta de dados e estudos relativos à migração interna em Timor-Leste, este estudo visa dar o contributo necessário para a compreensão do tema e ser alvo de interesse por parte dos intervenientes nacionais relevantes.



Luis da C. Pereira

Presidente do Comité Consultivo Nacional (CCN)

Chefe da Secção Documentos e Vistos

Serviço da Migração de Timor-Leste

Nota dos autores

O projeto de investigação relativo ao *“Impacto da Migração Interna sobre o Desenvolvimento Humano para além das remessas em Timor-Leste”* desenvolvido pelos autores, nos termos definidos em contrato celebrado entre a OIM e a UNTL (enquanto líder do consórcio informal constituído para este fim), contou com o apoio/colaboração de uma equipa de estudantes e investigadores da UNTL (lista em anexo 1 e 2).

Os autores agradecem aos estudantes e investigadores da UNTL envolvidos neste projeto, assim como aos serviços da UNTL que permitiram o desenvolvimento logístico e protocolar essencial para alcançar os objetivos propostos. Os autores agradecem ainda a todos os outros que, em Timor-Leste, deram à equipa um apoio fundamental no terreno, tornando possível a conclusão deste projeto. Em particular, destacamos o apoio da Rosalina Dias, da Ermegina Alves (Gina), do Filomeno Dias e do Isidoro Viana da Costa.

Índice

Índice de acrónimos	ix
Índice de quadros e gráficos	xi
Sumário executivo	xiii
Executive summary	xvii
Résumé executif	xxi
1. Introdução.....	1
2. Metodologia.....	3
3. Ligando migrações internas e desenvolvimento humano: Da teoria a Timor-Leste.....	5
3.1 Migrações : motivos e consequências.....	5
3.2 Ligando migrações e desenvolvimento humano: dos conceitos à análise	8
4. Migrações internas e desenvolvimento humano: Timor-Leste.....	11
4.1 Período de colonização portuguesa (1900–1975).....	11
4.2 Período de ocupação indonésia (1975–1999).....	14
4.3 Período pós-Referendo (1999–2006).....	18
4.4 A Crise de 2006 e as suas consequências nas migrações internas.....	22
5. Migrações internas e desenvolvimento: o que sabemos.....	25
5.1 Situação atual.....	25
5.2 Uma análise estatística dos Censos timorenses pós independência...29	
5.3 Resultados de um inquérito prospetivo de 2013	34
5.4 Análise da perceção dos Sucos de Díli com base no inquérito aplicado em 2013.....	40
5.5 Uma tipologia das migrações internas em Timor-Leste	43
6. Conclusões e recomendações	49
7. Bibliografia	55
8. Anexos	63

Índice de acrónimos

ACP	Grupo de Estados de África, Caraíbas e Pacífico
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ONG	Organização Não Governamental
UNTL	Universidade Nacional Timor Lorosa'e

Índice de quadros e gráficos

Figuras

- Figura 1: Migração líquida por Distritos
- Figura 2: Migração líquida para Díl
- Figura 3: Razões da primeira migração
- Figura 4: Razões da última migração
- Figura 5: Melhoria das condições de vida (percepção individual)

Gráficos

- Tabela 1: Distribuição da população (residência), com dois anos ou mais, em 2004 e 2010 de acordo com os Censos (em %)
- Tabela 2: In-migration, out-migration e migração líquida da população com cinco ou mais anos de idade em 2010
- Tabela 3: Processos migratórios internos, por Distrito: Distrito de nascimento versus Distrito de residência atual
- Tabela 4: Tentativa de faseamento das migrações internas em Timor-Leste de acordo com a tipologia
- Tabela 5: Local de nascimento versus local de residência por distrito
- Tabela 6: Distrito de residência atual versus anterior Distrito de residência (migração recente)
- Tabela 7: Imigrantes internacionais por Distrito

Sumário executivo

Este estudo procede a uma análise do impacto da migração interna no desenvolvimento humano em Timor-Leste e, de acordo com os objetivos iniciais, fornece: i) uma tipologia das migrações internas em Timor-Leste; ii) um mapeamento com padrões de migrações internas no país, caracterizando de forma breve os fatores (económicos e não económicos) que motivam os movimentos migratórios; iii) a síntese dos impactos dos fluxos migratórios, quer nas regiões de origem, quer nas de destino, a diferentes níveis do desenvolvimento humano; iv) um conjunto de recomendações, visando a definição de políticas estratégicas sobre migrações internas.

Em termos de abordagem cruzam-se as teorias das migrações com as teorias do desenvolvimento, apresentando um estado da arte concetual. Aborda-se a recente história de Timor-Leste como premissa explicativa demonstrando a existência de diferentes fases nas migrações internas contemporâneas, a saber: a) até 1975; b) 1975–1999; c) 1999–2006; d) pós 2006. A apresentação de um faseamento de distintas formas de migrações internas permite construir uma tipologia que apresenta a natureza complexa deste fenómeno e identifica recomendações para a definição de políticas públicas diferenciadas.

Admite-se que, em Timor-Leste, e para além dos aspetos puramente económicos, associados à expectativa de aumento dos rendimentos (pelo emprego no mercado de trabalho, mesmo que informal), as migrações encontram também explicação noutros fatores – como as oportunidades de educação e o acesso a serviços sociais essenciais, causas forçadas (como as migrações pós-conflito) ou induzidas como as migrações derivadas do barlaque¹ ou de casamentos – e são incentivadas pelas redes sociais alargadas e pelo apoio da Igreja e do Estado². Conclui-se que a decisão de migrar nem sempre é tomada livre e racionalmente pelo indivíduo (a nível micro), ou mesmo pelo agregado familiar, sendo essa decisão muitas vezes indissociável do contexto do grupo social ou da comunidade a que o indivíduo pertence. Este aspeto não deve ser negligenciado na análise dos fluxos migratórios em Timor-Leste.

A tipologia enunciada pode ser sintetizada nos seguintes tipos: 1) Um primeiro tipo de migração interna é o que decorre de uma migração laboral

1 O Barlaque (ou *Barlake*, em tétum) é uma tradição timorense que consiste na entrega de um dote (em bens ou dinheiro) prévio ao matrimónio. O Barlake é pago pela família do noivo à família da mulher e, nesta negociação, por norma os noivos não intervêm.

2 Por exemplo, o Estado timorense promove (ou induz) migrações internas através de políticas de centralização que induzem os estudantes a migrar para Díli.

subordinada ou de uma migração laboral independente; 2) Um segundo tipo de migração tem uma correlação direta com o género dos migrantes. Dito de outro modo, trata-se de um tipo de migração interna ou inter-regional (de distância variável) ligada ao género (por consequência do casamento); 3) Um terceiro tipo é o dos migrantes por via do *reagrupamento familiar* que resulta de migrações de membros da família que se seguem à migração prévia de um familiar (normalmente o homem). Estão incluídos neste tipo os filhos e outros membros da família nuclear mas também membros de família mais alargada (sogros, primos, cunhados, sobrinhos, etc.); 4) Um quarto tipo, ligado ao desenvolvimento recente de Timor-Leste, é o da migração interna de estudantes e a sua deslocação para os principais centros educativos do país; 5) Um quinto tipo distinto resulta de fluxos migratórios temporários do passado e constitui um fluxo de *ex-migrantes/ex-refugiados internos*. Em diferentes vagas no passado provocaram um conjunto de fluxos migratórios que a estatística e a história de Timor-Leste permitem revelar.

No que concerne a recomendações os autores propõem, entre outras, as seguintes:

1. A importância de ser criado um sistema integrado de observação, rastreio e informação das migrações internas e internacionais dos timorenses parece emergir como a primeira das recomendações. Importa criar dispositivos de informação relativa aos migrantes, tanto na origem como no destino, relativo aos processos de migração, a programas destinados aos migrantes ou às dificuldades sentidas no processo migratório. Sem um observatório das migrações não é possível antecipar soluções para potenciais conflitos ou dificuldades. Mapear a evolução das migrações deve ser considerada uma das prioridades políticas na demografia timorense;
2. Outra recomendação deve ser feita a nível da necessidade de criação de estruturas de investigação e formação de estudantes e quadros técnicos. A interligação de conhecimento já realizado com a capacitação de técnicos e decisores políticos mais capazes e informados deve ser uma prioridade no desenvolvimento de Timor-Leste. Este projeto afigura-se como um bom projeto-piloto na aferição das capacidades potenciais já existentes em Timor-Leste e que necessitam agora de ser sustentadas num processo de médio prazo. A criação de estruturas de desenvolvimento de uma infra-estrutura de investigação e de investigação e desenvolvimento poderá ser feita em articulação com instituições internacionais;
3. Recomenda-se a implementação de uma estratégia de desenvolvimento de projetos de formação - tanto nas regiões de destino como de origem

dos migrantes – de forma a promover a capacitação dos imigrantes na sua autonomização e possibilidade de desenvolvimento de projetos próprios e/ou maior possibilidade de inserção profissional. O público alvo deve ser amplo mas a capacitação dos jovens deve ser uma prioridade.

4. A criação de uma entidade que permita, numa primeira fase, um mapeamento das estruturas existentes e, numa segunda fase, a construção de mecanismos de planificação de sinergias e de redução da duplicação de custos associados a estas populações deve constituir uma prioridade das políticas públicas. A recomendação que aqui fazemos vai no sentido de agregar Estado, poder local e sociedade civil (e.g. organizações não governamentais ou Igreja Católica) no sentido de promover um desenvolvimento baseado em redes eficazes capazes de empoderar aqueles que mais eficazmente possam concretizar projetos ao nível local.
5. A implementação de programas de desenvolvimento regional integrados (saúde, educação, habitação, desenvolvimento ambiental, etc.), numa lógica de promoção da fixação de populações nos seus territórios de origem, deve ser prosseguida como estratégia nacional. A criação de programas integrados de desenvolvimento plurianuais, com objetivos que possam ser medidos com rigor, permitirá responder aos desequilíbrios regionais e atenuar a tendência de atratividade que Díli gera sobre todo o território nacional, atenuando o atual desequilíbrio na coesão social e territorial.

Executive summary

This study analyses the impact of internal migration on human development in East Timor and, in accordance with the initial objectives, provides: i) a typology of internal migration in Timor-Leste; ii) a map of internal migration patterns in the country, briefly characterising the factors (economic and non-economic) that motivate migratory movements; iii) a summary of the impact of migratory flows whether on the regions of origin or on the regions of destination, at various levels of human development; iv) a collection of recommendations, with the aim of defining strategic policies in respect of internal migration.

In terms of methodology, theories of migration intersect with theories of development, presenting a conceptual state of the art. Timor-Leste's recent history is approached as an explanatory basis demonstrating the existence of different phases in recent internal migration, namely: a) up until 1975; b) 1975–1999; c) 1999–2006; d) after 2006. Presenting phases of different types of internal migration enables the development of a typology that shows the complex nature of this phenomenon and identifies recommendations for the definition of differentiated public policies.

It is recognised that, in Timor Leste, and apart from purely economic aspects associated with the expected growth in productivity (due to employment within the labour market, even though informal), migration is also explained by other factors – such as education opportunities and access to essential social services, forced migration (such as post-conflict migration) or induced migration such as migration due to barlaque or marriage – and is encouraged by extended social networks and by support from the Church and from the State. It is clear that the decision to migrate is not always taken freely and rationally by the individual (at a micro level), or even by the household, as this decision is often inextricably linked to the context of the social group or community to which the individual belongs. This aspect must not be ignored when analysing migratory flows in Timor-Leste.

The typology referred to can be summarised as the following types: 1) A first type of internal migration is that resulting from subordinate labour migration or independent labour migration; 2) A second type of migration is directly correlated to the gender of the migrants. In other words, it is a type of internal or interregional migration (of variable distance) linked to gender (as a result of marriage); 3) A third type is that of migrants based on family reunification resulting from migration of family members following the previous migration

of a relative (usually the man). This type includes children and other members of the nuclear family, but also members of the extended family (parents-in-law, cousins, siblings-in-law, nephews and nieces, etc.); 4) A fourth type, linked to the recent development of Timor-Leste, is that of internal migration of students and their displacement to the main education centres in the country; 5) A fifth distinct type is the result of temporary migratory flows in the past and involves a flow of former internal migrants and refugees. At various points in the past they have caused a combination of migratory flows as revealed by the statistics and the history of Timor-Leste.

The recommendations made by the authors include the following:

1. The importance of creating an integrated monitoring, screening and information system for internal and international migration of Timorese seems to emerge as the first recommendation. Information systems must be established that focus on migrants, both their origin and destination, migration processes, programmes aimed at migrants and the difficulties experienced within the migratory process. Without a migration monitoring centre, it is impossible to anticipate solutions to potential conflicts or difficulties. Charting the development of migration must be considered a political priority in terms of the demographics of Timor-Leste;
2. Another recommendation must be made in relation to the need to create research and training structures for students and technical staff. The interlinking of knowledge already gained with the training of more capable experts and policy-makers must be a priority in the development of Timor-Leste. This project represents an excellent pilot project for gauging the potential capacity that already exists in Timor-Leste and that now needs to be sustained in the medium term. The creation of development structures for an infrastructure of research and of research and development can be achieved in conjunction with international institutions;
3. It is recommended that a development strategy is implemented for training projects - in both the migrants' regions of destination and regions of origin - in a way that promotes immigrants' ability to be autonomous and their ability to develop their own projects, and/or that improves their employability. The target audience must be broad, but the empowerment of young people should be a priority.
4. The creation of an entity that facilitates, in a first phase, the mapping of existing structures and, in a second phase, the building of mechanisms for

planning synergies and for reducing the duplication of costs associated with these populations should be a public policy priority. The recommendation we are making here is to combine State, local authorities and civil society (e.g. non-governmental organisations or the Catholic Church) in order to promote development based on effective networks capable of empowering those who are able to realise projects at a local level more effectively.

5. The implementation of integrated regional development programmes (health, education, housing, environmental development, etc.), based on encouraging populations to settle in their territories of origin, should be pursued as a national strategy. The creation of multiannual integrated development programmes, with precisely measurable objectives, will make it possible to respond to regional imbalances and to lessen the attraction of Dili as the key destination for internal migrants, thus addressing the current imbalance in social and territorial cohesion.

Résumé exécutif

Cette étude analyse l'impact des migrations internes sur le développement humain du Timor-Oriental, et, conformément aux objectifs initiaux, elle fournit i) une typologie des migrations internes du Timor-Oriental, ii) une cartographie des modèles de migrations internes caractérisant brièvement les facteurs (économiques et autres) qui motivent les mouvements migratoires, iii) la synthèse de l'impact des flux migratoires tant dans les régions de départ que dans les régions de destination, à différents niveaux de développement humain, iv) un ensemble de recommandations visant à définir des stratégies politiques en matière de migrations internes.

En termes de méthodologiques, les théories sur la migration sont croisées avec celles du développement dans une présentation conceptuelle novatrice. L'histoire récente du Timor-Oriental sert de base explicative permettant de démontrer l'existence de différentes phases au sein du phénomène migratoire interne contemporain, soit : a) jusqu'en 1975, b) de 1975 à 1999, c) de 1999 à 2006 et d) après 2006. La division en phases des différentes formes de migrations internes permet de construire une typologie migratoire qui exprime la nature complexe de ce phénomène, et qui permet d'inférer des recommandations de politiques publiques différenciées.

Il est admis qu'au Timor-Oriental, au-delà des aspects purement économiques, associés à une tendance prévisible d'augmentation des revenus tant salariés qu'informels, le phénomène migratoire s'explique également par d'autres facteurs, comme l'accès à l'éducation et à d'autres services sociaux essentiels, mais aussi des facteurs de contraintes (migrations à la suite de conflits) ou encore des facteurs tels que le « barlaque »³ ou le mariage, lesquels sont encouragés par le milieu social élargi et appuyés par l'Église ou l'État⁴. En conclusion, la décision de migrer n'est pas toujours prise librement et rationnellement par l'individu (au niveau micro) ni même par la cellule familiale, dans la mesure où cette décision est souvent indissociable du groupe social ou de la communauté d'appartenance du migrant. Cet aspect ne peut être négligé dans l'analyse des flux migratoires au Timor-Oriental.

3 Le barlaque (ou barlake en tétum) est une tradition timoraise qui consiste en une dotation offerte sous la forme de biens ou d'argent avant le mariage. Le barlaque est payé par la famille du marié à celle de l'épouse. Les futurs mariés n'interviennent normalement pas dans ces négociations.

4 Par exemple, l'état timorais encourage ou favorise les migrations internes par le biais d'une politique de centralisation qui attire les flux d'étudiants vers la capitale Dili.

La typologie précédente peut être synthétisée de la façon suivante : 1) le premier type de migration interne est celui qui découle des migrations de travail salarié ou indépendant. 2) Le second type de flux migratoire est directement corrélé au sexe des migrants. En d'autres termes, il s'agit de migrations intérieures ou interrégionales de distance variable et liées au sexe car relatives au mariage. 3) Le troisième type de migration interne est dû au regroupement familial consécutif à la migration de l'un des membres de la famille (généralement un homme) qui est rejoint par les siens. Les enfants et les autres membres du noyau familial, mais également les membres de la famille élargie (beaux-parents, cousins, beaux-frères, neveux, etc.) sont inclus dans cette catégorie. 4) En quatrième lieu, corrélées au développement récent du Timor-Oriental, se trouvent les migrations internes d'étudiants vers les principaux centres d'éducation du pays. 5) Un cinquième type est celui des flux migratoires temporaires du passé, constitués d'ex-migrants et d'ex-réfugiés internes. Ces derniers ont migré par vagues et leurs mouvements peuvent aujourd'hui être reconstitués grâce aux statistiques et à l'histoire.

En ce qui concerne les recommandations, les auteurs proposent notamment les mesures suivantes :

1. En premier lieu, la création d'un système intégré d'observation, de comptage et d'information concernant les migrations internes et internationales des populations timoraises semble s'imposer. Il est nécessaire de créer des dispositifs d'information concernant les migrants, tant au départ qu'à l'arrivée, mais également relative aux processus de migration, aux programmes destinés aux migrants ou aux difficultés rencontrées au cours du processus migratoire. En l'absence d'un observatoire des migrations, il est impossible d'anticiper des solutions en cas de conflits ou de difficultés. La cartographie de l'évolution du mouvement migratoire doit être considérée comme l'une des priorités de la politique démographique timoraise.
2. La seconde recommandation concerne la nécessité de créer des structures de recherche et de formation d'étudiants et de cadres techniques. L'échange de connaissances, déjà réalisé par le renforcement des compétences de certains techniciens et décideurs politiques désormais plus compétents et mieux informés, doit être une priorité pour le développement du pays. Il s'agit d'un projet pilote de qualité qui permet de développer le potentiel existant et qui doit à présent s'inscrire dans une perspective de consolidation à moyen terme. La mise en place d'un projet de développement d'infrastructures de recherche et d'information pourra s'effectuer en partenariat avec des institutions internationales.

3. Il est recommandé de déployer une stratégie de développement de projets de formation, tant dans les régions de départ que dans les régions d'installation des migrants, de façon à promouvoir leur autonomie, à la fois sur le plan de la réalisation d'objectifs personnels que sur celui de l'insertion professionnelle. Le public visé doit être large, mais les jeunes doivent constituer une priorité.
4. La création d'une entité qui permette, au cours d'une phase initiale, de cartographier les structures existantes et, dans un second temps, de renforcer les synergies et de réduire les coûts de double emploi associés à ces populations, doit figurer parmi les priorités des politiques publiques. Cette recommandation va dans le sens d'une meilleure intégration des pouvoirs de l'État, des collectivités et de la société civile (entre autres, les organisations non gouvernementales ou l'Église catholique), de manière à promouvoir l'efficacité des réseaux les plus à même de réaliser les projets au niveau local.
5. La mise en place de programmes de développement régional intégrés (santé, éducation, logement, environnement...) destinés à encourager les populations à rester sur leur territoire d'origine doit faire l'objet d'un projet national. La création de programmes de développement intégrés pluriannuels, dont les objectifs seront rigoureusement évalués, permettra de répondre aux déséquilibres régionaux et d'atténuer l'attractivité que Dili exerce sur l'ensemble du territoire national, en remédiant aux problèmes actuels qui affectent l'équilibre et la cohésion sociale et spatiale.

I. Introdução

A mobilidade das populações tem sido estudada ao longo do tempo. O interesse do estudo deste fenómeno resulta do impacto produzido tanto no âmbito das relações económicas ou sociais como de um eventual planeamento político que vise minimizar os efeitos mais negativos destes fluxos ao nível local, regional ou mesmo nacional. Os dados empíricos obtidos em múltiplos contextos parecem demonstrar que as migrações internas, com origem em zonas rurais e destino a zonas urbanas, representam, em muitos casos, um primeiro passo dos indivíduos na familiarização ao ambiente urbano antes de voltarem a balancear-se numa nova aventura no sentido de uma migração internacional (Saracoglu e Roe, 2004). No entanto, nem esta é uma regra universal nem o facto de, em muitos casos, as migrações internas não serem objeto de estudos aprofundados lhes retira importância nos estudos migratórios contemporâneos. A relevância das migrações internas está bem documentada, os efeitos e consequências que despoletam podem ser aferidos em diferentes exemplos já consolidados.

Deve realçar-se que na bibliografia disponível sobre o tema das migrações internas, a presença da perspectiva demográfica de análise, sublinha o facto de serem as migrações, juntamente com a fecundidade e a mortalidade, as componentes do crescimento populacional das diferentes regiões de um País daí a importância estrutural de um conhecimento avançado neste domínio. Sem conhecimento da realidade não há boas políticas públicas, sem um conhecimento correto e atempado das mudanças da realidade (por exemplo da evolução das populações) não há capacidade de planeamento nem políticas públicas otimizadas. A investigação é o suporte para a decisão e parece-nos de sublinhar o papel que a Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL), enquanto única universidade pública do país, pode e deve ter na criação de uma estrutura técnico-científica de apoio à investigação.

Neste estudo prospetivo sobre as migrações internas em Timor-Leste e as suas relações com o desenvolvimento humano acabámos por nos focar não tanto em dados primários (na maior parte inexistentes ou insuficientes para a realização de comparações diacrónicas) mas em tendências observáveis de que resulta uma tipologia de migrantes internos e nos desafios que pensar as migrações internas e migrações internacionais implicam em Timor-Leste.

No caso de Timor-Leste às migrações internas “tradicionais” juntam-se os efeitos de uma situação de pós-conflito recente; os efeitos de uma reestruturação e

tendência centralizante de um Estado em reconfiguração; as consequências de um modelo de desenvolvimento ainda muito centrado no Estado e com pouco espaço para a iniciativa privada e a indefinição do modelo de desenvolvimento de médio e longo prazo que parece, no imediato, muito centralizado em torno da capital do país Díli. Os desafios são imensos e as respostas dos migrantes internos nem sempre se coadunam com o desconhecimento que as estratégias de desenvolvimento do país ainda encerram.

Partimos da definição de *migração interna* como sendo o movimento de pessoas ou de grupos de pessoas de um local para outro dentro do mesmo país com o propósito ou tendo como resultado o estabelecimento de uma nova residência. Esta migração poderá ser temporária ou permanente e ainda ter distâncias variáveis (de uma aldeia para outra aldeia vizinha, de um suco⁵ para um outro suco, de um distrito para outro distrito). Considera-se todavia que os indivíduos que efetuam este tipo de migração permanecem no seu país de origem e não são, no âmbito deste estudo, abordadas as migrações internacionais (IOM, 2011a: 51).

Este foi um estudo prospetivo no sentido de ser um momento inicial num diagnóstico. Pretende iniciar um percurso de construção de tipologias sobre as migrações internas em Timor-Leste mas não é, nem poderia ser, um estudo representativo da totalidade e complexidade das migrações internas neste país. Pretende-se, no futuro, dar seguimento a esta análise, desenvolvendo um amplo projeto de investigação de carácter essencialmente quantitativo que a complemente, aprofunde e permita desenvolver políticas que possam ser eficazes. As características, causas e consequências do processo migratório aqui detetados constituirão a base para um conjunto de recomendações que são apresentadas no final do estudo e colocadas à disposição tanto das entidades financiadoras como das autoridades e poderes públicos de Timor-Leste, contudo, o seu carácter inicial e o seu limitado aprofundamento, exige a maior das precauções no assumir destas conclusões como verdades imutáveis e inquestionáveis. Não se trata tanto de partir desta análise para assumir decisões mas, antes, de assumir a centralidade desta temática como parte essencial do processo decisório no desenho de políticas de desenvolvimento e de suporte ao desenvolvimento humano em Timor-Leste.

5 O suco (ou *suko*, em tétum) é a menor unidade de divisão administrativa em Timor-Leste, existindo 442 sucos no território timorense.

2. Metodologia

Em termos metodológicos previligiou-se uma hibridização de métodos quantitativos e qualitativos, por forma a poder obter-se uma imagem mais correcta e consistente sobre o fenómeno das migrações internas e a sua relação com o desenvolvimento humano e sobre as dinâmicas que as sustentam ao longo da última década em Timor-Leste. No concreto, para além de uma revisão bibliográfica temática foram realizadas 12 entrevistas semiestruturadas com informadores privilegiados do fenómeno migratório timorense (elementos da administração estatal; autoridades nacionais e regionais; organizações internacionais como a Organização Internacional para as Migrações (OIM), com elementos da Igreja Católica e com representantes de ONGs estabelecidas em Timor-Leste (Asian Foundation).

No que respeita ao uso de métodos quantitativos foi realizado um inquérito face a face a 400 timorenses com experiência migratória interna. Este questionário continha perguntas sobre o perfil, os contactos, as motivações, os fluxos, a situação destes migrantes no suco/distrito de destino e no suco/distrito de origem, a situação familiar, a situação profissional, os projetos de futuro e de mobilidade, as causas e consequências do seu projeto migratório. O questionário elaborado em conjunto pela equipa do projeto, foi apresentado numa versão bilingue Tétum e Português, foi composto por 49 questões e aplicado a 400 timorenses em 68 dos 442 sucos existentes, abrangendo 41 dos 65 subdistritos do país (ver anexo 3).

Foi ainda aplicado um inquérito composto por 18 questões, numa versão bilingue Tétum/Português, a 24 dos 31 Chefes de Suco do Distrito de Díli representando 87% da população do Distrito de Díli. O objectivo era o de obter a percepção das autoridades locais do Distrito sobre quais os perfis, as causas, consequências das migrações, bem como as recomendações que julgam poder favorecer as condições ao nível do Suco (ver anexo 4). A selecção de entrevistados teve em conta: a) a experiência migratória dos respondentes; b) uma diversificação dos tipos de entrevistados em função da composição do agregado familiar; c) uma bola de neve condicionada e estabelecida a partir de uma indicação e selecção prévia por parte dos chefes de suco. A amostra não pretendeu ser representativa mas diversificada de molde a permitir a caracterização qualitativa de tipos de migrantes internos e não uma caracterização quantitativa das migrações internas em Timor-Leste. O número de inquéritos completados dá garantias de uma abrangência efectiva da população timorense mas não de uma representatividade formal da mesma.

Foi realizada uma investigação inicial com o intuito de se fazer um levantamento prévio das informações relativas aos tipos de migrantes internos timorenses no pós-independência. O recurso à análise bibliográfica, os meios materiais e humanos disponibilizados pela UNTL, o contacto com organismos governamentais e não governamentais, ou com a igreja católica timorense, permitiu a criação de uma rede de contactos que se mostrou importante para a aplicação dos inquéritos e realização de entrevistas em território timorense. O recurso a uma equipa de estudantes da UNTL com experiência prévia de aplicação de inquéritos junto da população demonstrou ser uma estratégia de sucesso que, por um lado, permitiu alcançar os objetivos subjacentes à aplicação de um questionário prospetivo (piloto) junto de migrantes internos em Timor-Leste e, por outro, formar uma pequena equipa que poderá ser mobilizada em ocasiões futuras. É nosso propósito manter a ligação entre os membros da equipa potenciando a realização de estudos conjuntos no futuro nesta temática.

Da aplicação desta metodologia resulta uma recolha de informação inédita cuja cientificidade não deve ser questionada mas que não pode ser considerada representativa do total de população migrante em Timor-Leste. Inicialmente foi calculada uma amostra mínima de cerca de 384 questionários válidos (assumindo a fórmula para populações infinitas com um intervalo de confiança de 95% e um erro amostral de 5%) mas a não realização de um número mínimo de inquéritos validados (foram realizados 318 inquéritos a timorenses com experiência migratória e 82 a timorenses sem experiência migratória), a sua desequilibrada distribuição ao nível das variáveis primárias (face aos dados resultantes dos Censos) e o desequilíbrio regional implícito impede que este inquérito possa ser assumido como representativo da população. Neste sentido os resultados devem ser tomados como não representativos, ou seja, como apenas uma aproximação às características da população estudada.

3. Ligando migrações internas e desenvolvimento humano: Da teoria a Timor-Leste

Há muito que os movimentos migratórios são estudados. São várias as teorias, modelos e conceitos que explicam estes fenómenos tanto ao nível das motivações, aos processos de decisão que lhes estão associados ou às consequências nos locais de origem e de destino. As migrações no que respeita à direção e intensidade das deslocações estão também associadas ao processo e dinâmicas de desenvolvimento. Atualmente, a ideia de desenvolvimento humano é caracterizada pela busca do crescimento económico combinada com um maior nível de bem-estar das populações e as migrações desempenham aqui uma importância assinalável.

3.1 Migrações : motivos e consequências

Numa tentativa de sublinhar a importância destes fluxos migratórios assinala-se o facto de o Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2009, sobre o tema da mobilidade humana e o desenvolvimento, estimar que existisse em todo o mundo um total de 740 milhões de migrantes internos, quase quatro vezes mais que os migrantes internacionais (PNUD, 2009: 21). Em 2001, só na China, estimava-se que houvesse aproximadamente 120 milhões de migrantes internos tendo passado a 278 milhões em 2011 (um número que se multiplicará várias vezes nas próximas décadas), por comparação com os cerca de 458 mil que migraram nesse ano para fora do país buscando trabalho e que constitui um fluxo que manteve mais ou menos constante (IOM, 2005: 10; Peilin e Roulleau-Berger, 2013).

São vários os autores que têm vindo a debruçar-se sobre o estudo das migrações (ver por exemplo Massey et al., 1998). Contudo, dada a complexidade deste fenómeno e atendendo à sua natureza multidimensional, não existe uma única teoria que possa explicar a totalidade e diversidade dos movimentos populacionais. No caso do presente estudo são várias as teorias migratórias que permitem enquadrar as migrações internas em Timor-Leste. Destacam-se, porém, a nosso ver, as possibilidades analíticas derivadas das teorias de atração repulsão (push-pull), as teorias de escolha racional, as teorias neoclássicas que derivam do mercado de trabalho entre outras.

Na teoria da escolha racional, a explicação das migrações reside no facto dos indivíduos apenas se moverem quando os custos de movimento são inferiores aos benefícios esperados. Numa decisão racional as variáveis não são

estritamente económicas, a decisão pode ser influenciada, nomeadamente, por aspetos sociológicos tão distintos como sejam as dificuldades associadas ao abandono do local de origem e da comunidade de pertença, a alteração dos hábitos alimentares e culturais, bem como as incertezas relacionadas com a inclusão num novo contexto social, com organização e valores distintos dos seus. Uma outra questão que merece ser referida para o caso de Timor-Leste é a da análise da tomada de decisão migratória ocorrer não ao nível do indivíduo mas da unidade familiar com a vantagem de o controlo dos riscos associados às decisões de migração serem assumidos pelos vários elementos da comunidade à qual o indivíduo pertence (Guterres, 2003: 23–26). Nesta lógica interpretativa, ganham particular importância as redes sociais constituídas por indivíduos que se encontram já a residir nos locais de destino (as diásporas) e que ajudam os migrantes a integrarem-se mais facilmente. As redes sociais de migrantes são uma forma de capital social que estabelece a ligação entre os indivíduos que se encontram nas regiões de destino aos potenciais migrantes que ainda estão nos locais de origem. Apesar de se tratar de uma estrutura *micro* ela assume grande importância visto atuarem como elementos facilitadores da inserção dos migrantes recém-chegados. A existência destas redes poderá ajudar a explicar as diferentes propensões a migrar, bem como o carácter duradouro dos fluxos. Ou seja, a existência destas redes poderá estimular o aumento da probabilidade de migração entre dois locais distintos.

Em décadas recentes, em particular durante a década de oitenta do século XX, surgiram novos contributos para as teorias migratórias que consideramos importante relevar no estudo das migrações internas de Timor-Leste. Estes contributos apresentavam uma abordagem teórica distinta da lógica *micro* defendendo-se que as decisões relacionadas com as migrações não são tomadas isoladamente pelo indivíduo. Estes autores entendem que o diferencial de rendimentos entre regiões não é razão suficiente para explicar os fluxos migratórios, até porque estes podem manter-se apesar dos gaps salariais serem eliminados. A ideia de mobilidade do fator trabalho tem que ser considerada segundo a perspectiva do desenvolvimento desigual do espaço devido à acumulação privada do capital (Peixoto, 2004: 24–28). Deste modo, a progressiva desagregação das estruturas tradicionais e a mudança estrutural com base na modernização da sociedade é causa e consequência do crescimento económico (Estevão, 2004: 2; 13–21). Numa referência especialmente apropriada ao nosso estudo de caso, estes autores sublinham o papel do Estado enquanto entidade responsável pela definição e implementação de políticas reguladoras das migrações, bem como o papel

que assume na reforma das instituições através de uma ação “desenvolvimentista” que impeça a polarização das migrações e a sobre urbanização de alguns espaços e consequente desertificação populacional das regiões de origem. De acordo com alguns autores este aumento do fluxo migratório em direção a locais mais modernos e industrializados é decrescente à medida que se verifica um certo desenvolvimento nas regiões de origem e, sobretudo, de um acréscimo de rendimentos individuais das populações. Este fenómeno designa-se de *migration hump* (Castles, 2008: 5) e a constatação da sua existência e a subsequente assunção de políticas de desenvolvimento decorre de um objetivo de travar um excesso de migrações internas. Há também que relevar fatores que impedem ou desaceleram as migrações internas em sociedades tradicionais. Destacam-se a prevalência dos valores tradicionais, a ausência de educação ou a manutenção da exploração da agricultura numa base semifeudal; a ausência de melhorias do sistema viário ou de contactos com o sistema capitalista. Neste tipo de sociedades não há (ou há em número reduzido) deslocação da mão-de-obra da agricultura para a indústria ou para outras atividades no setor terciário (Kundu, 2008: 68–70), ou seja, são reduzidos os fatores aceleradores das migrações.

São vários os motivos que condicionam a decisão de migrar no interior de um território como procuraremos explicitar neste estudo. Estes motivos variam ao longo do tempo mas, genericamente as suas causas podem reduzir-se a um conjunto limitado: a) de ordem socioeconómica; b) por motivos políticos ou de cariz infraestrutural; c) devido a fatores climáticos ou ambientais; d) por via de fatores relacionados com questões de segurança; ou e) que derivam de questões culturais ou étnicas. Todos estes motivos interagem com os obstáculos intervenientes e concorrem para tomada de decisão de migrar por parte dos indivíduos individualmente, das suas famílias e/ou de grandes grupos em momentos bem marcados no tempo (e.g. catástrofes ou guerras). Uma boa parte dos processos de migrações resultam de uma decisão voluntária dos próprios indivíduos ou das suas famílias em partir mas, em certos casos, as migrações, embora voluntárias são pré-determinadas por razões contextuais que se situam aquém da própria decisão de partir. Dito de outro modo, há um conjunto de decisões de migrar que são tomadas *por causa* de condições pré-existentz embora estas, por vezes, sejam de desenvolvimento lento e por isso pouco visíveis.

No tocante a consequências, a deslocação de populações de uma área geográfica para outra produz um conjunto assinalável de alterações, nomeadamente: a) na estrutura socioeconómica das regiões abrangidas, isto

é, tanto na origem como no destino; b) nos equilíbrios demográficos entre regiões; c) na criação ou acentuação dos contrastes entre os territórios; d) na alteração dos equilíbrios de coesão social. Em regra, nas áreas de *origem* assiste-se à diminuição da população jovem e ativa, atendendo a que, predominantemente, são os indivíduos em idade ativa que partem ocorrendo um progressivo envelhecimento da população. Outro tipo de consequências relevantes incluem a difusão e absorção de novas ideias e costumes que quem partiu transmite (e.g. a utilização dos telefones móveis ou dos computadores ou a internet); o envio de remessas efetuadas pela população que migrou e uma crescente monetarização das economias locais provocando desequilíbrios sociais. Por outro lado, nas áreas de *destino* verifica-se o rejuvenescimento da sua população e o aumento da força de trabalho disponível traduzindo-se num aumento da acumulação de riqueza mas, potencialmente, também de uma mão-de-obra disponível que desacelera ou suspende os aumentos salariais potenciais. Estas alterações proporcionam, em muitos casos, melhores condições para o aumento da natalidade amplificando o rejuvenescimento populacional das regiões de destino e aumentando o gap com as regiões de origem destes migrantes que se vão desertificando. As consequências ao nível do desenvolvimento humano são aceleradas designadamente no que se refere a aspetos relacionados com o urbanismo ou o saneamento básico podendo ter um impacto positivo no todo da sociedade (com ganhos de qualidade de vida) ou ter um efeito destrutivo. Caso estes movimentos sejam algo intensos e agregados no tempo contribuem para a criação de bairros clandestinos e de bairros de lata (*slums*), com uma consequente diminuição da segurança e de salubridade e uma deterioração das condições mínimas de vida. Em resposta a esta situação tendem a surgir problemas ao nível da coesão social ou sentimentos de racismo e xenofobia, ou seja uma aversão ao “estrangeiro” que tanto pode ser um “estrangeiro” de outro país como um “estrangeiro” à cidade membro da mesma comunidade nacional.

3.2 Ligando migrações e desenvolvimento humano: dos conceitos à análise

Pode afirmar-se que o conceito de desenvolvimento humano é relativamente recente, contudo, resulta da evolução de vários conceitos ao longo dos séculos (ver por exemplo Amaro, 2003; Amin, 1978; Estevão, 2004; Furtado, 1976; Meier, 2004). A ideia inicial de acumulação de riqueza foi-se transformando em algo que pressupunha a alteração tanto da economia como das sociedades e dos indivíduos, no sentido de atualmente associar o crescimento económico a um maior nível de bem-estar. Nos últimos anos do século XX e início do século

XXI, a preocupação centrou-se nas condições de vida das populações, de modo abrangente. Atualmente, entende-se que o melhor ou pior desempenho da economia de determinado país está intimamente ligado à capacidade da sua população, considerando que será ela que, em função dos recursos financeiros disponíveis, combinados com os seus conhecimentos e competências, poderá aumentar a capacidade produtiva nacional, quer através de métodos inovadores, quer de técnicas mais eficientes.

A partir dos anos 90, o conceito de desenvolvimento foi cada vez mais enriquecido, com novas abordagens, numa visão multidimensional. Para isso contribuiu, claramente, a teoria da capacidade (e liberdade) humana, de Amartya Sen – o *desenvolvimento* é entendido como o processo de expansão das liberdades e das capacidades que as pessoas têm, permitindo-lhes reduzir as privações (multidimensionais), realizar as necessidades básicas e alcançar o *wellbeing* (Sen, 1999). Numa visão no mesmo sentido, Mahbub ul Haq defende que a ideia de *desenvolvimento* assenta sobretudo no alargamento das escolhas dos indivíduos, nomeadamente no que se refere a um maior acesso ao conhecimento, segurança alimentar, melhor nutrição e cuidados de saúde, segurança contra crimes e violência física, assim como liberdade política e cultural, proporcionando um sentimento de participação nas atividades comunitárias. Estes autores propuseram, assim, um novo indicador, composto, suscetível de medir um fenómeno tão complexo e multidimensional como o *desenvolvimento*: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Ainda nos anos 90, verificou-se a criação de um espaço de abordagem heterodoxa explicativa do processo de *Desenvolvimento*, visto num sentido multidimensional (Hodgson, 1994; Torres, 1996). Neste novo espaço de abordagem, o desenvolvimento é induzido pela intervenção de diversos atores, incluindo o Estado, o mercado e as Instituições (formais e informais). Por outro lado, são atualmente os países em desenvolvimento de África e Ásia os que apresentam os índices de urbanização mais elevados (Greenwood, 2009: 2–6). E neste sentido, importa salientar que foram diversas as formas, bem como os países, onde os governos adotaram medidas de promoção do desenvolvimento. As intervenções ao nível regional tiveram sobretudo o propósito de criar polos de desenvolvimento, onde os fluxos migratórios se pudessem estabelecer.

A relação entre a migração e o desenvolvimento verifica-se também no contexto de Timor-Leste, ao longo da sua história, nomeadamente, nos períodos de colonização portuguesa (apenas relativamente ao século XX) e de ocupação indonésia, bem como da sua ligação às migrações internas como consequência de migrações voluntárias ou forçadas (Guterres, 2003; Coelho, 2003).

4. Migrações internas e desenvolvimento humano: Timor-Leste

Como se viu no capítulo anterior, os fenómenos da migração e do desenvolvimento estão fortemente relacionados, historicamente, sendo causa e efeito um do outro: a migração pode ser vista como um processo resultante das políticas de desenvolvimento adotadas – no sentido de desenvolvimento intencional, liderado pelo Estado, mas também desenvolvimento imanente, sem qualquer intervenção direta –, mas também como um fator que pode influenciar o desenvolvimento – no sentido da utilização da migração como instrumento das políticas de desenvolvimento planeadas, mas também no sentido do impacto que os fluxos migratórios, naturais ou forçados, têm no desenvolvimento interno, em diferentes dimensões, quer nas áreas de destino, quer nas de origem (Skeldon, 2011).

A relação entre a migração e o desenvolvimento humano verifica-se também no contexto de Timor-Leste, ao longo da sua história. Neste capítulo faz-se uma breve revisão do processo de desenvolvimento do país, nos períodos de colonização portuguesa (apenas relativo ao século XX) e de ocupação indonésia, bem como da sua ligação às migrações (com enfoque nas migrações internas)⁶. Apresenta-se, depois, um retrato atual, relativo ao período pós-independência, em termos de desenvolvimento e em termos de movimentos de população, com recurso a alguns indicadores chave disponíveis. Sem este enquadramento dificilmente se compreendem as principais motivações dos fluxos migratórios internos em Timor-Leste. Trata-se, é necessário sublinhar, de um país jovem, em situação de pós-conflito recente e em estabilização do processo democrático. Trata-se também de um país que acaba de sair de um processo de colonização secular e em que a modernidade das instituições democráticas convive ainda com tradições seculares de raiz popular e tradicional que, em conjunto, formam o tecido humano timorense.

4.1 Período de colonização portuguesa (1900–1975)

Embora os portugueses tenham chegado a Timor-Leste entre 1512 e 1522, na prática apenas no início do século XX, Portugal assumiu o controlo real e efetivo sobre o território e começou a implementar políticas de desenvolvimento (Guterres, 2003).

6 Os pontos 1 e 2 deste capítulo baseiam-se fortemente na Tese de Doutoramento de Aurélio Guterres, membro desta equipa de investigação (V. Guterres, 2003). É também seguida, em termos de evolução da contextualização económica de Timor-Leste (pontos 1 e 2), a Tese de Mestrado de Teresa Coelho, também membro da presente equipa (Coelho, 2003).

Assim, o período de 1900 a 1960 – período da economia de plantação⁷ – foi marcado pela adoção, por parte das autoridades coloniais portuguesas, de atividades de plantação agrícola, envolvendo a população local, como estratégia de desenvolvimento. O objetivo era explorar a produção e a comercialização (via exportações) de alguns produtos agrícolas, suscetíveis de oferecerem elevadas receitas às autoridades coloniais, como o sândalo⁸, o café, a borracha, a copra e madeiras (sobretudo teca, pau-rosa e pau-ferro) (Cinatti, 1950; Felgas, 1956; Agência Geral do Ultramar, 1965; Saldanha, 1994; Saldanha e Costa, 1999; Sequeira, 1999; Guterres, 2003; Coelho, 2003).

No entanto, apesar da implementação destas medidas intencionais, a agricultura de subsistência continuava a ser o principal sector económico. A generalidade da população vivia nas áreas rurais e trabalhava a terra, para garantir a autossuficiência alimentar. Depois, era explorada nas culturas de plantação, cujas receitas (nomeadamente de exportação) beneficiavam apenas a administração colonial e os comerciantes chineses (PNUD, 2002; Coelho, 2003). Os timorenses apenas tinham como recompensa pelo seu trabalho (forçado e não remunerado) o próprio alimento e a isenção de impostos.

Para além das atividades de plantação, a estratégia de desenvolvimento da administração portuguesa, sobretudo a partir dos anos 60 – período de economia ética (Saldanha e Costa, 1999) –, passou também pela promoção do desenvolvimento da agricultura alimentar (através, entre outras medidas, da introdução de novas sementes, da abertura de novas terras de cultivo e do desenvolvimento do sistema de irrigação) e pela melhoria e construção de algumas infraestruturas, nomeadamente estradas de acesso às zonas rurais e edifícios públicos (incluindo escolas e serviços de saúde) (Saldanha e Costa, 1999; Guterres, 2003; Coelho, 2003).

Contudo, a agricultura continuava a ser essencialmente de subsistência, a população predominantemente rural e os serviços e infraestruturas económicos e sociais públicos, designadamente nos domínios da educação e saúde, estavam concentrados em Díli e eram totalmente controlados pelas autoridades

7 Saldanha e Costa (1999) distinguem na história económica de Timor-Leste do século XX até ao referendo de Agosto de 1999, quatro períodos: período da *economia de plantação* (1900-1960), período da *economia ética* (1960-1975), período da *economia de guerra* (1975-1980) e período do *desenvolvimento incerto* (1980-1999).

8 Até 1925, a exploração e exportação do sândalo foi de tal modo elevada que conduziu à sua proibição oficial num curto espaço de tempo, de modo a proteger as reservas existentes (Cinatti, 1950). A partir daí, o café torna-se a principal cultura produzida e exportada em Timor-Leste.

portuguesas, não estando acessíveis à generalidade da população – que vivia nas áreas rurais, numa economia baseada na troca direta, e contava sobretudo com as redes familiares na provisão do bem-estar. O acesso dos timorenses aos serviços sociais básicos, de educação e saúde, era limitado também pelos custos inerentes, insuportáveis para uma população genericamente pobre e rural. Apesar de se ter verificado, durante a era colonial portuguesa, algum desenvolvimento nos sectores da saúde e da educação, a situação geral era, ainda, muito pobre⁹.

Naturalmente, o objetivo central deste desenvolvimento intencional, planeado pela administração portuguesa, mais do que promover o desenvolvimento real do território e o bem-estar da população local, era beneficiar os seus próprios interesses e controlar a população, evitando revoltas¹⁰ e mantendo-a nos campos rurais (PNUD, 2002; Guterres, 2003). Procurava-se, assim, também controlar os movimentos migratórios, prevenindo a deslocação de timorenses das áreas rurais para Díli – assumidamente o centro do poder económico e administrativo.

A fim de controlar os fluxos migratórios rural-urbano, as autoridades coloniais fixaram postos militares nas áreas rurais e implementaram algumas medidas específicas, como a obrigatoriedade de possuir e apresentar um “documento de viagem” e a adoção do sistema de recenseamento da população. Ambas as medidas obrigavam os timorenses a declararem uma série de informação, que permitia às autoridades coloniais exercer um maior controlo sobre a população e restringir os seus movimentos. O não cumprimento das regras estabelecidas poderia resultar em graves consequências (Guterres, 2003).

Somente pequenos grupos de indivíduos (incluindo elite timorense e estrangeiros), estritamente selecionados, tinham liberdade de movimento.

9 Estima-se que, quando os portugueses deixaram Timor-Leste, em 1975, a taxa de alfabetização no território era de cerca de 5% (PNUD, 2002: 50).

10 Apesar disso, verificaram-se, durante o período de colonização portuguesa, diversos episódios de revolta popular, como é o caso da guerra de Manufahi (1911-1912). A revolta de Manufahi, comandada por Dom Boaventura da Costa (régulo, ou *liurai* em tétum, de Manufahi) originou a morte do Comandante militar de Same, o português Tenente Luís Álvares da Silva, e teve na sua origem vários motivos, relacionados com questões de sentimento nacionalista (contra os portugueses e o domínio português em Timor), questões políticas (associadas à mudança de regime em Portugal, em 1910, com a implantação da República, e ao receio dos régulos de perda de direitos e poder) e questões económicas (relacionadas com o previsível aumento de impostos) - motivos que, em conjunto, criaram um sentimento de descontentamento contra as autoridades portuguesas. Esta foi a primeira grande revolta contra Portugal e a colonização portuguesa em Timor-Leste.

E mesmo quando, a partir da II Grande Guerra, a migração para Díli foi incentivada, ela era fortemente controlada e apenas permitida a funcionários e colaboradores da administração colonial.

Portanto, através das políticas de desenvolvimento conduzidas pela administração colonial portuguesa, foi possível manter a generalidade da população nas áreas rurais. Por outro lado, durante o período de colonização portuguesa, e sobretudo após 1960, começaram a surgir, inevitavelmente, sinais da expansão do modo de produção capitalista, com o aumento das trocas comerciais e a monetarização da economia. Neste contexto, e também face a políticas implementadas pelo governo colonial como o pagamento de impostos, a população rural timorense viu-se na necessidade de encontrar meios de obtenção de moeda que lhe permitisse, por exemplo, comprar bens que não produzia (sobretudo bens importados, vendidos em Díli), pagar a educação dos filhos e pagar os impostos. Deste modo, apesar dos constrangimentos aos movimentos populacionais impostos pelas autoridades portuguesas, o desenvolvimento imanente associado ao desenvolvimento do capitalismo, incentivou as deslocações para Díli na tentativa de vender os excedentes agrícolas por troca por moeda, já que nos mercados rurais ainda prevalecia a troca direta (Guterres, 2003).

Para além destes movimentos temporários, verificaram-se também fluxos migratórios de população rural que procurava, na cidade, oportunidades de emprego remunerado (não existentes nas áreas rurais) ou iniciar um pequeno negócio (num local com procura e poder de compra, inexistente nas áreas rurais), para obter rendimentos. No entanto, globalmente, durante o período de colonização portuguesa, o desenvolvimento de Timor-Leste foi muito limitado, em todos os domínios, e a administração colonial conseguiu que a generalidade da população permanecesse nas áreas rurais, sendo os fluxos migratórios relativamente tímidos e a urbanização fazia-se de modo muito lento.

4.2 Período de ocupação indonésia (1975–1999)

Em 1975, com a invasão e a ocupação indonésia, Timor-Leste conheceu uma nova fase, marcada pela guerra, pela repressão militar e pela destruição – período da economia de guerra (Saldanha e Costa, 1999) –, durante a qual se perderam milhares de vidas humanas, foram mortos animais e destruídos vários campos agrícolas nas zonas rurais, provocando uma grave situação de fome no território (Coelho, 2003). Neste período, muitas pessoas abandonaram as suas terras e procuraram refúgio noutros locais.

Paralelamente, sob o argumento de ajudar os timorenses a sair da situação de pobreza, as autoridades indonésias implementaram programas de reassentamento, como parte do seu modelo de desenvolvimento (intencional), forçando milhares de indivíduos e famílias a deixar as suas casas, nas montanhas e zonas rurais, para viverem em campos de reassentamento, controlados pelas autoridades políticas e militares. Esta era, sem dúvida, uma forma de migração forçada, integrada na estratégia militar indonésia, visando controlar o território e a população, e separá-la das forças da resistência timorense, instaladas nas montanhas. Nestes campos de reassentamento, a população timorense era misturada com famílias indonésias – teoricamente mais “evoluídas”, enviadas propositadamente para zonas específicas de Timor-Leste – e forçada a abandonar as suas terras, tradições e cultura, em nome do desenvolvimento.

A partir de 1980 – período de desenvolvimento incerto (Saldanha e Costa, 1999) –, numa época marcada, globalmente, pelo ressurgimento do pensamento neoclássico e por um “crise” generalizada nas teorias do desenvolvimento, o governo indonésio adotou novas medidas de desenvolvimento, planeado, expandidas por todo o território, procurando reconstruir as infraestruturas e promover o crescimento económico, de modo a melhorar o controlo sobre o território e reforçar a ideia de integração (Neupert e Lopes, 2006). Efetivamente, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu significativamente (Saldanha, 1994) e foram recuperadas ou construídas diversas infraestruturas, designadamente comunicações (como estradas), estabelecimentos de ensino, centros de saúde, edifícios da administração pública, infraestruturas agrícolas e outras sociais.

Igualmente integrados no modelo de desenvolvimento indonésio, foram implementados programas de desenvolvimento rural (agrícola, pecuária e pesca), traduzidos, nomeadamente na adoção de novas tecnologias (sistema de irrigação, por exemplo) e práticas agrícolas (utilização de fertilizantes e pesticidas e cultivo de novas culturas, por exemplo).

Estas medidas resultaram numa melhoria real da situação económico-social de Timor-Leste, com aumento da quantidade e qualidade dos serviços públicos, em diferentes domínios como saúde e educação, e promoção das infraestruturas económicas, incluindo na área da agricultura e estradas de ligação das zonas rurais à capital. Por outro lado, face à aposta realizada no setor primário, verifica-se um crescimento da produção interna, para autoconsumo (essencialmente arroz e milho) (Coelho, 2003).

No entanto, uma vez mais, este modelo de desenvolvimento não foi igualitário, beneficiando sobretudo as autoridades e a população indonésia deslocada em Timor-Leste, e deixando a maioria da população timorense a

viver nas zonas rurais e em situação em pobreza. Efetivamente, as principais atividades económicas estavam nas mãos dos indonésios (que dominavam a administração pública e os setores produtivos) e dos chineses (na área comercial), sendo que eram também estes grupos quem beneficiava dos serviços públicos melhorados, incluindo centros de saúde, escolas e mesmo habitação patrocinada pelo Estado (e dirigida especificamente a funcionários públicos e militares indonésios, e respetivas famílias) (Guterres, 2003; Coelho, 2003). A generalidade da população tinha pouco acesso aos serviços de saúde, face aos custos associados, e à assistência pública – que beneficiava os funcionários do Estado, maioritariamente não timorenses. E, apesar de não se terem repetido crises de fome no país, a dieta alimentar dos timorenses, maioritariamente rurais e sem poder de compra, era muito pobre e o país não conseguiu alcançar a autossuficiência alimentar, mesmo com o investimento realizado no setor agrícola.

Note-se ainda que todo o processo de desenvolvimento implementado tinha associada uma forte estratégia coerciva, sendo que a população comum era obrigada a aceitar todas as rituais e tradições culturais, ideológicos, burocráticos e até linguísticos, impostos pelas autoridades e aparelho administrativo indonésio. A melhoria das infraestruturas rurais, essencialmente as estradas, permitiram aproximar a população da cidade de Díli, mas, mais do que isso, esta política visava facilitar as operações militares e o controlo das autoridades indonésias sobre a população.

Os programas de desenvolvimento adotados visaram também restringir e orientar os movimentos populacionais, em particular a migração rural-urbana, de modo a manter o controlo do território e, teoricamente, equilibrar a distribuição populacional. Por um lado, a promoção das infraestruturas agrícolas e sociais (educação e saúde) das zonas rurais, refletindo-se numa melhoria das condições de vida nessas regiões, tinha inerente um objetivo claro de evitar a migração para as cidades, sobretudo para Díli. Por outro lado, os programas de reassentamento traduziram-se na deslocação forçada de muitos timorenses, misturados em campos de reassentamento com famílias indonésias, permitindo às autoridades controlar a migração interna, evitar a movimentação para Díli incentivando a deslocação para locais menos densamente povoados, e reforçar a sua presença no território.

Assim, indiscutivelmente, o período de ocupação indonésia, foi marcado por fluxos migratórios muito significativos, induzidos e planeados pelas autoridades indonésias, em nome dos programas de desenvolvimento adotados, de zonas

mais densamente povoadas, para campos de reassentamento localizados em zonas menos povoadas. Ao mesmo tempo, e para restringir a migração para Díli, as autoridades indonésias reforçaram a aplicação do “documento de viagem”, sob rigoroso controlo militar, e implementaram um sistema de registo de agregados familiares. Contudo, a política indonésia de restrição e controlo da migração interna não teve os efeitos desejados (Guterres, 2003).

Em primeiro lugar, a deslocação forçada de timorenses para campos de reassentamento, em regiões selecionadas, onde deveriam manter convivência e ser influenciados por famílias indonésias, não resultou numa verdadeira integração dos timorenses na sociedade Indonésia e não teve efeitos duradouros, por várias razões, nomeadamente: porque alguns timorenses, com dificuldades de adaptação a esse novo modo de vida, arriscaram regressar a casa; e porque muitos indonésios trazidos pelo Governo para os campos de reassentamento, acabaram por regressar à Indonésia em 1999, ainda antes da violência se instalar no território.

Em segundo lugar, com a abertura de Timor-Leste ao mundo exterior, no final dos anos 80, sob a governação de Mário Carrascalão, para além dos indonésios “escolhidos” e controlados pelas autoridades para se instalarem nos campos de reassentamento, muitos outros, pobres e sem conhecimentos, entraram de forma desorganizada no território, à procura de trabalho e oportunidades económicas (Guterres, 2003). Esta situação tornou ainda mais difícil a integração e a alegada passagem de conhecimentos ao povo timorense, ao mesmo tempo que a cidade de Díli ficava sobrelotada, com todas as consequências daí resultantes: rápida urbanização, aumento do desemprego, fracas infraestruturas básicas para dar resposta a uma população crescente, falta de habitações, etc.

Em terceiro lugar, a aposta na educação, mesmo que sob um regime coercivo e com obrigatoriedade de utilização dos símbolos e da língua indonésia, levou a um aumento do número de graduados entre a população timorense que, para além de novas aspirações, tinham também, fruto de uma maior escolaridade, maior consciência da situação repressiva imposta pela Indonésia em Timor-Leste. Estes novos graduados aspiravam a procurar emprego e melhores condições de vida em Díli e, por outro lado, tornaram-se opositores à integração na Indonésia. Também face a um maior nível de escolarização, sobretudo entre as mulheres, os jovens começaram a colocar em causa as tradições culturais, ainda muito vivas nas aldeias, procurando em Díli um refúgio ao cumprimento dos rituais e tradições que, quase sempre, implicavam também despender elevados recursos económicos.

Em quarto lugar, a atuação do Governo e dos militares indonésios, estendida às aldeias, as pressões políticas e as graves consequências para os agitadores opositores do regime (sobretudo estudantes), levou muitos jovens a fugirem para Díli, único local onde esperavam encontrar proteção – sobretudo a Igreja Católica. Ao contrário do que se esperaria, o facto das autoridades indonésias exercerem um maior controlo sobre as zonas rurais, tornou Díli um local seguro para milhares de jovens.

Em quinto lugar, a melhoria das infraestruturas de ligação das zonas rurais à cidade de Díli, apesar de ter permitido uma maior eficácia das operações militares, também tornou mais fácil o acesso à capital.

Efetivamente, ao contrário do que se verificou no período de colonização portuguesa, durante a ocupação indonésia os movimentos migratórios rural-urbano cresceram de forma acentuada, apesar dos programas de desenvolvimento (planeados e intencionais) implementados pelas autoridades indonésias visando restringir estes fluxos migratórios. Assim, a migração interna foi, neste período, em grande parte, resultante do desenvolvimento imanente, associado ao avanço do capitalismo e às transformações económicas e sociais que isso acarretou. A população, incluindo muitos jovens, viram Díli como o centro das oportunidades, onde poderiam receber formação/educação, encontrar emprego e oportunidades de negócio, e alcançar maior bem-estar, beneficiando de todas as infraestruturas que, apesar dos investimentos realizados, permaneciam incipientes, escassas e de acesso limitado nos meios rurais. Mas Díli era também um porto seguro para aqueles que fugiam à repressão política e às tradições culturais nas aldeias – e, sem dúvida, estes fatores não económicos tornaram-se fortes incentivos à migração rural-urbana em Timor-Leste (Guterres, 2003).

4.3 Período pós-Referendo (1999–2006)

Com o referendo de 1999, que deu início ao reganhar da independência em Timor-Leste, o país foi assolado por uma nova onda de violência e destruição, que resultou na quebra do crescimento económico e na destruição das infraestruturas, de diversa natureza – económicas, sociais, transportes e comunicações, edifícios públicos, etc. Por outro lado, perderam-se milhares de vidas humanas, e muitos outros refugiaram-se nas montanhas, procurando proteção – estima-se que, nesta fase, cerca de 300 mil pessoas foram deslocadas no interior do país e 200 mil refugiaram-se em Timor Ocidental (PNUD, 2002: 13).

Depois da intervenção da comunidade internacional (International Force for Timor-Leste das Nações Unidas – INTERFET) visando a restauração da paz e da segurança, o país passa por um período de emergência – sob a administração provisória das Nações Unidas (United Nations Transitional Administration in Timor-Leste – UNTAET), e com o apoio de muitos doadores – e de reconstrução, até à efetiva independência em Maio de 2002. Durante este período (1999–2002), foram reconstruídas muitas infraestruturas básicas e recuperadas as atividades económicas (ainda que a economia funcionasse, em muitos aspetos, de forma artificial, face à presença de muitos internacionais), procurando estimular-se o desenvolvimento capitalista. Muitos timorenses, refugiados nas montanhas ou noutros países (nomeadamente na Indonésia), regressaram às suas terras (cerca de 196 mil, de acordo com dados do PNUD, 2002: 13), sendo que, porém, os fluxos migratórios para Díli acentuaram-se fortemente. E para isso contribuíram bastante a presença internacional, os fluxos financeiros que, na forma de ajuda ao desenvolvimento, entravam no país, com uma forte incidência em Díli, mas também a procura de proteção e segurança na cidade. Nesta fase, muitos timorenses, regressados dos locais onde se encontravam refugiados, ocuparam as terras e as propriedades abandonadas pelo Estado Indonésio ou por timorenses que tinham fugido do país – atitudes facilitadas pelo vazio legal relativamente à lei de terras e propriedades (International Crisis Group, 2010).

Com a independência, o Governo timorense adota o seu próprio modelo de desenvolvimento – Plano de desenvolvimento nacional (2002) –, assente na participação e envolvimento de toda a sociedade e em programas de desenvolvimento rural (Guterres, 2003; PNUD, 2011a), procurando melhorar as condições de vida e promover o bem-estar da população que, apesar de tudo, continuava a ser essencialmente rural (DNE, 2008)¹¹, dedicada à agricultura, e a viver em situação de pobreza.

Apesar disso, a migração rural-urbana, sobretudo dirigida a Díli, não deixou de ser muito significativa: em 2004, do total de população que residia em lares privados em áreas urbanas, 50% eram migrantes internos, oriundos de zonas rurais do país. Mais ainda, 32% da população urbana de 2004 (residindo em lares privados), vivia em zonas rurais, em 1999; e 28% da mesma população urbana de 2004, vivia em zonas rurais em 2002 (DNE, 2008) – o que mostra que, mesmo com as medidas de desenvolvimento implementadas pelo Governo timorense, em prol das áreas rurais, os fluxos migratórios para as cidades não deixaram de se verificar.

11 Efetivamente, de acordo com o Censo 2004 (o primeiro realizado após a independência), 74% da população vivia, naquele ano, em zonas rurais (DNE, 2008). Por outro lado, a agricultura, em 2004, empregava 70% dos trabalhadores timorenses (PNUD, 2006).

A análise dos Censos de 2004 permite também verificar que 40% da população que em 2004 residia no distrito de Díli era oriunda de outros distritos, o que demonstra bem a importância de Díli enquanto destino dos migrantes internos. A percentagem de migrantes internos em Díli é particularmente relevante nos grupos de jovens adultos, entre os 25 e os 34 anos: mais de 60% da população de Díli nestes grupos etários era migrante (DNE, 2006).

Os dados dos Censos de 2004 mostram, ainda, que 41% da população com mais de cinco anos se movimentou entre 1999 e 2004, sendo que a violência surge como a principal causa da movimentação – quase 40% das movimentações de população se devem a razões de violência – enquanto que a procura de trabalho e de melhor educação representam apenas, no total, 13% das causas das migrações neste período.

No período 2002–2004 os movimentos populacionais continuaram, com 38% da população com mais de 2 anos a movimentar-se. Especificamente em relação a Díli, os dados mostram que os migrantes internos representam, neste período, 8,6% da população de Díli (com idade superior a dois anos), com uma maior incidência entre os jovens. Novamente a violência surge como a principal causa destes movimentos (28%), mas, agora, outras razões começam a assumir papel importante, nomeadamente as questões relacionadas com a família (a mudança da família e o casamento representam já, em conjunto, 30% das causas da migração) e a procura de trabalho e educação (que, no total, representam 14%).

Em síntese, e pese embora os programas de desenvolvimento conduzidos pelo Governo, a migração rural-urbana, com destino sobretudo a Díli, foi, nos primeiros anos da independência, incentivada quer pelos sinais de desenvolvimento imanente mais visíveis na cidade, quer pela necessidade de fugir aos conflitos internos nas aldeias, fruto da instabilidade criada pela não concretização das expectativas alimentadas pela maioria da população em relação à melhoria rápida e imediata das suas condições de vida, com a independência.

Efetivamente, em 2004, e apesar dos avanços alcançados a nível social e político, Timor-Leste mantinha níveis de desenvolvimento humano preocupantes, como demonstram os principais indicadores (PNUD, 2006): a esperança de vida à nascença era apenas de 55,5 anos; quase metade dos adultos (15 e mais anos) eram ainda analfabetos; 43,8% da população não usa recursos de água salubre; 43% das crianças menores de cinco anos tinham peso insuficiente; o PIB per capita era apenas de cerca de 370 USD; aproximadamente 40% da população vivia abaixo do limiar da pobreza de rendimento (estimado em 0,55

USD/por pessoa/dia). Estes dados revelam que Timor-Leste encontrava-se em pior situação do que os restantes países asiáticos, apresentando mesmo o mais baixo valor para o IDHda região.

Estes indicadores de desenvolvimento e pobreza escondem, ainda, uma desigualdade entre as zonas urbanas (com destaque para Díli) e as rurais, onde os valores indicam uma situação ainda mais grave: por exemplo, nas áreas rurais, o PIB per capita é apenas de cerca de 150 USD e a incidência da pobreza de rendimento é de 46% (contra 26% nas zonas urbanas em geral, e apenas 14% em Díli e Baucau) (PNUD, 2006).

Esta situação, agravada pelo facto da maioria da população viver em áreas rurais, explica, de certo modo, porque razão as cidades eram vistas como um mundo de oportunidades. As aspirações relativamente a um melhor padrão de vida no pós-independência, sobretudo nas zonas rurais tardavam em se concretizar, o que conduziu, progressivamente, a uma onda generalizada de descontentamento e à instabilidade. A elevada taxa de desemprego entre os jovens (23,1% em 2004, de acordo com dados do PNUD, 2006) contribuiu igualmente para este cenário.

Assim, entre 1999 e 2006, Díli foi o destino de milhares de migrantes internos, incluindo muitos jovens. A população de Díli cresceu (2004), por isso, a uma taxa superior à média nacional, fruto do crescimento natural da população, mas também, e sobretudo, da migração interna¹² (Neupert e Lopes, 2006).

Contudo, num país maioritariamente rural, onde a agricultura de subsistência é o principal sector de empregabilidade, em Díli apenas 30% da força de trabalho estava empregada no sector de subsistência. Na capital, a população desempregada ou desmotivada representava, em 2004, cerca de 27% da força de trabalho, enquanto que a média nacional era apenas de 8,5%. Entre os grupos mais jovens a percentagem de desempregados ou desmotivados (i.e., que não procuram de forma ativa uma ocupação ou emprego), em Díli, era ainda mais dramática: 57,5% dos jovens de Díli entre 15 e 19 anos; e 39,5% daqueles com idades entre 20 e 24 anos. Por outro lado, e apesar dos sinais do desenvolvimento capitalista serem bem mais evidentes em Díli, relativamente às outras regiões do país, em 2004, o setor formal e moderno da economia empregava apenas 26,3% da força de trabalho da capital, e esta percentagem era particularmente reduzida entre os grupos mais jovens (7,1 % no grupo de 15–19 anos e 19,6% no grupo de 20–24 anos). Ora estes fatores combinados

12 Os dados mostram que, entre 1999 e 2004, a população de Díli cresceu a uma taxa anual de 10,9%, sendo que 43,6% deste crescimento foi devido ao crescimento natural da população, e 56,4% à migração interna (Neupert e Lopes, 2006: 25-26).

tornavam Díli particularmente vulnerável à turbulência social (Neupert e Lopes, 2006). Esta situação gerou, também ela, descontentamento, sendo, provavelmente, um dos fatores que contribuiu para a instabilidade social que tomou conta do país, e em particular da cidade de Díli, em 2006.

4.4 A Crise de 2006 e as suas consequências nas migrações internas

A crise de 2006 foi consequência desta instabilidade e das dificuldades próprias de um país muito recente (Auweraert, 2012: 14). Uma manifestação em Díli, e a demissão (por abandono dos quartéis), de um grupo de militares (peticionários), descontentes com a sua situação económico-social e com uma suposta política de discriminação interna dentro das forças armadas, foi o primeiro passo para um período de grande violência e instabilidade social e política, que contou também, posteriormente, com o envolvimento de grupos de jovens armados (gangs). Na base desta crise estiveram, porém, causas mais profundas, associadas às históricas rivalidades internas (designadamente a nível político¹³); à normal procura da violência como solução num país marcado por centenas de anos de colonização, ocupação estrangeira e guerra civil; à forma como foi concretizada a passagem para a independência, a nível das forças de defesa e segurança; ao problema associado à propriedade das terras, que continuava por resolver; e ao gorar das expetativas da população em relação ao processo de desenvolvimento do país, sobretudo no que se refere à resolução dos problemas da pobreza e do desemprego (Neupert e Lopes, 2006; Auweraert, 2012). A migração descontrolada de jovens para Díli, após 1999 e nos primeiros anos da independência – incentivada pelos conflitos nas áreas rurais e pelo desenvolvimento imanente, capitalista – deu também um importante contributo para novos conflitos, a partir da cidade de Díli, que geraram novos deslocamentos populacionais. Ou seja, a intensa migração para Díli, entre 1999 e 2006, ajuda também a explicar a crise instalada em 2006.

Como consequência, milhares de timorenses, num número que se estima em cerca de 150 mil os timorenses deslocados internamente, fugiram das suas casas, quer por causa de ameaças reais à segurança, quer pelo pânico e medo instalado (Auweraert, 2012: 16), sobretudo entre os timorenses que, vivendo em Díli, eram oriundos da zona leste do país (Neupert e Lopes, 2006: 7). Algumas casas e bens pessoais foram queimados e destruídos, e,

13 Para além das questões políticas, são muitas vezes referidas as diferenças e rivalidades entre os timorenses de Leste (*Lorosae*) e de Oeste (*Loromonu*). Esta é, porém, uma questão controversa, não havendo consenso sobre a real existência, natureza e causas destes conflitos, ou se se trata de um fenómeno novo, ou com origem em tempos passados. Sobre o assunto, ver Auweraert (2012).

novamente, o processo de desenvolvimento conduzido pelo Estado foi adiado, já que a assistência aos deslocados internos (Internally displaced person – IDP) e a resolução da crise passaram a ser, naturalmente, prioridades absolutas. Instalaram-se, então, campos improvisados de apoio aos deslocados, por toda a cidade de Díli. Mesmo após a chegada de tropas internacionais, a pedido do Governo timorense, para restaurar a paz e a ordem, milhares de pessoas continuaram a viver nestes campos de deslocados, quer por medo de regressar a casa, quer porque as suas casas foram queimadas (Neupert e Lopes, 2006: 9). Em 2007, a situação de medo foi agravada pela instabilidade provocada pelo líder rebelde Alfredo Reinado, das Forças Defesa Timor Lorosae/Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL), cuja captura pelas tropas australianas havia falhado. A nova onda de violência que se seguiu ao anúncio do novo Governo de Timor-Leste (2007) veio, ainda, provocar mais instabilidade, mantendo os campos e milhares de deslocados internos, sobretudo em Díli e nos arredores, mas também em Baucau (Auweraert, 2012: 18).

Na resposta a esta situação, o governo e a comunidade internacional, prestaram assistência humanitária aos deslocados internos a viver nestes campos, nomeadamente fornecendo bens alimentares gratuitamente. Esta ajuda, para além de ter provocado algum sentimento de injustiça¹⁴, tornou os campos de deslocados atraentes para outros grupos, incluindo pessoas fora de Díli, originando novos deslocados internos (International Crisis Group, 2008; Auweraert, 2012). As primeiras tentativas de resolução do problema associado aos deslocados a residir em campos improvisados, falharam também porque, na realidade, muitas destas pessoas mantinham o medo de regressar a casa, ou não tinham meios para o fazer (porque, por exemplo, haviam ficado sem casa e sem terra), ou ainda, no caso dos deslocados oriundos de outras regiões do país, porque a vida em Díli, mesmo que em campos de deslocados, revelava-se mais atrativa, oferecendo novas oportunidades económicas (International Crisis Group, 2008).

Posteriormente, adotando uma nova estratégia – estratégia de recuperação nacional –, mais abrangente¹⁵, o governo timorense foi capaz de resolver a situação, abandonando a distribuição de alimentos nos campos e apoiando

14 Este sentimento de injustiça deveu-se a dois fatores: por um lado, ao facto de ser exclusiva para os deslocados em campos e não para os que estavam a viver em casas de familiares/ amigos; por outro lado, ao facto de beneficiar os deslocados, que, no fundo, não eram substancialmente mais vulneráveis, do ponto de vista alimentar, que a maioria da restante população de Díli (International Crisis Group, 2008; Auweraert, 2012).

15 Para além da estratégia adotada pelo governo, naturalmente que a morte de Alfredo Reinado e a rendição dos seus homens contribuiu também para diminuir o medo, facilitando o regresso a casa de muitos dos deslocados internos.

(financeiramente) o regresso dos deslocados internos às suas casas e comunidades, quando isso foi possível, ou apoiando a recuperação/construção de novas casas – quando as antigas se encontravam total ou parcialmente destruídas/queimadas ou tinham sido ocupadas, ou simplesmente quando não existiam condições de segurança para o regresso às comunidades de origem¹⁶.

Com o encerramento dos campos de deslocados internos, o governo de Timor-Leste pôde, finalmente, voltar a atenção para a retoma dos programas de desenvolvimento.

16 Realça-se, neste período, o apoio da OIM Timor-Leste ao governo timorense, na resposta à resolução do problema dos deslocados internos (V. IOM, 2011b: 12-13).

5. Migrações internas e desenvolvimento: o que sabemos

5.1 Situação atual

O Governo timorense adotou, a partir de 2008, um conjunto de prioridades nacionais anuais, visando garantir a segurança, combater a pobreza e promover o desenvolvimento do país. Em 2009, nestas prioridades, destacou-se o apoio aos deslocados internos: “garantir a reintegração sustentável das pessoas deslocadas internamente nas suas comunidades, através da assistência social e de pacotes de recuperação; de programas de transferências pecuniárias para famílias vulneráveis, portadores de deficiência, veteranos e famílias de deslocados internos, com enfoque na provisão de habitação; do reforço da prestação de serviços de saúde nas comunidades” (PNUD, 2011a). Por outro lado, desde 2009, o desenvolvimento rural e a segurança alimentar aparecem na lista das prioridades nacionais, numa clara aposta no apoio às áreas rurais, onde reside a maioria da população. A descentralização dos serviços públicos e a formulação de programas de desenvolvimento nos distritos, foram medidas no mesmo sentido. A proteção social, especialmente dirigida a grupos mais vulneráveis (através de transferências sociais não contributivas), e a criação de emprego (em particular nas zonas rurais, através do programa “*cash for work*”¹⁷) foram igualmente assumidas como prioridades.

Depois dos efeitos negativos da crise de 2006, o país voltou a alcançar resultados económicos positivos, refletidos num crescimento do PIB a taxas sempre superiores a 5%, fortemente incentivado pelo investimento público (PNUD, 2011a). O PIB per capita atingiu os 805 USD ppc (PNUD, 2011b).

Os resultados foram bem visíveis ao nível do sector agrícola, com aumentos substanciais no total de área cultivada e na produção das principais culturas agrícolas, designadamente de arroz e milho. Ainda assim, a produtividade permanece a níveis muitos baixos, num sector que emprega mais de metade da população ativa (SEFOPE e DNE, 2010: 34). No estudo realizado pela Direcção Nacional de Estatística (DNE) e a Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego (SEFOPE) sobre a força de trabalho em Timor-Leste

17 Na consciência de que o emprego é fator determinante do desenvolvimento e do combate à pobreza, o Governo Timorense tem levado a cabo um conjunto de medidas e programas de promoção do emprego, sobretudo nas zonas rurais. Entre esses programas, encontra-se o “*cash for work*”. Com início em 2007, este programa consiste em oferecer oportunidades de emprego temporário (duração não superior a seis meses), em trabalhos públicos (arranjo de estradas e pontes, limpeza, reabilitação/construção de pequenas infraestruturas comunitárias, etc) contra a entrega de uma remuneração.

em 2010 constatou-se que 71% da força de trabalho estava localizada em áreas rurais e 51% dos agregados familiares tinham na agricultura e pescas a principal fonte de rendimento. Contudo, a fragilidade dos dados (expressa nos 17% de agregados familiares com “outras fontes” não especificadas de rendimento) sugere que esta percentagem seja muito superior (SEFOPE e DNE, 2010: 23–26). Este estudo revela ainda que 42% dos cerca de um milhão e cem mil habitantes tem menos de 15 anos. E que 5% da população tem idade igual ou superior a 65 anos.

Apesar dos progressos alcançados em diferentes dimensões do desenvolvimento humano, em particular no domínio da educação¹⁸, os indicadores atuais mostram que há ainda um longo caminho pela frente (PNUD, 2011b): quase 50% dos adultos (15 e mais anos) são analfabetos; cerca de 41% das crianças menores de 5 anos sofrem de desnutrição; 68,1% da população encontra-se em situação de pobreza multidimensional; 38,7% em situação de pobreza grave; e quase metade (49,9%) está abaixo do limiar de pobreza de rendimento (de acordo com a linha de pobreza nacional, estimada, em 2007, em 0,88 USD por pessoa/dia). O desemprego entre os jovens, e sobretudo o emprego vulnerável¹⁹, mantêm níveis preocupantes (SEFOPE e DNE, 2010; Ministério das Finanças, 2011b), sendo que estes são fatores que muito contribuem para que a situação económico-social do país seja ainda deficitária. Timor-Leste apresenta, ainda, um IDH baixo, ocupando a posição 147, em 187 países (PNUD, 2011b).

Ao nível da saúde pode destacar-se que o índice sintético de fecundidade em Timor-Leste tem sido dos mais elevados do mundo com cerca de 7,4 nascimentos por mulher, em particular no período que se seguiu à independência (PNUD, 2011a: 23). No período posterior verificou-se um

18 Atualmente, Timor-Leste é um dos países do mundo com maior despesa pública em educação (12,3% do PIB), o que se reflete em taxas brutas de escolarização primária e secundária muito positivas (PNUD, 2011b).

19 De acordo com os Censos 2010 (Ministério das Finanças, 2011b), a taxa de desemprego era, naquele ano, de 10,38%, particularmente elevado entre os grupos mais jovens (33,2% em idades inferiores a 15 anos; e 23,9% no grupo etário 15-24 anos). Contudo, entre os que são designados de *empregados*, encontram-se “(...) não apenas os trabalhadores do mercado formal remunerado, mas todos os que trabalham, formal ou informalmente, recebendo salário ou não – incluindo, por exemplo, os agricultores individuais que trabalham para o auto-sustento familiar – se compreende que a taxa de desemprego seja relativamente baixa” (SEFOPE, 2012). Por esta razão, mais do que a taxa de desemprego, assume particular importância em Timor-Leste, o *emprego vulnerável* – e este 70% dos empregados (de acordo com a amostra trabalhada no inquérito sobre a Força de Trabalho em Timor-Leste em 2010 (SEFOPE e DNE, 2010).

decréscimo para 5,7 nascimentos por mulher, sendo ainda dos mais elevados da região do Sudeste Asiático, em particular nas zonas rurais (DNE, 2010). A população não deixou de crescer²⁰, sobretudo a população urbana. E este crescimento deve-se, em grande parte, à migração rural-urbana, um fenómeno que se manteve. Apesar da população viver, ainda, maioritariamente nas áreas rurais (70% da população e 74% dos agregados familiares), destaca-se que, em 2010, em Díli – único distrito onde a maioria da população é urbana – vivia já 22% do total de habitantes do país e, mais importante ainda, 27% do total de pessoas entre 17–64 anos, ou seja, pessoas em plena idade ativa (Ministério das Finanças, 2011a). Da população total de Díli, cerca de 41% são migrantes internos, nascidos em outros distritos do país (Ministério das Finanças, 2011a) – uma percentagem semelhante à verificada em 2004 (Censos 2004) – o que mostra que a migração rural-urbana, dirigida a Díli, continua a ser muito significativa, apesar dos programas de desenvolvimento rural implementados e da resolução do problema dos deslocados durante a crise de 2006. Por outro lado, a grande maioria da população nascida em Díli não abandonou o local de origem (cerca de 93%).

Da atual população de Díli (Ministério das Finanças, 2011a), 53% não se movimentou e, entre os que se movimentaram, 30% fizeram-no na procura de educação (representando 14% da população atual de Díli) e 21% por razões de emprego (cerca de 10% da população de Díli), enquanto que apenas 4% se deslocaram devidos a conflitos (2% da população de Díli), ao contrário do que se verificou em períodos anteriores.

É também relevante notar (Ministério das Finanças, 2011a) que 43% da população de Díli que se movimentou o fez por razões familiares (seguir a família ou por casamento), o que denota que as questões não económicas, relacionadas sobretudo com laços familiares, têm, aparentemente, uma importância crucial nos movimentos migratórios atuais no país. Aliás, em termos nacionais, entre a população que se movimentou, quase metade (49%) o fez por estas razões, enquanto que a educação (25%) e o emprego (18%) aparecem em segundo lugar. Finalmente os conflitos têm hoje uma menor expressão como causa dos movimentos internos (apenas 6%), fruto de uma maior estabilidade político-social no país.

Em síntese, as migrações internas, essencialmente para Díli, são, ainda, uma importante causa do crescimento da população urbana no país. Estes fluxos

20 Segundo os Censos 2010, a população cresceu, nesse ano, a uma taxa média anual de 2,41% (Ministério das Finanças, 2011a).

migratórios são sobretudo explicados, atualmente, por razões associadas aos laços familiares num contexto onde a família é o principal ator na provisão da proteção social básica enquanto que as questões de educação e emprego aparecem em segundo lugar. Ainda assim, isto demonstra a importância do desenvolvimento imanente, associado ao capitalismo sobretudo evidente nas áreas urbanas (e em particular em Díli), como causa dos fluxos migratórios – até porque, sendo certo que grande parte da população que se desloca o faz para seguir a família, não deixa de ser verdade que o membro da família que se desloca em primeiro lugar o faz para procurar melhores condições de vida em Díli. Assim, depois de diferentes fases, ao longo da história, em que os deslocamentos internos estiveram muito associados, entre outros fatores, aos conflitos e eram de natureza temporária, hoje estas são causas com menor peso na migração. De qualquer modo, é certo que os programas de desenvolvimento (intencional) implementados pelo Estado tiveram, pelo menos até à presente data, uma influência relativa menor no processo migratório. Como nota Guterres (2003), não existem indicações de que as medidas de desenvolvimento seguidas, em prol de um maior investimento nas áreas rurais, se venham a revelar determinantes na diminuição dos fluxos migratórios para as áreas urbanas, sobretudo para Díli.

Timor-Leste, à semelhança de outros países com baixos rendimentos, enfrenta desafios profundos ao nível ambiental. As questões relacionadas ao fornecimento de água e as redes de saneamento básico, associadas à poluição dos espaços fechados e a contínua desflorestação de algumas zonas do território são aspetos relevantes que merecem ser tidos em consideração (PNUD, 2011a: 24–25). Estima-se que tenha já havido uma perda da cobertura florestal de cerca de 30% provocada pelo abate intensivo conjugado com práticas de queimadas, para posterior utilização dos terrenos agrícolas, o que contribui para o empobrecimento e erosão dos solos. Por outro lado, as estradas muitas vezes apresentam-se em condições que impossibilitam a sua regular utilização ao que acresce que há locais com dificuldade no acesso à água para irrigação devido ao assoreamento ou por não ser potável. Todos estes fatores têm uma profunda implicação na diminuição da produtividade da atividade agrícola podendo impactar numa potencial e consequente emigração rural-urbana.

Um outro aspeto que está identificado como tendo reflexos ao nível ambiental prende-se com os resíduos sólidos. Segundo o PNUD, Timor-Leste não tem recolha e nem tratamento adequado, o que favorece a contaminação dos cursos de água (PNUD, 2011a: 24) e naturalmente potencia a propagação de doenças para a população. A poluição do ar em espaços fechados, por via da

queima da madeira durante a confeção das refeições, é também uma questão que merece atenção. Salienta-se ainda que Timor-Leste, como as restantes ilhas da região do Pacífico, está muito exposta às mudanças climáticas que podem ter resultados devastadores através, nomeadamente, de ciclones, monções, ventos fortes. Estas alterações climáticas têm reflexos não apenas ao nível do aumento do grau de destruição, mas também potenciam situações de insegurança alimentar (PNUD, 2011a: 24–25).

Verifica-se ainda que a taxa de cobertura da rede elétrica é muito reduzida, em particular, junto dos agregados familiares rurais, onde em média a produção de energia elétrica diária não é superior a seis horas. A cobertura elétrica nas habitações dos agregados familiares rurais é inferior a 10% (PNUD, 2011a: 23). Deste modo, as despesas com outras formas de produção de energia são muito significativas. Apenas Díli e Baucau têm formalmente condições para beneficiar do fornecimento diário de energia elétrica durante o período de vinte e quatro horas, porém, na realidade a ausência de manutenção de alguns dos equipamentos, nomeadamente, geradores a diesel inviabilizam o fornecimento contínuo.

5.2 Uma análise estatística dos Censos timorenses pós independência

Todas as questões sobre o passado contam com a fidelidade da memória dos indivíduos. E sobre este aspeto existe a convicção que o afastamento temporal conduz a uma subavaliação da situação que se pretende descrever. Assim a comparação dos ritmos migratórios, a partir dos dois momentos retidos, será preferencialmente utilizada para avaliar tendências e intensidades relativas. Também os diferentes níveis territoriais tidos em conta alteram o número de deslocações: quanto mais fina for a unidade territorial retida maior será o número de alterações de residência (e.g. aldeia, suco ou distrito²¹).

Do ponto de vista do rigor teórico, a migração, enquanto deslocação geográfica, traduz um corte nas ligações com o meio socioeconómico de origem. Do ponto de vista da informação estatística de base, a opção de mudança de residência com manutenção do local de trabalho (por exemplo) não é facilmente isolável. Assim as deslocações geográficas que dão origem a movimentos pendulares posteriores não são aqui distinguidas das restantes migrações internas permanentes. Outra nota a reter, comumente referida neste tipo

21 Apresenta-se em anexo (anexo 6) mapa de Timor-Leste, para melhor perceção da análise efetuada.

de análises, liga-se com o facto de a questão dos Censos, que dá origem a esta informação, incidir exclusivamente sobre a distinção entre o local de residência em dois momentos determinados, não permitindo aferir outras alterações de residência ocorridas ao longo desse intervalo de tempo.

As migrações internas são aqui tratadas do ponto de vista estatístico, isto é, enquanto reveladoras das modificações na ocupação do espaço e nas respetivas funções. Não se pretende com esta abordagem esgotar a análise em torno de um tão importante fenómeno, antes traçar, a partir de uma macro-análise, os principais fluxos populacionais que se sobrepõem em Timor-Leste, a partir de informação decorrente do Recenseamento Geral da População de 2010 e utilizando as questões retrospectivas acerca da residência em 2004 e em 2010.

Nesta informação resultante dos últimos Censos realizados conseguimos já obter um conjunto de evidência que apontam no sentido de uma preponderância ou tendência de uma migração para Díli. A capital do país entre 2004 e 2010 torna-se o principal território de receção de migrantes internos (e também de migrantes internacionais) resultado de um processo histórico, explicado anteriormente, mas também de dinâmicas sociais, económicas e até sociológicas que caracterizaremos adiante. Estes dados são ainda confirmados pela análise da tabela 2 onde podemos verificar que Díli surge como o único distrito onde a migração líquida é positiva, isto é, onde a diferença entre o número de entradas e o número de saídas resulta num acréscimo populacional significativo (83.382 indivíduos de acordo com os dados do Censos de 2010).

De realçar que os movimentos migratórios internos afetam todos os distritos do país sem exceção verificando-se um assinalável movimento de migrações internas tanto de saída (*out migration*) como de entrada (*in migration*) em todos os distritos.

Tabela 1: Distribuição da População (residência), com dois anos ou mais, em 2004 e 2010 de acordo com os Censos (em %)

Distrito	2004				2010			
	Mesmo Distrito	Outro Distrito	Estrangeiro	Desconhecido	Mesmo Distrito	Outro Distrito	Estrangeiro	Desconhecido
Ainaro	80.2	2.2	2.6	15.0	96.7	3.1	0.2	0
Aileu	78.3	5.2	0.9	15.6	87.6	12.3	0.1	0
Baucau	76.8	1.4	0.2	21.6	95.3	4.4	0.3	0
Bobonaro	53.4	0.8	1.5	44.2	95.0	4.2	0.8	0
Covalima	74.3	3.7	7.6	14.5	94.1	4.5	1.4	0
Díli	75.2	8.3	3.2	13.4	52.6	44.1	3.3	0
Ermera	35.4	1.0	0.3	63.3	96.4	3.2	0.4	0
Liquiçá	56.5	8.4	19.3	15.8	93.9	5.4	0.6	0
Lautém	80.4	0.9	1.3	17.4	97.1	2.4	0.4	0
Manufahi	75.4	3.4	2.7	18.5	93.0	6.3	0.7	0
Manatuto	47.0	2.0	0.3	50.6	85.9	12.9	1.2	0
Oecusse	82.6	1.2	0.4	15.9	97.2	1.4	1.3	0
Viqueque	53.9	2.3	0.2	43.5	96.9	2.8	0.3	0
Total	66.3	3.5	2.8	27.4	84.8	13.9	1.3	0

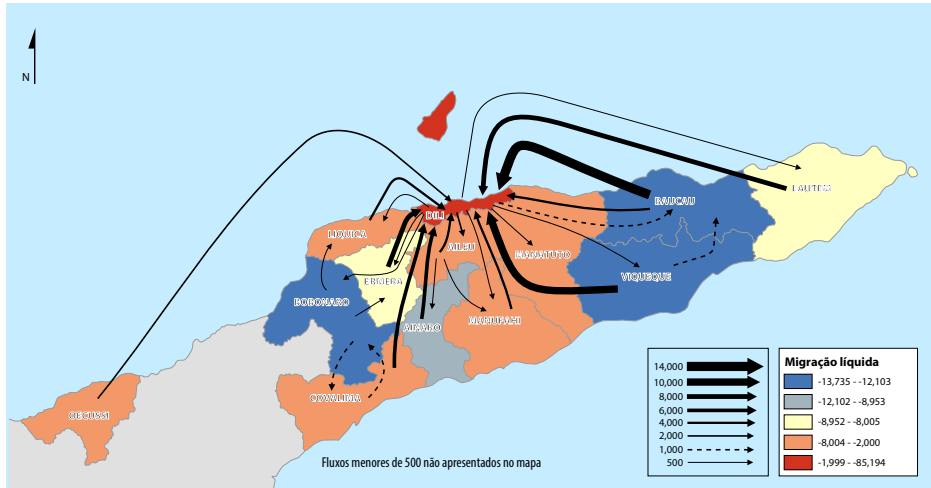
Fonte: Censo Timor-Leste 2004 tabela 9.07 e Censo Timor-Leste 2010 tabela 7.1.

Tabela 2: In-migration, out-migration e migração líquida da população com cinco ou mais anos de idade em 2010

Distrito	População total	Não Migrantes	(entradas) Imigrantes Internos	(saídas) Emigrantes Internos	Migração líquida
Ainaro	58,148	45,001	1,578	10,296	-8,718
Aileu	43,665	31,756	4,655	6,936	-2,281
Baucau	110,160	86,963	4,116	17,398	-13,282
Bobonaro	91,200	70,945	3,265	15,615	-12,350
Covalima	59,047	46,421	2,360	6,412	-4,052
Díli	228,564	95,143	90,756	7,374	83,382
Ermera	116,937	91,882	3,241	11,581	-8,340
Liquiçá	63,172	48,724	2,969	6,100	-3,131
Lautém	59,776	47,554	1,192	8,995	-7,803
Manufahi	48,614	37,190	2,657	5,797	-3,140
Manatuto	41,709	32,460	1,796	6,666	-4,870
Oecusse	63,514	49,225	748	4,366	-3,618
Viqueque	69,476	55,096	1,636	13,433	-11,797
Total de residentes	1,053,982	738,360	120,969	120,969	

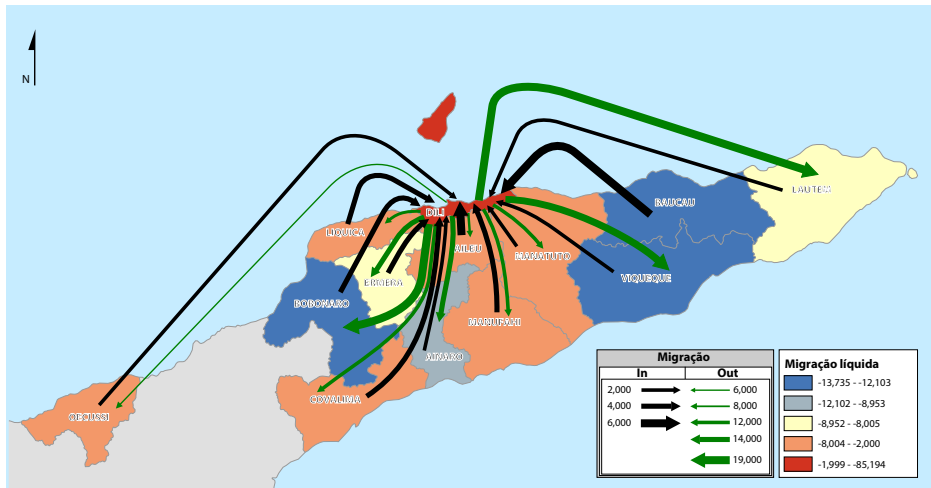
Fonte: DNE, 2012 (adaptado).

Figura 1: Migração líquida por Distritos



Fonte: DNE, 2012.

Figura 2: Migração líquida para Dili



Fonte: DNE, 2012.

Apesar deste facto o único distrito que mantém um saldo migratório positivo é o de Díli, surgindo como destino final para cerca de três em cada quatro dos migrantes internos em Timor-Leste.

5.3 Resultados de um inquérito prospetivo de 2013

A fim de aprofundar os dados obtidos pelos Censos de 2010, foi implementado um inquérito piloto (V. anexo 3) ensaiando, entre outros objetivos:

- a) Caracterizar os atuais migrantes internos em Timor-Leste (por sexo, idade, habilitações literárias, estado civil, religião, dimensão do agregado familiar atual) e os fluxos migratórios (locais de origem e destino);
- b) Conhecer as razões dos movimentos migratórios internos;
- c) Perceber se os migrantes encontram, ou não, nos locais de destino, os apoios necessários e se as suas expectativas são ou não correspondidas;
- d) Entender os efeitos/consequências destas migrações para os locais de origem (nomeadamente procurando compreender se os migrantes mantêm contactos com os locais de origem e se apoiam esses locais através do envio de remessas).

Trata-se, de todo o modo, de um inquérito piloto, de índole prospetiva, não representativo do universo, pelo que os resultados obtidos devem ser lidos tendo em conta estas contingências e apenas servir como base para análises futuras mais aprofundadas.

No total foram inquiridos 400 timorenses, dos quais:

- 63% são mulheres;
- 52% são jovens adultos entre os 20 e os 35 anos;
- 73% são casados e 26% solteiros;
- 99% são católicos.

A amostra foi selecionada a partir de uma quota territorial dos entrevistados (dividida por distritos e sucos) normalmente partindo de um primeiro contacto com um chefe de suco e após este momento por um processo de bola de neve (um entrevistado indicando o potencial entrevistado subsequente).

Mais de metade dos indivíduos inquiridos (55%) residem, atualmente, em agregados familiares com quatro–seis membros, mas destaca-se que 10% pertence a agregados familiares com 10 ou mais membros.

Em termos de habilitações literárias, refira-se que 14,5% dos 400 timorenses abrangidos por este inquérito afirmaram não saber ler nem escrever, enquanto que 81% concluiu um nível de ensino, a maioria completou o ensino secundário (39%), 27% o ensino básico e 15% o ensino superior (bacharel ou licenciatura).

Ou seja, numa síntese macroscópica podemos afirmar que os indivíduos inquiridos são maioritariamente jovens adultos, do sexo feminino, católicos e casados, com um nível de educação intermédio (secundário) e a residir em agregados familiares com uma dimensão média entre quatro–seis indivíduos.

O inquérito cobriu todos os 13 distritos do país, com uma maior incidência em Díli (27%), por ser, como se viu pela análise aos dados publicados dos Censos 2010, o Distrito com o maior volume de migrantes internos. Destaca-se também que 17% dos inquiridos (37% das mulheres e 11% dos homens) estão atualmente a residir no Distrito de Baucau e 18% no de Ermera, ou seja, o inquérito incide sobretudo nos 3 Distritos mais populosos de Timor-Leste, que acolhem, no total, 43,4% da população (Censos 2010).

Os resultados obtidos mostram que 79,5% dos indivíduos inquiridos tiveram uma experiência migratória prévia (ao nível da mudança de suco), tendo já vivido em mais do que um suco o que é um dado relevante na análise da dinâmica migratória timorense. Por outro lado, dos 318 inquiridos que, ao longo da vida, já mudaram de suco de residência, verificamos que 96,2% vive atualmente num suco diferente do de origem, sendo que apenas 3,8% vive no suco onde nasceu. Portanto, a maioria dos que migraram, independentemente do sexo, não retornou ao suco de origem. Este é, desde já, um importante resultado obtido demonstrativo do potencial migratório e da tendência estrutural das migrações internas em Timor-Leste.

Analisando o processo migratório dos inquiridos a nível dos Distritos (tabela 3), percebemos que em todos eles se verificou entrada de migrantes internos (indivíduos que vivem atualmente num Distrito, mas que nasceram noutra), sendo contudo Díli o Distrito de destino da maioria dos que se deslocaram internamente. Apesar disso, em todos os Distritos, incluindo Díli, se verifica saída de indivíduos para outros locais (emigração interna). Este é, aliás, um resultado também revelado pelos dados dos Censos 2010.

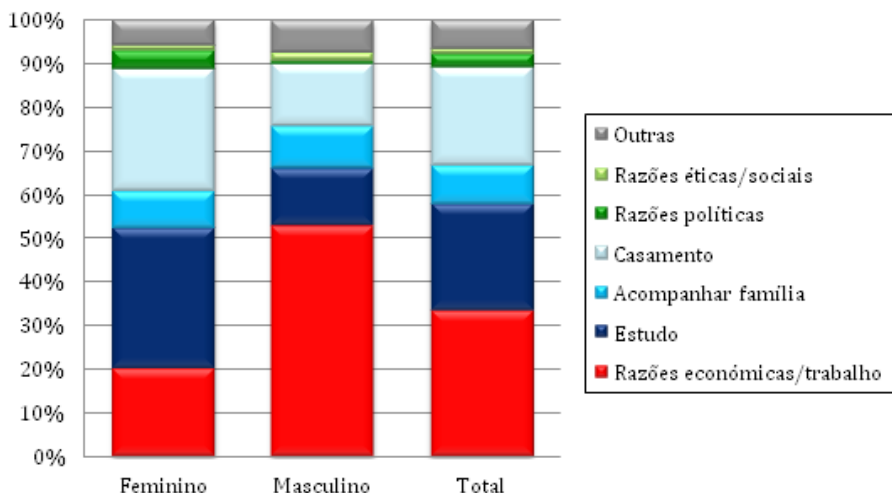
De acordo com os dados deste inquérito, deslocam-se para Díli indivíduos originários de todos os Distritos do país, em especial de Bobonaro (zona oeste de Timor-Leste) e Baucau (zona leste do país); também esta informação é confirmada pelos Censos 2010.

Dos inquiridos que revelaram ter já tido uma experiência migratória (aqueles que disseram não ter vivido sempre no mesmo suco), 62% são mulheres, 53% são jovens adultos que têm atualmente entre os 20 e os 35 anos, e 37% são adultos com idades entre os 36 e os 60 anos. Ou seja, uma fatia importante dos migrantes está atualmente em idade ativa.

Em termos de estado civil, verifica-se que migram tanto os solteiros como os casados, sendo os restantes grupos (separados/viúvos, união de facto ou outros) negligenciáveis.

De acordo com as respostas obtidas, e admitindo-se respostas múltiplas, a maioria dos indivíduos admitiu ter-se deslocado pela primeira vez do suco de origem por razões económicas ou de trabalho (sobretudo homens), enquanto que os estudos surgem como a segunda razão para deslocação (em especial entre as mulheres). Note-se, contudo, que, é essencialmente entre os homens que as razões económicas/emprego surgem como essenciais (V. figura 3). Entre as mulheres, as principais razões para a primeira migração residem nos estudos e no casamento.

Figura 3: Razões da primeira migração



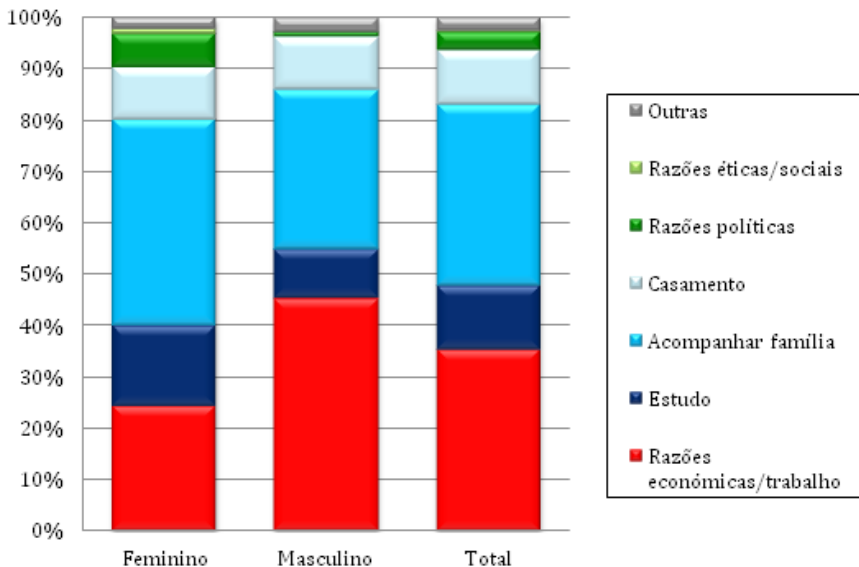
Fonte: Elaborada pelos autores, com base no inquérito realizado à população (2013).

Tabela 3: Processos migratórios internos, por Distrito: Distrito de nascimento versus Distrito de residência atual

	Distrito onde vive atualmente											Total				
	Aileu	Ainaro	Baucau	Bobonaro	Covalima	Dili	Ermera	Lautém	Liquiçá	Manatuto	Manufahi		Oecusse	Viqueque	Não aplicável	
Aileu	2	0	0	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	0	2	10
Ainaro	0	6	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	10
Baucau	0	0	44	0	1	0	1	5	0	2	1	0	10	4	68	
Bobonaro	0	0	1	42	2	0	0	0	0	0	0	0	0	16	61	
Covalima	0	3	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	5	10	
Dili	1	3	12	50	8	0	6	2	8	1	2	3	1	12	109	
Ermera	1	0	1	3	1	2	11	0	18	0	0	0	0	33	70	
Lautém	0	0	1	0	1	0	0	6	0	0	0	0	0	3	11	
Liquiçá	0	1	0	1	1	0	0	1	2	0	0	0	0	4	10	
Manatuto	1	0	1	2	0	0	0	0	0	5	0	0	0	1	10	
Manufahi	0	2	0	1	0	0	0	0	0	1	2	0	0	4	10	
Oecusse	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	0	10	
Viqueque	0	0	2	0	0	0	0	0	0	1	0	0	8	0	11	
Total	5	15	62	103	15	3	20	14	29	10	7	13	19	85	400	

Fonte: Elaborada pelos autores, com base no inquérito realizado à população (2013).

Figura 4: Razões da última migração



Fonte: Elaborada pelos autores, com base no inquérito realizado à população (2013).

Por outro lado, a maioria dos indivíduos que migrou mais do que uma vez, afirma que a última migração se deve essencialmente a razões económicas e para acompanhar família (V. figura 4). O acompanhamento da família é, aliás, a principal causa apontada pelas mulheres para a última migração, enquanto que, no caso dos homens, as razões económicas/trabalho são ainda as principais razões que conduziram à última migração verificada.

Isto significa que as razões económicas e de trabalho são, como se esperava, e como acontece em muitos países em desenvolvimento, as causas de grande parte das migrações internas em Timor-Leste, quer entre os homens, quer entre as mulheres. Por isso se compreende que a maioria dos migrantes seja indivíduos em idade ativa e se desloque para Díli, a principal cidade e centro económico.

O casamento e os estudos surgem também como importantes razões para a primeira migração, essencialmente das mulheres. Quando voltam a migrar, e para além das razões económicas/trabalho, os indivíduos fazem-no sobretudo para acompanhamento da família.

Os dados dos Censos 2010 indicam as razões económicas, o acompanhamento da família e os estudos como as causas fundamentais das migrações internas em Timor-Leste.

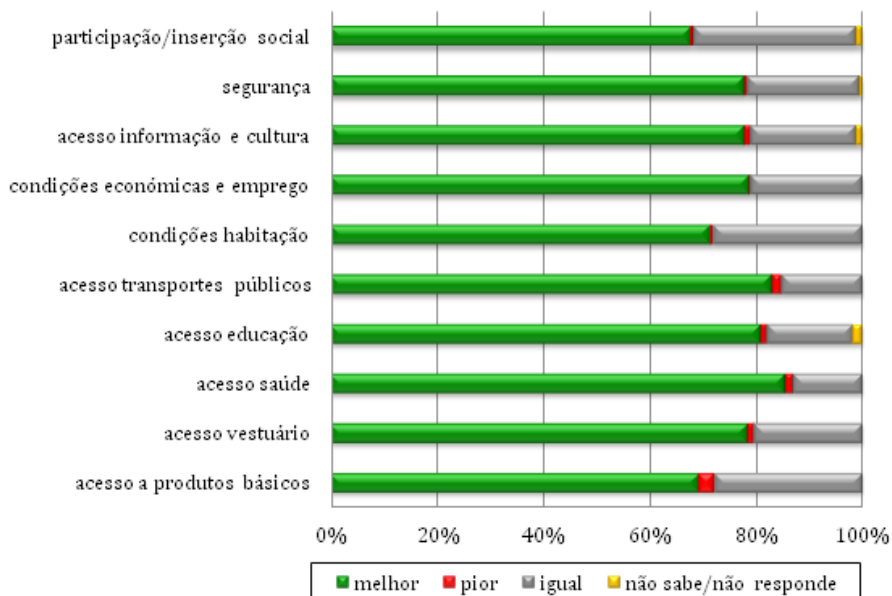
Tal como revelam os Censos 2010, também neste inquérito prospetivo as razões relacionadas com conflitos, ou potenciais geradoras de conflitos, parecem ter, agora, pouca expressão.

A maioria dos migrantes aspira, normalmente, a melhores condições de vida, qualquer que seja a causa da migração. A concretização ou não das expetativas criadas influencia, naturalmente, o modo como se olha para o processo de migração e o bem-estar individual e social (incluindo bem-estar subjetivo, próximo do conceito de felicidade). No caso de Timor-Leste, e de acordo com os dados deste inquérito prospetivo, a maioria daqueles que viveram experiências migratórias (99%) afirmam sentir-se atualmente inseridos na sociedade onde vivem, e revelam ter encontrado, no atual suco, as condições que julgavam importantes.

A melhoria das condições de vida é, na verdade, sentida/percebida pela maioria dos migrantes internos, em diferentes dimensões do bem-estar (V. figura 5). Assim, 85,5% daqueles que se deslocaram internamente afirmam ter encontrado no atual suco melhor acesso a saúde; 83% melhor acesso a transportes públicos; 81% melhor acesso a educação e 79% melhores condições económicas e de emprego. Ora, como as razões económicas e os estudos continuam a ter importância como causa das deslocações internas, podemos afirmar que os dados sugerem que, aparentemente, a migração foi positiva para a vida dos migrantes. Ainda que se trate de perceções, e porque o bem-estar subjetivo/percebido é um vetor crucial do conceito de bem-estar e de qualidade de vida, esta é uma importante consequência a retirar deste estudo.

Por outro lado, e apesar da inserção na atual sociedade, 91% dos migrantes inquiridos revelaram manter contato com o suco onde residiam anteriormente, sendo que 74% o visitam esporadicamente. Questionados sobre o apoio que prestam ao suco onde viviam anteriormente, metade dos inquiridos afirmaram enviar remessas em dinheiro e em espécie, apesar da maioria o fazer apenas esporadicamente. As remessas poderão representar uma importante forma de apoio ao desenvolvimento nas regiões de origem, por permitirem às comunidades dispor de rendimento (ainda que, por vezes, em espécie) extra suscetível de ser utilizado na satisfação das necessidades básicas.

Figura 5: Melhoria das condições de vida (percepção individual)



Fonte: Elaborada pelos autores, com base no inquérito realizado à população (2013)

5.4 Análise da percepção dos Sucos de Díli com base no inquérito aplicado em 2013

Sendo Díli o Distrito com maior número de migrantes, optou-se por realizar também um inquérito aos Chefes de Suco deste Distrito, com o objetivo de corroborar, ou não, os resultados obtidos pelo inquérito aplicado à população, bem como perceber as percepções daqueles que dirigem localmente os Sucos e estão, por isso, próximos das populações.

Assim, foram colocadas questões sobre a caracterização dos migrantes e os fatores considerados como motivacionais para a migração, com o intuito de perceber se as respostas dos Chefes de Suco vão ou não no mesmo sentido das conclusões retiradas do inquérito realizado à população (migrante, essencialmente). Estes Chefes de Sucos foram, por outro lado, inquiridos sobre aquelas que consideram ser as consequências principais da chegada de migrantes ao Suco que dirigem. Pretendeu-se, com estas questões, conhecer a percepções destes líderes locais sobre os resultados da migração, para o “seu” Suco, em diferentes domínios que afetam o desenvolvimento local e a qualidade de vida.

Dos 31 Chefes de Sucos do Distrito de Díli, foram inquiridos 24, tendo ficado excluídos os 5 Sucos do Subdistrito de Ataúro, por razões logísticas, e dois outros Sucos, por não ter sido possível contactar os respetivos dirigentes. Os Sucos cujos Chefes foram inquiridos representam, no total, cerca de 87% da população do Distrito de Díli.

Os resultados do inquérito permitem perceber que o Distrito de Díli está relativamente bem servido de infraestruturas essenciais, como escolas (58% dos chefes de suco revelaram ter pré-escola no respetivo suco; 79% escola básica até segundo ciclo; 33% escola secundária; 25% universidade; 54% escolas técnico-profissionais e/ou centros de ministram pequenos cursos formativos), posto saúde ou hospital (54%), água potável (58%), esgotos (71%), eletricidade (88%), rede telefone (100%), mercado bens alimentares e/ou não alimentares (75%), cafés/restaurantes (54%), igreja/capela (100%). Este fato ajuda, naturalmente, a explicar a atração que Díli representa para a população dos restantes Distritos do país.

Quando questionados sobre a sua perceção em relação à evolução da população do Suco que representam, a maioria dos Chefes de Suco revelou que a população cresceu desde 1975, (sobretudo entre 1975 e 1999, mas também nos períodos 2000–2006 e pós-2007) sendo que, contudo, uma percentagem elevada dos Chefes de Suco não sabia ou não respondeu a estas questões. Ainda assim, 83% dos Chefes de Suco inquiridos revelaram ter a perceção de que o Suco tem recebido migrantes desde 2007.

Acerca da origem dos migrantes, 46% afirmam que o Suco que representam tem vindo a receber migrantes de outros Sucos de Díli, 63% de outros países (imigrantes) e 83% (entre eles, os que lideram os Sucos mais populosos de Díli) revelaram que o Suco tem recebido indivíduos de outros Distritos do país. Chegam a Díli, a diferentes Sucos, indivíduos vindos de todos os Distritos de Timor-Leste, sendo que 50% dos Chefes de Suco indicaram Aileu, 46% Baucau e Viqueque e 42% Bobonaro, como regiões de origem dos migrantes. Estas respostas confirmam os resultados dos Censos 2010 e do inquérito aplicado à população, reconhecendo Díli como um Distrito de destino de muitos migrantes internos, vindos de todos os Distritos do país.

Os migrantes que chegam aos Sucos são, de acordo com as respostas dos Chefes de Suco, sobretudo crianças, jovens e adultos em idade ativa. 79% dos Chefes de Suco inquiridos revelaram que os migrantes que entram no Suco que representam são adultos em idade de trabalhar. Este é também um resultado obtido pelo inquérito aplicado à população, como se viu.

Relativamente às razões da migração, uma larga maioria dos Chefes de Suco afirmaram que os migrantes se deslocam para estudar (79%), para procurar trabalho (79%) e para se juntar à família (71%). É, porém, significativo notar que alguns Chefes de Suco (25%) apontaram também a procura de segurança como uma razão para a migração.

Alguns Chefes de Suco (46%, incluindo os Chefes de Suco dos dois Sucos mais populosos inquiridos) julgam que os migrantes se deslocam para Díli, sem que existam razões muito específicas para escolherem um determinado Suco, tendo, antes, como objetivo viver no Distrito de Díli. No entanto, outros Chefes de Suco (25%) consideram que a escolha recai naquele Suco em concreto, enquanto que outros não sabem ou não respondem (29%).

Por outro lado, mesmo uma parte significativa dos Chefes de Suco que consideram que a escolha dos migrantes é o Distrito de Díli e não um Suco específico, encontram justificações para a decisão de migrar para o Suco que representam. Assim, no global, os Chefes de Suco encontram na localização/centralidade geográfica do Suco (67%) e no facto das famílias aí residirem (63%) fortes razões para que os migrantes escolham um Suco em concreto, no Distrito de Díli. Por outro lado, a maioria dos líderes locais inquiridos consideram que a segurança no Suco (54%) e a existência de infraestruturas (42%) são também fatores de atração importantes. A existência de terras e propriedades para compra ou aluguer é referido como fator de atração por 33% dos Chefes de Suco inquiridos, enquanto que o baixo preço das casas e terras é indicado somente por 8% daqueles líderes locais. Estes resultados demonstram a importância que tem a família na sociedade em Timor-Leste, mas não deixam de revelar como as infraestruturas, a segurança e a existência de terra ou casa, são fatores fundamentais nas escolhas dos migrantes.

Relativamente às consequências do processo migratório, metade dos Chefes de Suco inquiridos (50%) consideram que o mesmo tem tido efeitos negativos para o Suco que dirigem. Entre estes efeitos negativos são sobretudo apontados os problemas de esgotos (63%) e o desemprego (58%), mas também a ocupação ilegal de terras e propriedades (46%). Note-se, porém, que cerca de 38% dos Chefes de Suco que responderam a este inquérito afirmaram que a migração tem tido efeitos positivos para o “seu” Suco. Como consequências positivas são indicadas sobretudo a existência reforçada de serviços importantes como escolas (42%) e mercados/lojas (42%). Apenas um Chefe de Suco se refere ao aumento da insegurança/violência como um efeito do aumento de migrantes no Suco.

Assim, e apesar do inquérito realizado à população indicar, como se viu, que, aparentemente, a migração tem sido positiva para a maioria dos migrantes, na perspetiva de melhoria das suas condições de vida e bem-estar, na verdade a percepção dos Chefes de Suco do principal Distrito de destino dos migrantes vai no sentido de alguns efeitos gravosos para estas regiões. Este facto leva-nos a sugerir que seja rigorosamente analisada a situação dos Sucos de Díli, procurando, através de medidas e políticas públicas, dar resposta a alguns dos problemas apontados, nomeadamente no que se refere ao investimento em infraestruturas básicas (saneamento, água e esgotos, melhoria das condições das escolas e dos centros de saúde) ou ao incentivo ao investimento e aos micronegócios, visando o aumento de postos de trabalho. Estas são, aliás, recomendações dos próprios Chefes de Suco inquiridos. A este propósito, refira-se que alguns destes líderes locais apontaram também a necessidade de apostar na formação e na ocupação dos jovens, enquanto outros admitiram ser indispensável sensibilizar e envolver as comunidades, levando-as a colaborar com as autoridades públicas, em medidas concretas de melhoria das condições infraestruturais dos Sucos e na promoção da paz social.

5.5 Uma tipologia das migrações internas em Timor-Leste

Uma tipologia é uma classificação multidimensional. A concretização e síntese da realidade num conjunto limitado de descritores só faz sentido numa lógica contextual que os assuma como entidades não reais, isto é, como “tipos-ideais”, de uma tipologia cuja função principal é a de ser redutora da complexidade para objetivos analíticos. Pretendemos iniciar um percurso de construção de tipologias sobre as migrações internas e, numa segunda fase, das tipologias internacionais em Timor-Leste, mas não é, nem poderia ser, um estudo representativo da totalidade e complexidade das migrações internas neste país.

Em Timor-Leste a identificação desta tipologia permitiu não só perceber a natureza complexa deste fenómeno, mas também identificar recomendações para a definição de políticas públicas diferenciadas. Em particular, tornou-se evidente que há grupos sociais que apresentam vulnerabilidades diferenciadas que resultam de causas migratórias distintas e para as quais é necessário desenhar políticas públicas dirigidas.

1. Um primeiro tipo de migração interna é o que decorre de uma migração laboral subordinada ou de uma migração laboral independente. A procura de um emprego remunerado ou a migração para o exercício de uma

profissão específica impulsiona um conjunto de indivíduos a migrarem no interior do território timorense deslocando-se para outro suco ou distrito. Este tipo de migração pode assumir a forma de uma migração rural-rural ou de uma migração rural-urbana. No primeiro caso (migração rural-rural) a sua difusão ocorre ao longo da totalidade do território timorense no segundo caso (migração rural-urbana) esta tende a ocorrer sobretudo em direção aos principais centros destacando-se o caso de Díli como o centro urbano recetor da esmagadora maioria destes migrantes. Denominaremos este tipo de migrantes de *migrantes laborais*.

2. Encontramos um segundo tipo de migrantes que tem uma correlação direta com o género (ou sexo) dos migrantes. Dito de outro modo, trata-se de um tipo de migração interna ou inter-regional (de distância variável) ligada ao género (por consequência do casamento). Tende a ser maioritariamente desenvolvida por mulheres que, no momento do matrimónio, deixam a sua família e aldeia de origem e vão viver para a aldeia do marido. Encontramos casos em que esta migração é desenvolvida pelo homem mas, indubitavelmente, a maioria dos casos são a de migração de nubentes mulheres. A distância percorrida pode ser muito curta (e.g. para uma aldeia vizinha) ou mais longa (e.g. para um outro suco ou distrito) e, em períodos mais recentes, pode acumular-se a uma migração rural-urbano quando ao casamento se sobrepõe uma migração pra Díli. Denominaremos este grupo de *migrantes pós-matrimoniais*.
3. Um terceiro tipo é o dos migrantes por via do *reagrupamento familiar* que resulta de migrações de membros da família que se seguem à migração prévia de um familiar (normalmente o homem). Estão incluídos neste tipo os filhos e outros membros da família nuclear mas também membros de família mais alargada (sogros, primos, cunhados, sobrinhos, etc.). Distinguem-se das migrações pós-matrimoniais porque podem acontecer em qualquer momento do ciclo de vida e não apenas num momento imediato após o casamento, por envolverem outros membros da família que não o/a cônjuge. Não são um subtipo das migrações pós-matrimoniais mas um tipo específico de migrações internas podendo ser induzidas pelo primeiro (ou primeiros) migrantes de cada família.
4. Um quarto tipo, ligado ao desenvolvimento recente de Timor-Leste, é o da migração interna de estudantes e a sua deslocação para os principais centros educativos do país. Em virtude do incremento do número de alunos inscritos no sistema educativo timorense, em todos os níveis de

ensino, a migração que tem como objetivo o estudo acelerou e tornou-se um importante fator condicionador da migração interna. A concentração da oferta formativa de nível pós básico em apenas alguns locais do país (e.g. distritos) obriga à deslocação de crianças e jovens para esses centros urbanos, modificando a paisagem humana das cidades, que se torna mais diversa, e colocando enormes desafios à gestão eficaz do sistema educativo timorense. Denominaremos estes migrantes de *migrantes estudantes*.

5. Um quinto tipo distinto resulta de fluxos migratórios temporários do passado cuja evidência estatística ou persistência real importa referir. Denominaremos este fluxo de *ex-migrantes/ex-refugiados internos*. Em diferentes vagas no passado provocaram um conjunto de fluxos migratórios que a estatística e a história de Timor permitem revelar.

O tipo de migrantes internos laborais (tipo 1) é, obviamente, o tipo maioritário atualmente. Pode ser explicado através de uma perspetiva teórica em que a migração rural-urbana é sintetizada como um processo de redistribuição de recursos humanos, diminuindo o excesso de oferta de mão-de-obra nas áreas rurais e suportando a oferta de mão-de-obra em áreas urbanas. As migrações aparecem, implicitamente, como elementos com potencial “harmonizador” das desigualdades entre áreas geográficas. Essa conceção está profundamente enraizada nas vertentes contemporâneas da teoria económica neoclássica, que entendem os movimentos migratórios como uma realidade correspondente à “mobilidade geográfica dos trabalhadores”, que emerge dos desequilíbrios espaciais dos chamados fatores de produção (terra, capital e recursos naturais) e cumpre um papel positivo de harmonização desses desequilíbrios. São pressupostos básicos, no seio das teorias neoclássicas, a existência de diferenciais de salário e oportunidades de emprego entre diferentes áreas e de uma racionalidade individual que calcula custos de permanência e mudança, assim como uma perceção das migrações como resultado da soma de decisões que são individuais. Este tipo migratório encontra o seu equivalente nas migrações internacionais.

Na perspetiva sociológica, uma das abordagens mais marcantes sobre o fenómeno utiliza, como ponto de partida da sua análise, a hipótese economicista que relaciona as migrações com a estruturação económica, descrevendo o modo como ocorre a aglomeração espacial provocada pelo processo de produção de desenvolvimento económico (e.g. com a industrialização ou o desenvolvimento de atividades de serviços). A necessidade de utilizar uma mesma infraestrutura de serviços especializados e a possibilidade de usufruir

de “economias externas”, decorrentes da complementaridade que se verifica entre os estabelecimentos (e.g. industriais ou de serviços) são os principais fatores explicativos. Nesta lógica, observa-se que, após despoletado o processo de desenvolvimento económico, ocorre um afluxo de população para a região, que passa a apresentar forte crescimento demográfico, o qual, por sua vez, traz consigo um aumento do consumo de bens e serviços, o que atrai novas atividades produtivas. Neste raciocínio, as migrações constituem-se como mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta ao rearranjo das atividades económicas.

Nesta perspetiva o desenvolvimento económico não é, porém, um processo espontâneo, sendo viabilizado através de arranjos institucionais que permitem, por um lado, acelerar a acumulação de capital e, por outro, encaminhar o excedente acumulável para novos investimentos que multiplicam e sustentam os investimentos anteriores. Esses arranjos têm natureza diferenciada conforme o contexto histórico sendo induzidos pela intervenção do quadro institucional que favorece a concentração do capital e a concentração espacial das atividades económicas e, por vezes, o faz de forma desequilibrada entre regiões promovendo ou suportando o desenvolvimento de umas regiões mais do que de outras provocando, no limite, desigualdades regionais, de tal modo que algumas áreas ficam esvaziadas de população e outras extremamente povoadas. Será este o caso de Díli face a todos os outros distritos do país?

Estas disparidades regionais são elementos-chave no processo migratório que caracteriza processos de desenvolvimento económico. As populações das regiões empobrecidas, que não oferecem oportunidades económicas, experienciam, comparativamente, um quadro de retrocesso dos seus níveis de vida, surgindo uma situação favorável à expulsão de grandes contingentes demográficos. Dois tipos de fatores de expulsão no que se refere às migrações: os fatores de mudança, decorrentes da introdução de relações capitalistas no campo, e os fatores de estagnação, relacionados com limitações na disponibilidade de terra, seja pela própria insuficiência física de terras cultiváveis, seja pela monopolização da posse da terra por grandes proprietários ou pelo Estado. Será este o caso de Timor-Leste?

Necessitamos, no caso de Timor-Leste, de introduzir na nossa análise uma visão histórica, marcando a especificidade com que migração interna se expressa em diferentes momentos e lugares (e.g. explicando a predominância de Díli como destino migratório interno), e pela compreensão estrutural que resulta deste processo, ao nível social, económico ou político. Não é possível descurar

o facto de se tratar de um país em reconstrução, de um país numa fase de pós-conflito, que viveu sucessivas revoltas internas ao longo da última década e cujas únicas estruturas institucionais que permanecem são o Estado central, os poderes tradicionais e a Igreja católica. Os equilíbrios que necessitam de ser feitos são difíceis e implicam escolhas longamente negociadas pelo que não têm efeitos imediatos.

Apresenta-se na tabela 4 uma síntese da análise dos fluxos migratórios ocorridos, nos períodos anteriormente identificados (até 1975; 1975 a 1999; 1999 a 2006; 2006 a 2013), de acordo com a intensidade face à tipologia de migrantes internos proposta neste estudo.

Tabela 4: Tentativa de faseamento das migrações internas em Timor-Leste de acordo com a tipologia

Tipologia de migração interna		Até 1975	1975–1999	1999–2006	2006–2013
1	Laborais (<i>subordinada ou independente</i>)	3	3	3	3
2	Pós-matrimoniais	2	2	2	2
3	Reagrupamento familiar	1	5	4	1
4	Estudantes	1	2	2	3
5	Ex-migrantes/ ex-refugiados internos (<i>e.g. fluxos migratórios temporários</i>)	2	1	5	3

Legenda: 1: Pouco intensa 5: Muito intensa

Fonte: Elaborada pelos autores

6. Conclusões e recomendações

Conclusões

1. A análise da literatura efetuada no primeiro capítulo deste trabalho permitiu verificar que diferentes autores têm identificado um vasto e diversificado conjunto de teorias ligadas às migrações, migrações internas, teorias do desenvolvimento humano e ligações entre teorias das migrações e desenvolvimento que apenas de forma parcial são aplicáveis a Timor-Leste. A situação de pós conflito, de pós independência, de estabilização de estruturas governativas e de movimento (duplo) de país sob domínio secular de potências estrangeiras a Estado independente tornam o caso de Timor-Leste singular no panorama internacional. A interpretação dos movimentos de migração interna não pode ser feita apenas através da análise de um centralismo da capital Díli (porque os grandes movimentos de população têm decorrido ao longo de todo o território), não pode ser analisado apenas à luz de movimentações pós-conflito (já que desde 2006 o movimento de retorno apoiado foi uma realidade bem sucedida em Timor-Leste), não pode ser analisado apenas à luz de políticas desenvolvimentistas concentradas na capital (já que alguns movimentos migratórios de cariz laboral ou familiar não podem por esta via ser explicados). A nosso ver a explicação para a migração interna em Timor-Leste só pode, pois, ser encontrada num complexo conjunto de questões que a história, a cultura timorense e a análise política permitem, no seu conjunto explicar. As causas para esta migração são, neste sentido, múltiplas e variadas.
2. Tal como demonstrado por um número alargado de autores (ver por exemplo Mazumdar, 1987; Nabi, 1981) a tendência para a migração rural-urbano decorre, em parte, da existência de desigualdade nos níveis de desenvolvimento económico de um dado país ou região. Este processo de atração pelas zonas urbanas acontece normalmente de uma forma concentrada no tempo (provocando um boom de crescimento urbano) mas as suas consequências tornam-se difíceis de resolver no curto prazo e, em alguns casos, tornam-se permanentes. A solução parece ter de ser encontrada *ex ante*, evitando-se ou mitigando-se o problema através de políticas desenvolvimentistas adequadas e proporcionalmente desenvolvidas ao longo de todo o território e destinadas ao conjunto da população. A armadilha que o conceito de *migration hump* (Martin e Taylor, 1996) enquadra mostra que o baixo rendimento das populações rurais os impele para uma migração interna ao mesmo tempo que impede uma

migração internacional (nunca são os mais pobres que migram internacionalmente). Apenas o desenvolvimento integrado e o incremento dos níveis de rendimento proporcional no conjunto do território impedirá grandes fluxos populacionais em direção às regiões mais desenvolvidas ou de rendimentos mais elevados. Neste como em outros casos a pressão económica sobre o diferencial de rendimentos entre populações de duas regiões distintas impulsionará deslocações humanas e desequilíbrios demográficos com consequências para a coesão territorial (Ziesemer, 2011).

3. No âmbito deste estudo a tentativa de estabelecer umnexo entre migração e desenvolvimento não pode ser obtida de forma definitiva mas existem indicadores que parecem demonstrar que de entre as principais causas de migração contemporânea está a migração laboral/económica que atrai populações para as áreas urbanas e as afasta de áreas menos desenvolvidas. Contudo este não é o único factor que promove migrações internas em Timor-Leste. Tal como demonstrado anteriormente a tipologia de causas para as migrações é múltipla e as migrações decorrem entre todos os distritos (de e para todos os distritos) o que indicia uma dinâmica populacional intrínseca à população timorense. Se é certo que nada indica que políticas de desenvolvimento regional provocarão o fim das migrações é porém provável que a sua ausência tenda a provocar um afunilamento do crescimento ao nível regional e uma tendência para uma concentração em algumas regiões de destino com consequência ao nível dos indicadores de desenvolvimento humano tanto na origem como no destino (De Haas, 2007).
4. A adoção de uma abordagem sistémica pode justificar-se se permitir captar a dinâmica e complexidade dos fluxos migratórios contemporâneo e a sua integração com complementares lógicas de desenvolvimento humano. Neste estudo, pelo seu grau inicial e de aproximação ao tema a partir da construção de mecanismos e lógicas de investigação iniciáticas, tal abordagem não foi concretizada. Porém, a integração de uma abordagem sistémica através da concretização de uma equipa multidisciplinar que sistematize os indicadores disponíveis e permita construir uma estratégia de desenvolvimento humano integrado para Timor-Leste parece ser o passo seguinte na construção analítica agora iniciada. São várias as ligações que um olhar a partir do nexomigrações internas e desenvolvimento humano permitem concretizar a saber: ligação entre migrações internas e questões de género (via migrações familiares/ migrações pós-matrimoniais); entre migrações e direitos humanos (e.g. o caso do barlaque); entre migrações e a criação de capital humano (migrações de estudantes); entre migrações e

situações de pós-conflito (caso dos deslocados internos); entre migrações e situações complexas de pós-conflito remanescentes (e.g. deslocados em Kupang); entre migrações e investimento (e.g. concentração regional do investimento estatal); entre migrações e organização territorial (e.g. projeto de descentralização autárquica), etc.

5. A maior parte das instituições envolvidas no processo migratório intra territorial em Timor-Leste não recolhe e não trata (ou recolhe mas não trata) a informação processual de molde a que esta possa gerar estudos interpretativos. Para um aprofundamento da análise e avaliação das políticas públicas destinadas aos migrantes importa recomendar uma melhor integração entre as instituições envolvidas, uma recolha sistemática de dados e a sua disponibilização pública para poder ser submetida a um processo analítico. A concertação deste estudo e dos seus resultados com as conclusões do estudo sobre *a avaliação das capacidades de gestão de dados sobre migrações em Timor-Leste* permitirá construir uma estratégia de construção de informação e de divulgação da mesma junto dos investigadores e decisores políticos interessados.
6. O Distrito de Díli tem sido o que mais migrantes atrai pelo que a pressão demográfica e a falta de condições infraestruturais em determinados Sucos ou aldeias poderá contribuir para o aparecimento de focos de tensão ou ainda para a propagação rápida de doenças. Dos contactos estabelecidos destacou-se a preocupação com a necessidade de investimento em infraestruturas, nomeadamente, saneamento básico (águas e esgotos), recuperação de escolas e centros de saúde, assim como com a criação de condições para a formação e a criação de micronegócios.

Recomendações

1. A importância de ser criado um sistema integrado de observação, rastreio e informação das migrações internas e internacionais dos timorenses parece emergir como a primeira das recomendações. Importa criar dispositivos de informação relativa aos migrantes, tanto na origem como no destino, relativo aos processos de migração, a programas destinados aos migrantes ou às dificuldades sentidas no processo migratório. Sem um observatório das migrações não é possível antecipar soluções para potenciais conflitos ou dificuldades.
2. Uma outra importante recomendação deve ser feita a nível da necessidade de criação de estruturas de investigação e formação de estudantes e quadros técnicos no âmbito da migrações e desenvolvimento. A UNTL, numa óptica

de capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento de estratégias de planeamento e de concretização de políticas públicas, deve construir programas de formação avançada (Mestrados e Doutoramentos mas também cursos de formação técnica, conferências temáticas, etc.) destinados a estudar fenómenos como as migrações internas e internacionais e a sua ligação ao desenvolvimento sustentável e ao desenvolvimento humano. A interligação de conhecimento já realizado com a capacitação de técnicos e decisores políticos mais capazes e informados deve ser uma prioridade no desenvolvimento de Timor-Leste. Este projecto afigura-se como um bom projeto-piloto na aferição das capacidades potenciais já existentes em Timor-Leste e que necessitam agora de ser sustentadas num processo de médio prazo.

3. Recomenda-se o desenvolvimento de uma estratégia de desenvolvimento de projectos de formação, tanto nas regiões de destino como de origem dos migrantes – de forma a promover a capacitação dos imigrantes na sua autonomização e possibilidade de desenvolvimento de projecto próprios e/ou maior possibilidade de inserção profissional. O público alvo deve ser amplo mas a capacitação dos jovens deve ser uma prioridade. Através da capacitação para o exercício de actividades ligadas a actividades de desenvolvimento local (e.g. ligadas à agricultura, pesca, artesanato ou turismo), de projetos de empreendedorismo, de projetos de inovação social, tornar-se-á possível fixar populações em regiões que agora parecem não ter capacidade de fixação.
4. A criação de uma entidade que permita, numa primeira fase, um mapeamento das estruturas existentes e, numa segunda fase, na construção de mecanismos de planificação de sinergias e de redução da duplicação de custos associados a estas populações deve constituir uma prioridade das políticas públicas. A recomendação que aqui fazemos vai no sentido de agregar Estado, poder local e sociedade civil (e.g. ONGs ou Igreja Católica) no sentido de promover um desenvolvimento baseado em redes eficazes que possa empoderar aqueles que mais eficazmente possam concretizar projetos ao nível local. A formação de um sistema de contactos em rede que permita o desenvolvimento de parcerias para o auxílio ao retorno e à reinserção dos migrantes timorenses, que envolvam instituições governamentais, não governamentais e ligadas à igreja católica afigura-se como crítica para o sucesso no curto ou médio prazo de desenvolvimento e sustentação do território timorense e das suas populações.

5. A implementação de programas de desenvolvimento regional integrados (saúde, educação, habitação, desenvolvimento ambiental, etc.), numa lógica de promoção da fixação de populações nos seus territórios de origem deve ser prosseguida como estratégia nacional. É certo que há já resultados obtidos a partir do Programa de Desenvolvimento Descentralizado mas continua a verificar-se um acentuado desequilíbrio ao nível de infraestruturas sociais existentes entre Díli e todos os outros distritos, e, nestes, entre as áreas urbanas em relação às zonas rurais (essencialmente de montanha). A criação de programas integrados de desenvolvimento plurianuais, com objetivos que possam ser mensurados com rigor, permitirá responder aos desequilíbrios regionais e atenuar a tendência de atratividade que Díli vem gerando sobre todo o território nacional atenuando o atual desequilíbrio na coesão social e territorial.
6. A criação de um plano coerente de construção ou de recuperação de infraestruturas básicas no Distrito de Díli, articulado com ações de formação profissional específicas e campanhas de sensibilização, poderia contribuir para a melhoria das condições de vida nas zonas periféricas do distrito como teria a virtualidade de criar mais oportunidades de emprego. Por outro lado, poderia acentuar e acelerar o fluxo migratório em direção à capital pelo que também o plano de desenvolvimento de Díli deve ser realizado em concertação com o desenvolvimento do remanescente território timorense.

7. Bibliografia

Amaro, R. R.

2003 *Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria.* Cadernos de Estudos Africanos No .4 (Jan./Jul. 2003):35–69. https://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/3186/1/2003_4_02.pdf.

Amin, S.

1978 *A caminho de uma nova crise estrutural do sistema capitalista.* Crítica e Sociedade 4, Edições Afrontamento, 2ª edição Porto.

Auweruert, P. V.

2012 *Ending the 2006 Internal Displacement Crisis in Timor-Leste: between humanitarian aid and transitional justice.* IOM Migration Research Series, No. 44, International Organization for Migration (IOM), Geneva. http://publications.iom.int/bookstore/free/MRS44_13June2012.pdf.

Banerjee, A. V. e E. Duflo

2012 *A Economia dos Pobres. Repensar de Modo Radical a Luta contra a Pobreza Global.* Temas & Debates, Círculo de Leitores, Lisboa.

Bhagat, R. B.

2010 *Access to Basic Amenities in Urban Areas by Size Class of Cities and Towns in India.* Paper presented at the 1st Asian Population Conference held during 16-20 November, 2010, New Delhi.

Castles, S.

2008 *Development and Migration – Migration and Development: What comes first?* (Revised paper 14 April 2008), Social Science Research Council Conference, Migration and Development: Future Directions for Research and Policy, 28 fevereiro – 1 março 2008, Nova Iorque.

Cinatti, R.

1950 *Esboço histórico do sândalo no Timor Português.* Paper apresentado ao Colóquio na Junta de Investigações Coloniais, Lisboa.

Coelho, T.

2003 *Integração Económica Regional: que perspectivas para Timor-Leste (a ASEAN e o Grupo ACP).* Tese de Mestrado, Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa. www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1546.

Delgado-Wise, R. e L.E. Guarnizo

- 2007 *Migration and Development: Lessons from the Mexican Experience*. Washington D.C.: Migration Information Source. www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?ID=581.

Deshingkar, P. e S. Grimm

- 2005 *Internal Migration and Development: A Global Perspective*. IOM Migration research Series No. 19, IOM, Geneva. www.odi.org.uk/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/68.pdf.

Ebel, B.

- 1991 *Patterns of Government Expenditure in Developing Countries During the 1980s: The Impact on Social Services*. Innocent Occasional Papers, Economic Policy Series, No. 18, UNICEF, Florença.

Estevão, J.

- 2004 *Desenvolvimento Económico e Mudança Institucional: O Papel do Estado*. DE Working papers, nº 8-2004/DE/CEsA, Lisboa. http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/WP_DE_CESA2004.pdf.

Felgas, H.

- 1956 *Timor Português*. Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, Lisboa.

Furtado, C.

- 1976 *Teoria e Política do Desenvolvimento Económico*. 2ª edição, Publicações Dom Quixote, Lisboa.

Greenwood, M.

- 2009 Contemporary Internal Migration and Urbanization in Historical Perspective. Pontifical Council for the Pastoral Care of Migrants and Itinerant People, *Quaderni Universitari*, julho 2009. <http://www.colorado.edu/Economics/courses/fall11-4292-001/Contemporary%20Migration.pdf>.

Guterres, A.

- 2003 *Internal Migration and Development in East Timor*. Doctoral Thesis, School of People, Environment and Planning, Massey University, New Zealand. http://mro.massey.ac.nz/bitstream/handle/10179/1922/02_whole.pdf?sequence...

De Haas, H.

- 2007 Turning the tide? Why development will not stop migration. *Development and Change*, 38(5):819–840. [www.heindehaas.com/Publications/de Haas 2007 - Turning the tide - Development and Change 38\(5\).pdf](http://www.heindehaas.com/Publications/de%20Haas%202007%20-%20Turning%20the%20tide%20-%20Development%20and%20Change%2038(5).pdf).

Harris, J. R. e M. P. Todaro

1970 Migration, Unemployment and Development: A Two-Sector Analysis. *The American Economic Review* No. 60: 126–142.

Hodgson, G. M.

1994 *Economia e Instituições: Manifesto por uma economia institucionalista moderna*. Celta Editora, Lisboa.

Hugon, P.

1999 *A Economia de África*. Editora Vulgata, Lisboa.

International Crisis Group

2008 *Timor-Leste's displacement crisis*. Asia Report No. 148, Março 2008. www.crisisgroup.org/~media/Files/asia/south-east-asia/timor-leste/148_timor_leste_displacement_crisis.pdf.

2010 *Managing Land Conflict in Timor-Leste*. Asia Briefing No.110, setembro 2010. www.crisisgroup.org/en/regions/asia/south-east-asia/timor-leste/B110-managing-land-conflict-in-timor-leste.aspx.

International Organization for Migration (IOM)

2011a *Glossary on Migration*. International Migration Law, nº 25, 2nd edition.

2011b IOM Timor-Leste Strategic Plan 2011-2013. http://publications.iom.int/bookstore/free/timor_strategic_plan.pdf.

King, R., R. Skeldon e J. Vullnetari

2008 *Internal and International Migration: Bridging the Theoretical Divide*. IMISCOE Theories of Migration and Social Change Conference, St. Anne's College, 1–3 julho 2008, Oxford. www.imi.ox.ac.uk/pdfs/russell-king-ron-skeldon-and-julie-vullnetari-internal-and-international-migration-bridging-the-theoretical-divide.

Kundu, A.

2008 A Discussion Paper on State Policies towards Internal Migration and Development with Special Reference to Developing Countries. Em: *Migration and Development: Future Directions for Research and Policy*, SSRC Migration & Development Conference Papers No. 6, p. 66. Nova Iorque. www.ssrc.org/workspace/images/crm/new_publication_3/%7B12bf3577-2461-de11-bd80-001cc477ec70%7D.pdf.

Lee, E. S.

1966 A Theory of Migration. *Demography*, 3(1): 47–57. www.students.uni-mainz.de/jkissel/Skripte/Lee.pdf.

Lewis, W. A.

- 1954 *Economic Development with Unlimited Supplies of Labor*. Manchester School of Economic and Social Studies. Manchester. <ftp://ftp-tei.uic.edu/pub/depts/econ/wpaper/cchis/old%20docs533%20S07/Economic%20Development%20with%20Unlimited%20Supplies%20of%20Labour%20-%20Arthur%20Lewis.pdf>.

Martin, P. L. e J. E. Taylor

- 1996 The anatomy of a migration hump. In *Development strategy, employment, and migration: Insights from models* (J.E. Taylor ed.). Edited by J. E. e. Taylor, pp. 43-62. OECD, Paris, p. 43.

Massey, S.D., J. Arango, G. Hugo, A. Kouaouci, A. Pellegrino and J. E. Taylor

- 1998 *Worlds in Motion: Understanding International Migration at the End of the Millennium*. Clarendon Press, Oxford.

Mazumdar, D.

- 1987 Rural-urban migration in developing countries. EM: *Handbook of Regional and Urban Economics* (E. S. Mills ed.), Edition 1 2(2), Elsevier, p. 1097.

Meier, G. M.

- 2004 *Biography of a Subject. An Evolution of Development Economics*. Oxford University Press, Nova Yorque.

Nabi, I.

- 1981 *An empirical analysis of rural-urban migration in less developed economies*. *Economics Letters*, 8(2): 193–199. www.sciencedirect.com/science/article/pii/0165176581900161.

Neupert, R. e S. Lopes

- 2006 *The Demographic Component of the Crisis in Timor-Leste*. London School of Economics, Association for the Study of Ethnicity and Nationalism. www.sneps.net/RD/uploads/THE%20DEMOGRAPHIC%20COMPONENT%20OF%20THE%20EAST%20TIMORESE%20CRISIS%20-%20first%20complete%20draft.pdf.

Peilin, L. e Roulleau-Berger, L. (Eds.)

- 2013 *China's Internal and International Migration*. Routledge, Nova Iorque/Londres.

Peixoto, J.

- 2004 *As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas*. SOCIUS Working Papers, No. 11/2004. <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200411.pdf>.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

- 2002 *Relatório do Desenvolvimento Humano de Timor-Leste, 2002. O caminho à nossa frente.* PNUD, Díli. http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/rdhtl_final.pdf
- 2003 *Relatório de Desenvolvimento Humano de 2003. Objetivos do Desenvolvimento do Milénio: um pacto entre Nações para eliminar a Pobreza Humana.* Edição portuguesa, IPAD, Lisboa.
- 2006 *Relatório de Desenvolvimento Humano em Timor-Leste 2006. O caminho para sair da pobreza: Desenvolvimento rural integrado.* PNUD, Díli. www.undp.org/content/dam/timorleste/docs/library/NHDR_TL_2006_PTV.1.pdf.
- 2009 *Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009. Ultrapassar barreiras: mobilidade e desenvolvimento humanos.* Edição portuguesa, IPAD, Lisboa.
- 2011a *Timor-Leste Human Development Report 2011. Managing Natural Resources for Human Development: Developing the non-oil economy to achieve the MDGs.* PNUD, Díli. www.laohamutuk.org/econ/HDI10/TLHDR2011En.pdf.
- 2011b *Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011. Sustentabilidade e Equidade: um futuro melhor para todos.* Communication Development Incorporated, Washington D.C. www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHGlobais.

Ranis, G.

- 2004 Arthur Lewis' contribution to development thinking and policy. *The Manchester School* 72(6): 712–723. www.econ.yale.edu/~granis/papers/lewis-manchester-2004.pdf.
- 2008 Relationships between Migration and Development. Em: *Migration and Development: Future Directions for Research and Policy*, SSRC Migration & Development Conference Papers No. 3, p. 33–43. Nova Iorque. www.ssrc.org/workspace/images/crm/new_publication_3/%7B12bf3577-2461-de11-bd80-001cc477ec70%7D.pdf.

Ravenstein, E.G.

- 1885 *The Laws of Migration.* *Journal of the Statistical Society of London*, Vol. 48(2): 167–235. <http://blog.lib.umn.edu/globerem/main/Ravenstein.pdf>.

República Portuguesa, Agência Geral do Ultramar

- 1965 *Timor: Pequena monografia.* Agência Geral do Ultramar, Lisboa.

Saldanha, J. M.

1994 *The political economy of East Timor development*. Pustaka Sinar Harapan, Jakarta.

Saldanha, J. M. e H. Costa

1999 *Economic viability of East Timor revisited. Outlook for 21 st Century*. Strategic Development Planning for East Timor Conference, Melbourne, Austrália.

Sachs, J. D.

2006 *O Fim da Pobreza. Como consegui-lo na nossa geração*. Casa das Letras, Alfragide.

Saracoglu, S. e Roe, T.

2004 *Rural-urban Migration and Economic Growth in Developing Countries*. Society for Economic Dynamics. Meeting Papers No. 241, St. Louis.

Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego (SEFOPE)

2012 *SEFOPE: Cinco anos na marcha com o povo, para o Desenvolvimento (2007-2012)*. SEFOPE, Díli.

Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego (SEFOPE) e Direcção Nacional de Estatística de Timor-Leste (DNE)

2010 *Timor-Leste Labour Force Survey 2010*. DEFOPE e DNE, Díli. www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---asia/---ro-bangkok/---ilo-jakarta/documents/publication/wcms_152168.pdf.

Sen, A.

1981 *Pobreza e Fomes. Um ensaio sobre direitos e privações*. Terramar, Lisboa.

1999 *O Desenvolvimento como Liberdade*. Gradiva, Lisboa.

Sequeira, P. J.

1999 *Timor-Leste - Contributo para o estudo dos sistemas agrícolas*. Strategic Development Planning for East Timor Conference, Melbourne, Austrália.

Skeldon, R.

2011 Reinterpreting migration and development. Em: *Migration in the Global Political Economy* (N. Phillips ed.). International Political Economy Yearbook, Vol. 17, , Boulder Lynne Rienner, Boulder, p. 103.

Stiglitz, J.

1998 *Towards a new paradigm for development: strategies, policies and processes*. UNCTAD, Genebra.

Timor-Leste (República Democrática de), Direcção Nacional de Estatística de Timor-Leste (DNE)

- 2006 *Timor-Leste: Censo da População e Habitação 2004: Tabelas Prioritárias Nacionais*. Díli.
- 2008 *Total, Urban and Rural Population: Census 2004*. DNE, Díli.
- 2010 *Timor-Leste: Demographic and Health Survey 2009-10*. ICF Macro, Calverton. www.measuredhs.com/pubs/pdf/FR235/FR235.pdf.
- 2012 *Timor-Leste Population and Housing Census 2010: Analytical Report on Migration and Urbanization*. Vol. 7, Díli.

Timor-Leste (República Democrática de), Ministério das Finanças

- 2011a *Population and Housing Census 2010: Population Distribution by Administrative Areas*. Vol. 2, Díli.
- 2011b *Population and Housing Census 2010: Social and Economic Characteristics*. Vol. 3, Díli.

Torres, A.

- 1996 *Economia do Desenvolvimento e a Interdisciplinidade: da heterodoxia desenvolvimentista à ortodoxia neoclássica*. Em: *Ensaios de homenagem a Manuel Jacinto Nunes*. ISEG/UTL, Lisboa, p. 117. www.adelinotorres.com/trabalhos/teoriasdesenvolvimentojacintonunes.pdf.

Toye, J.

- 2003 *Changing Perspectives in Development Economics*. Em: Chang, Ha-Joon (ed.) *Rethinking Development Economics* (C. Ha-Joon ed.). Anthem Press, Londres, p. 21.

United Kingdom, Department for International Development (DFID)

- 2000 *Eliminação da Pobreza no Mundo: Fazer com que a Globalização Beneficie os Pobres*. Livro Branco sobre Desenvolvimento Internacional. DFID, Norwich.

Ziesemer, T.

- 2011 *Growth with endogenous migration hump and the multiple, dynamically interacting effects of aid in poor developing countries*. *Applied Economics*, Taylor and Francis Journals, 43(30):4865–4878.

8. Anexos

Anexo I: Lista de estudantes envolvidos na recolha de dados primários



UNIVERSIDADE NACIONAL TIMOR LOROSA'E

Avenida Cidade de Lisboa, Díli, Tel. +670-3321251, E-mail: reitoria.untl@gmail.com

No.	Nóme
1	Abelito A. Viegas
2	Aida Maria da Costa
3	Anito Cardoso Ximenes
4	Aquino Pinto Vicente
5	Augusto Tavares
6	Eduardo Alves Rangel
7	Emelia Soares
8	Eusebio da Costa R. Alves
9	Isabel Soares
10	Marta Gusmão

Anexo 2: Lista de investigadores envolvidos na recolha de dados primários



UNIVERSIDADE NACIONAL TIMOR LOROSA'E

Avenida Cidade de Lisboa, Díli, Tel. +670-3321251, E-mail: reitoria.untl@gmail.com

Lista dos Professores

No.	Nóme	Papel
1	Benjamim de Araújo e Corte-Real, Ph.D	Team líder
2	Flaviano S. Soares, Eng.	Punto focal
3	José António Lourenço da Costa, Dr., M.S.	Membro
4	Osório Fernandes Verdial	Membro
5	Fernando Baptista Anuno, M.Sc.	Membro
6	Jacinto H.S. Belo, Dr.	Membro

Anexo 3: Inquérito à população

Inquérito relativo aos processos de migração interna em Timor Leste: causas e consequências para o desenvolvimento regional e coesão social interna

Inkériitu kona-ba prosesu migrasaun iha railaran iha Timor-Leste: Kauza no konsekénsia sira ba dezenvolvimentu rejionál no koezaun sosiál iha railaran

Um consórcio de consultores e investigadores liderados pela UNTL está a realizar uma investigação sobre a relação entre Migrações Internas e Desenvolvimento. Em concreto, o estudo procura conhecer as causas para as migrações internas verificadas ao longo da última década e quais as consequências destas migrações internas para o desenvolvimento de Timor Leste e para a coesão social do país.

Konsultór no investigadór lubun ida ne'ebé UNTL maka lidera hala'ó hela investigasaun ida kona-ba relasaun entre Migrasaun interna no Dezenvolvimentu. Estudu ne'e, iha konkretu, buka hatene-tuir saida maka dudu/ hamosu migrasaun interna ne'ebé ita bele assiste iha tinan sanulu ikus ne'e, no nia konsekuensi mak sá de'it ba dezenvolvimentu Timor-Leste nian nomós konsekuensi ba koezaun sosiál iha railaran.

De entre os objetivos esperados para este estudo destacam-se: i) fornecer um mapeamento com padrões de migrações internas no país, caracterizando os fatores (económicos e não económicos) que motivam os movimentos migratórios; ii) apresentar os impactos dos fluxos migratórios, quer nas regiões de origem, quer nas de destino, a diferentes níveis do desenvolvimento humano.

Husi objetivu ne'ebé estudu ida-ne'e buka kaer toman, ita bele hatutu momoos balun: i) Fornese mapa ida ho padraun kona-ba migrasaun iha railaran, hodi hatudu karakterístika husi fatór oin-oin (ekonómiku no la-ekonómiku) ne'ebé dudu movimentu migratóriu (katak halo ema atu migra bá-mai); ii) Aprezenta impaktu husi ema migra bá-mai ne'e, haree ba impaktu iha fatin-orijen, haree mós ba fatin-destinu, iha nivel oinoin dezenvolvimentu umanu nian.

*Para a concretização deste estudo gostaríamos de contar com a sua colaboração através da resposta às questões colocadas neste questionário. **O anonimato e a confidencialidade da nossa pesquisa estão completamente assegurados. As suas respostas serão exclusivamente utilizadas para fins científicos.** Gostaríamos, também, de enfatizar que não existem respostas certas ou erradas para qualquer questão, pelo que deve simplesmente exprimir as suas opiniões. Ao responder a determinadas questões, assinale a variante a que corresponde à sua opinião ou escreva a sua resposta no espaço indicado.*

Atu konkretiza estudu ida-ne'e, ami hakarak konta ho ita-boot nia kolaborasaun, hodi hatán ba pergunta sira be ami hato'o iha ne'e. **Ami asegura tebetebes anonimatu no**

konfidensialidade/ katak ami rai-metin segredu kona-ba informasaun ne'ebé ita fó. Resposta sira ami uza ba de'it finalidade sientífika. Ami hakarak mós hatete momoos katak la iha resposta LOOS no SALA ba kualkér pergunta ida. Ne'e duni, ita bele fó sai ita-nia opiniaun rasik eh bele mós hakerek ita-nia resposta iha espasu ne'ebé iha.

Existem 49 perguntas neste inquérito. Iha pergunta 49 iha kestionáriu ida-ne'e.

SECÇÃO A: Características dos membros do agregado familiar

(As questões devem ser colocadas para todos os membros do agregado familiar/kestionáriu sira tenke halo/ koloka ba membrus hotuhotu husi agregadu família ida-idak)

Q1: Nome/Naran *(de todos os membros do agregado familiar/ husi membru hotuh tu husi agregadu família nian)*

Q2: Relação entre o chefe de família e cada um dos membros do agregado familiar/ relasaun entre xefe família no membru ida-idak husi agregadu família ne'e:

- | | | |
|--------------------------------------|----------------------------|--------------------------------------|
| A. Mulher - fen | B. Marido - la'en | C. Pai - aman |
| D. Mãe - inan | E. Filho - oan mane | F. Filha - oan feto |
| G. Irmão - maun-alin | H. Irmã - mana | I. Tio - tiun (aman-boot, aman-kiik) |
| J. Tia - tian (inan-boot, inan-kiik) | K. Sobrinho - subriñu | L. Sobrinha - subriña |
| M. Primo - primu | N. Prima - prima | O. Cunhado - cunhado |
| P. Cunhada - cunhada | Q. Avô - avó-mane (amtuak) | R. Avó - avó-feto (intuak) |
- S. Outro grau de parentesco/grau parente seluk. Especifique/ temi ba: _____
- T. Sem grau de parentesco/ la ho grau parente. Especifique/ temi ba: _____

Q3: Sexo:

- A. Feminino/Feto B. Masculino/mane

Q4: Idade (anos completos/tinan kompletu): _____

Q5: Nível de educação/nivel edukasaun:

5.1: *É capaz de ler e escrever/le'e no hakerek hatene (alfabetizado)?*

- A. Sim, sabe ler e escrever/
B. Não, não sabe ler nem escrever / *(passa para Q6/pasa ba Q6)*
C. Sabe fazer contas e/ou ler, mas não sabe escrever/
D. Não sabe responder/la hatene

5.2: *Alguma vez frequentou a escola/dala ruma frekuenta duni eskola?*

- A. Sim B. Não *(passa para Q6/pasa ba Q6)* C. Não sabe/la hatene

5.3: *Qual o mais elevado nível de escolaridade que completou/nivel eskolaridade aas-liu ne'ebé ita completa ona?*

- A. Frequentou a escola mas não completou nenhum nível de ensino/ frekuenta eskola mas la kompleta nivel ruma iha eskola
- B. 1º. Ciclo Ensino Básico/Primária (4º ano) / klase 4
- C. 2º. Ciclo Ensino Básico (6º. ano) / klase 6
- D. 3º. Ciclo Ensino Básico (9º. ano) / SMP / klase 9
- E. Ensino Secundário (12º. ano) / SMA / klase 12
- F. Curso de formação profissional
- G. Bacharel/ D3
- H. Licenciatura/ sarjana
- I. Pós-graduação/pós-graduaun
- J. Mestrado/mestrado
- K. Doutoramento/Doutoramentu

Q3: Estado civil:

- A. Solteiro/a
- B. Divorciado/a, separado/a, viúvo/a
- C. Casado/a
- D. Unido/a de facto / vive maritalmente/ hela hamutuk hanesan fen no laen
- E. Outro/ seluk. Especifique/ temi ba: _____

Q7: Qual a sua religião/ita tuir relijiaun ida ne'ebé?

- A. Católica
- B. Islâmica
- C. Budista
- D. Hindu
- E. Protestante
- F. Outra/seluk. Especifique/ temi ba: ___

Q8: Tem alguma preferência política/iha opsauun politika ruma?

- A. Sim
- B. Não

Q9: Onde vive actualmente/agora hela iha ne'ebé?

9.1: País/nausaun

- A. Timor-Leste
- B. Outro/seluk

9.2: Distrito

- A. Aileu
- B. Ainaro
- C. Baucau
- D. Bobonaro
- E. Covalima
- F. Díli
- G. Ermera
- H. Lautém
- I. Liquiçá
- J. Manatuto
- K. Manufahi
- L. Oecusse
- M. Viqueque

9.2: Subdistrito

(Cartão com todos os existentes codificados/presija sira nian kartaun)

9.3: Suco

(Cartão com todos os existentes codificados/presija sira nian kartaun)

Q10: Viveu sempre no mesmo suco/ita hela iha suku idade'it to'ó agora?

- A. Sim (passe para Q43/ ba Q43)
- B. Não

Q11: *Vive atualmente no mesmo suco onde nasceu/Oras-ne'e daudaun ita hela iha suku ita-nia moris fatin, ka la'e?*

A. Sim (passe para Q14/ ba Q 14) B. Não

Q12: *Onde nasceu/Ita moris iha ne'ebé?*

12.1: *País/nausaun*

A. Timor-Leste B. Outro/seluk

12.2: *Distrito*

A. Aileu B. Ainaro C. Baucau D. Bobonaro
E. Covalima F. Díli G. Ermera H. Lautém
I. Liquiçá J. Manatuto K. Manufahi L. Oecusse
M. Viqueque

12.2: *Subdistrito*

(Cartão com todos os existentes codificados/presija sira nian kartaun)

12.3: *Suco*

(Cartão com todos os existentes codificados/presija sira nian kartaun)

SECÇÃO B: Mobilidade Interna (migração)/ Movimentu iha railaran (migrasaun interna)

(As questões devem ser colocadas para todos os membros do agregado familiar para os quais a resposta à Q10 seja NÃO/ pergunta sira tuirmai ne'e tenke halo ba membru hotuhotu agregadu família nian ne'ebé hatán LAE ba pergunta Q10).

Secção B.1: Situação geral

Q13: *Quando chegou pela primeira vez a este suco (onde vive atualmente)/Hori bainhira maka ita to'o dalauluk liu iha suku ida-ne'e (ita hela-fatin agora daudaun ne'e)?*

Resposta em meses e anos/ resposta iha fulan ka tinan) _____

Q14: *Quando chegou pela última vez a este suco (onde vive atualmente)/Hori bainhira maka ita to'o dalaikus liu iha suku ida-ne'e (ita hela-fatin agora daudaun ne'e)?*

Resposta em meses/ resposta iha fulan) _____

Q15: *Em quantos sucos diferentes já viveu/Iha suku ne'ebé-ne'ebé de'it eh hira ona maka ita hela ona (husi tempu ba tempu)?*

Incluindo o suco de origem/ inclui suku moris-fatin nian) _____

(As questões Q16 a Q23 referem-se sempre à última migração para o atual suco de residência/ Pergunta Q16 to Q23 refere sempre ba imigrasaun ikusliu ba suku ne'ebé oras-ne'e hela daudaun ba)

Q16: Onde vivia antes de mudar para este suco(pela última vez)/ Molok muda ikusliu ba suku ida-ne'e, ita hela iha ne'ebé)?

12.1: País/nausaun

A. Timor-Leste

B. Outro/seluk

12.2: Distrito

A. Aileu

B. Ainaro

C. Baucau

D. Bobonaro

E. Covalima

F. Díli

G. Ermera

H. Lautém

I. Liquiçá

J. Manatuto

K. Manufahi

L. Oecusse

M. Viqueque

12.2: Subdistrito

(Cartão com todos os existentes codificados/presija sira nian kartaun)

12.3: Suco

(Cartão com todos os existentes codificados/presija sira nian kartaun)

Q17: Qual o seu nível de educação quando migrou (pela última vez) para este suco onde vive atualmente/ Ita-nia nivel edukasaun saida, bainhira muda ikusliu mai suku ida ita hela agora daudaun ba?

A. Não tinha nenhum nível de ensino B. 1º. Ciclo Ensino Básico/Primária (4º completo/ la iha nivel edukasaun ida ano) / klase 4

C. 2º. Ciclo Ensino Básico (6º. ano) / klase 6

D. 3º. Ciclo Ensino Básico (9º. ano) / SMP / klase 9

E. Ensino Secundário (12º. ano) / SMA / klase 12

F. Curso de formação profissional

G. Bacharel/ D3

H. Licenciatura/ sarjana

I. Pós-graduação/pós-graduaun

J. Mestrado/mestradu

K. Doutoramento/Doutoramentu

Q18: Qual o seu estado civil quando migrou (pela última vez) para este suco onde vive atualmente/ Ita-nia estadu sivil iha tempu migra/muda (ikusliu) mai suku ne'ebé ita hela agora daudaun?

A. Solteiro/a

B. Divorciado/a, separado/a, viúvo/a

C. Casado/a

D. Unido/a de facto / vive maritalmente/ hela hamutuk hanesan fen no laen

E. Outro/ seluk. Especifique/ temi ba: _____

Q19: Vivia com alguém, na sua anterior residência, quando se mudou (pela última vez) para o atual suco/ iha hela-fatin uluk, ita hela ho ema ruma, molok muda (ikusliu) ba suku agora daudaun ita hela bá?

A. Sim

B. Não (passe para Q24/ ba Q24)

Q20: *Alguém mudou consigo imediatamente da anterior residência para o atual suco onde reside/ Iha ema ruma muda ho ita husi rezidénsia idauluk mai suku ne'ebé agora ita hela daudaun bá?*

A. Sim

B. Não (*passa para Q22/ ba kedas Q22*)

Q21: *Quem mudou consigo imediatamente da anterior residência para o atual suco onde reside/ Sé mak muda ho ita husi rezidénsia idauluk mai suku ne'ebé agora ita hela daudaun bá?*

(Assinalar todas as respostas dadas; admitem-se respostas múltiplas/ tenke fó sinál eh halo apontamentu ba resposta hotu-hotu ne'ebé informante hato'o; sira bele fó resposta liu ida)

A. Mulher - fen

B. Marido - la'en

C. Pai - aman

D. Mãe - inan

E. Filho - oan mane

F. Filha - oan feto

G. Irmão - maun-alin

H. Irmã - mana

I. Tio - tiun (aman-boot, aman-kiik)

J. Tia - tian (inan-boot, inan-kiik)

K. Sobrinho - subriñu

L. Sobrinha - subriña

M. Primo - primu

N. Prima - prima

O. Cunhado - cunhado

P. Cunhada - cunhada

Q. Avô - avó-mane (amtuak)

R. Avó - avó-feto (intuak)

S. Outro grau de parentesco/grau parente seluk. Especifique/ temi ba: _____

Q22: *Alguém se juntou a si, posteriormente, mudando da sua anterior residência para o atual suco onde reside/ Iha ema ruma tan mak mai-tuir ita, muda husi nia rezidénsia idauluk, hodi mai hela (hamutuk ho ita) iha suku ne'ebé agora nia hela daudaun bá?*

A. Sim

B. Não (*passa para Q24/ ba Q24*)

Q23: *Quem se juntou a si, posteriormente, mudando da sua anterior residência para o atual suco onde reside/ Sé mak mai-tuir ita, ikusmai, muda husi nian rezidénsia idauluk, hodi mai (hela hamutuk ho ita) iha suku ne'ebé agora nia hela daudaun bá?*

(Assinalar todas as respostas dadas; admitem-se respostas múltiplas/ hanesan ho leten)

A. Mulher - fen

B. Marido - la'en

C. Pai - aman

D. Mãe - inan

E. Filho - oan mane

F. Filha - oan feto

G. Irmão - maun-alin

H. Irmã - mana

I. Tio - tiun (aman-boot, aman-kiik)

J. Tia - tian (inan-boot, inan-kiik)

K. Sobrinho - subriñu

L. Sobrinha - subriña

M. Primo - primu

N. Prima - prima

O. Cunhado - cunhado

P. Cunhada - cunhada

Q. Avô - avó-mane
(amtuak)

R. Avó - avó-feto (intuak)

S. *Outro grau de parentesco/grau parente seluk. Especifique/ temi ba:* _____

Q24: Antes de se mudar para o atual suco tinha alguma informação sobre as condições de vida e/ou emprego neste local/ Antes atu muda bá/mai suku hela-fatin agora, iha informasaun ruma kona-ba kondisaun vida nian/ ou emprego/servisu iha fatin ne'e?

A. Sim

B. Não (*passse para Q26/ ba kedas Q26*)

Q25: Como obteve essa informação/ Oinsá mak ita hetan/simu informasaun ne'e (sé mak fó informasaun ne'e?

(*Assinalar todas as respostas dadas; admitem-se respostas múltiplas/ hanesan iha leten*)

A. Através de familiares/liuhusi
família ruma

B. Através de amigos/vizinhos/ liuhusi
maluk/ viziñu ruma

C. Através de meios de comunicação
social/ liuhusi meu-komunikasaun
(rádiu, TV, jornal)

D. Através do Governo (mesmo que a nível
distrital)/autoridades locais/ liuhusi gover-
nu/iha nivel lokál

E. Através da Igreja/ liuhusi igreja
(Padre, Madre)

F. Já tinha visitado este local antes/ ita,
uluk, vizita ona fatin ne'e

G. Outros meios/ seluk. Especificar/ temi ba: _____

Q26: Já conhecia alguém a viver neste suco, antes de se mudar/ Ita koñese ona ema ruma iha suku ida-ne'e, molok atu muda mai?

A. Sim

B. Não

Secção B.2: Causas da migração/kauza migrasaun nian

Q27: Porque razão saiu pela primeira vez do suco onde nasceu/origem/ Tan sá maka ita, dalauluk liu, muda husi suku ita moris-fatin?

(*Assinalar todas as respostas dadas; admitem-se respostas múltiplas/ hanesan leten*)

A. Económicas (procurar trabalho/trabalhar /procurar melhores condições
negócio e vida)/ Ekonomia (buka servisu/ atu hadia kondisaun negósiu no vida

B. Estudos (para estudar)/ atu bá eskola / continua estudo

C. Acompanhar família/ akompañã/tuir família

D. Casamento/ kaben

E. Políticas

F. Religião

G. Étnicas/Sociais (problemas no local onde vivia, com comunidade, inserção
social, etc)/ problema étniku/ sosiál

H. Outra /seluk. Especificar/ temi ba: _____

Q28: *Porque razão mudou, pela última vez, para o suco onde vive atualmente?*

(Assinalar todas as respostas dadas; admitem-se respostas múltiplas/ hanesan iha leten)

- A. Económicas (procurar trabalho/trabalhar /procurar melhores condições negócio e vida)/ Ekonomia (buka servisu/ atu hadia kondisaun negósium no vida
- B. Estudos (para estudar)/ atu bá eskola / kontinua estudo
- C. Acompanhar família/ akompañã/tuir família
- D. Casamento/ kaben
- E. Políticas
- F. Religião
- G. Étnicas/Sociais (problemas no local onde vivia, com comunidade, inserção social, etc)/ problema étniku/ sosiál
- H. Outra /seluk. Especificar/ temi ba: _____

Q29: *De quem foi a decisão de se mudar (pela última vez) para o atual suco/ Sé mak foti desizaun hodi muda (ikusliu) bá suku ne'ebé agora daudaun ita hela bá?*

(Assinalar todas as respostas dadas; admitem-se respostas múltiplas)

- A. Do próprio (você mesmo)/ ita rasik
- B. Cónjuge/ fen eh la'en
- C. Filhos/oan
- D. Pais/inan-aman
- E. Outros familiares/ parente sira
- F. Outros/seluk. Especificar / temi ba: ____

Secção B.3: Integração no suco de destino/Hatoman an iha suku hela-fatin foun

Q30: *Quando se mudou (pela última vez) para este suco, teve algum tipo de ajuda de alguém/ Bainhira ita muda ikusliu mai suku ida-ne'e, iha ema ruma fó tulun ba ita?*

- A. Sim
- B. Não (*passé para Q33/ ba Q33*)

Q31: *De quem/ husi sé/ sé mak fé?*

(Assinalar todas as respostas dadas; admitem-se respostas múltiplas)

- A. Familiares (mesmo que não residentes no mesmo suco)/ parente sira, maske sira la hela iha suku ne'e
- B. Amigos/vizinhos (mesmo que não conhecidos previamente; mesmo que não residentes no mesmo suco)/ belun/ viziñu sira, maske sira la hela iha suku ne'e
- C. Governo
- D. Igreja
- E. ONG (Nacionais e/ou Internacionais)
- F. Outra /seluk. Especificar/ temi ba: _____

Q32: Que tipo de ajuda teve/ *Emajuda ka tulun ita oinsá?*

(Assinalar todas as respostas dadas; admitem-se respostas múltiplas – bele fó resposta barak, halo apontamentu ba resposta sira hotu kedas)

- A. Financeira (dinheiro)/ osan
- B. Cedência/oferta de local para viver/ fó fatin atu hela
- C. Cedência/oferta de terra/ oferta/fó rai
- D. Alimentação e/ou oferta de outros bens de primeira necessidade/ ai-han eh fó sasán nesicidade báziku
- E. Ajuda a encontrar casa/ ajuda buka uma atu hela bá
- F. Ajuda a encontrar terra/ ajuda atu hetan rai
- G. Ajuda a encontrar trabalho/ ajuda atu hetan servisu
- H. Outra /seluk. Especificar/ temi ba: _____

Q33: *No atual suco onde reside sente-se integrado na sociedade/comunidade/ Iha suku ne'ebé agora ita hela bá, ita sente toman an di'ak ho maluk sira / comunidade?*

- A. Sim
- B. Não. Justificar porquê / tanba sá mak lae: _____

Q34: *Mantém relações/contacto com pessoas que ficaram no local onde vivia anteriormente/ Ita sei iha nafatin kontaktu ho ema sira iha fatin uluk ita hela bá?*

- A. Sim
- B. Não (*passa para Q36/ ba Q36*)

Q35: *Com quem/ ho sé loos?*

(Assinalar todas as respostas dadas; admitem-se respostas múltiplas)

- A. Familiares do mesmo agregado familiar (com quem vivia antes)/ ho ema husi agregadu familiár rasik (uma-kain rasik)
- B. Outros familiares/ parente sira seluk
- C. Amigos/vizinhos
- D. Instituições (Associações, Igreja, etc)
- E. Outros/seluk. Especificar/temi ba: _____

Q36: *Desde que mudou para o atual suco onde reside, alguma vez visitou o anterior local onde vivia/ Depoizde muda ba suku foun agora ita hela daudaun ne'e, dala ruma ita bá vizita fali ona fatin uluk ita hela bá?*

- A. Sim
- B. Não (*passa para Q38/ ba Q38*)

Q37: *Com que regularidade visita o anterior suco/ Ita vizita dala hira tinan ida (fila-fila) suku idauluk ita hela bá?*

- A. Semanalmente/ semana
- B. Mensalmente/ fulan
- C. Anualmente/ tinan ida dala ida
- D. Esporadicamente/ conforme presiza, lahatene-tuir bainhira
- F. Outros/seluk. Especificar / temi ba: _____

Secção B.4: Consequências/konsekuénsia

Q38: Encontrou, neste suco onde reside atualmente, as condições que considerava importantes quando abandonou o suco anterior/ Ita hetan, iha suku foun ne'e, kondisaun sira-ne'ebé ita hanoin impotante bainhira ita husik hela suku idauluk?

A. Sim

B. Não. Justificar porquê / tanba sá mak lae: _____

Q39: Em relação a cada um dos itens abaixo, indique como considera a sua atual situação no suco onde vive, relativamente à situação que tinha no local onde vivia anteriormente/ Iha relasaun ba pontu sira tuirmai ne'e, ita kompara took ho situasaun aktuál iha suku agora nian ho situasaun iha fatin idauluk nian (ne'ebé mak diakliu) :

39.1: Acesso a produtos básicos (alimentação e bens higiene)/ Asesu ba produktu báziku (ai-han no ijiene ne'ebé diak)

A. Melhor/diakliu

B. Pior/a'atliu

C. Igual/henesan de'it

D. Não sabe/ la hatene

39.2: Acesso a bens de vestuário/ Asesu ba vestuario

A. Melhor/diakliu

B. Pior/a'atliu

C. Igual/henesan de'it

D. Não sabe/ la hatene

39.3: Acesso a saúde/ Asesu ba saúde

A. Melhor/diakliu

B. Pior/a'atliu

C. Igual/henesan de'it

D. Não sabe/ la hatene

39.4: Acesso a educação/escolas (quando aplicável)/ asesu ba edukasaun/eskola (kuandu iha)

A. Melhor/diakliu

B. Pior/a'atliu

C. Igual/henesan de'it

D. Não sabe/ la hatene

39.5: Acesso a transportes públicos/ asesu ba transporte públiku)

A. Melhor/diakliu

B. Pior/a'atliu

C. Igual/henesan de'it

D. Não sabe/ la hatene

39.6: Condições de habitação (incluindo saneamento básico, tipo de habitação, etc)/ Kondisaun abitasaun eh hela-fatin (hanesan saneamentu báziku, tipu abitasaun etc.)

A. Melhor/diakliu

B. Pior/a'atliu

C. Igual/henesan de'it

D. Não sabe/ la hatene

39.7: Condições económicas e emprego/ Kondisaun ekonomia no empregu

A. Melhor/diakliu

B. Pior/a'atliu

C. Igual/henesan de'it

D. Não sabe/ la hatene

39.8: Acesso a informação e cultura/ Asesu ba informasaun no buat matenek nian (kultura)

- A. Melhor/diakliu
C. Igual/henesan de'it
39.9: *Segurança/seguransa*
- B. Pior/a'atliu
D. Não sabe/ la hatene

- A. Melhor/diakliu
C. Igual/henesan de'it
39.10: *Inserção/participação social (pertença a associações, integração na comunidade onde vive, discriminação social, religiosa, étnica, política, etc)/ Partisipasaun sosiál (pertense ba asosiasaun, integra ba comunidade iha fatin hela bá, diskriminasaun sosiál, relijioza, étnika, etc.)*
- B. Pior/a'atliu
D. Não sabe/ la hatene

- A. Melhor/diakliu
C. Igual/henesan de'it
39.10: *Condições de vida (geral)/ Kondisaun moris-nian/jéral*
- B. Pior/a'atliu
D. Não sabe/ la hatene

- A. Melhor/diakliu
C. Igual/henesan de'it
- B. Pior/a'atliu
D. Não sabe/ la hatene

Q40: *Envia remessas (dinheiro ou bens) para o seu suco de origem/onde vivia antes/Haruka osan ba fali suku uluk ita hela bá?*

- A. Sim
B. Não

Q41: *Que tipo de remessas/ Ita haruka saida de'it ba ita-nia família/ parente sira (pengiriman)?*

- A. Dinheiro/ osan
B. Espécie (bens) /sasán oinsá
C. Ambos (dinheiro e bens) / sasán no osan

Q42: *Com que regularidade envia remessas para o seu suco de origem/onde vivia antes*

- A. Semanalmente/ semana
C. Anualmente/ tinan ida dala ida
- B. Mensalmente/ fulan
D. Esporadicamente/ conforme presiza, lahatene-tuir bainhira

F. Outros/seluk. Especificar / temi ba: _____

(Nota: se possível, indique quantidades das remessas – bele karik, temi mós kuantidade)

Q43: *Que conselho daria a um amigo/familiar que quisesse migrar para este suco, onde reside atualmente/ Konsellu sá-ida maka ita sei fó ba amigu/parente ruma ne'ebé hakarak muda ba ita-nia suku agora ita hela daudaun bá?*

- A. Aconselhava a vir para aqui/ akonsella atu mai hela iha ne'e
B. Aconselhava a não vir para aqui/ ou keta mai hela iha ne'e
C. Não dava conselhos/ ou la fó konsellu ruma
D. Outro/seluk. Especificar/temi ba: _____

Q44: Quais são os seus planos para o futuro próximo/ Ita iha planu sá de'it ba tempu oin besik mai ne'e?

- A. Permanecer neste suco/ hela metin ona iha suku ida-ne'e
- B. Regressar por um período ao suco de origem e depois voltar para o atual suco/ sei fila ba ita-nia suku idauluk to'o tempu ruma, hafoin sei filafali mai iha suku ida-ne'e
- C. Regressar definitivamente ao suco de origem/ filafali hodi oin ba suku idauluk, hodi hela difinitivu, la fila mai ona
- D. Mudar para um terceiro suco (não o atual e não o de origem)/ muda tutan ba suku seluk ida tan, la'ós idaikus
- E. Emigrar para outro país/ Emigra ba nasaun seluk
- F. Sem planos definitivos/ la iha planu definitivu
- G. Outro/seluk. Especificar/temi ba: _____

SECÇÃO C: Migração e retorno ao suco de origem/ Migrasaun no fila bá suku orijen

(As questões desta secção devem ser colocadas para todos os membros do agregado familiar para os quais a resposta à Q10 seja NÃO e à Q11 seja SIM)/ Kestaun sira iha sesaun ida-ne'e tenke koloka ba membru hotu iha agregadu familiár sira-ne'ebé hatán NÃO/ LA'E iha resposta ba Q10 no sira-ne'ebé hatán SIM iha resposta ba Q11).

Q45: Quanto tempo seguido viveu fora do suco de origem/ tempu hira ona maka ita hela sai tiha husi ita-nia suku orijen?

_____ (Resposta em meses)

Q46: Porque razão retornou ao suco onde nasceu/origem/ Tansá mak ita ikusmai filafali ba ita-nia suku moris-fatin?

(Assinalar todas as respostas dadas; admitem-se respostas múltiplas)

- A. Económicas/ ekonomia
- B. Passou a haver trabalho no suco de origem/ tanba hetan fali servisu iha suku orijen
- C. Não conseguiu encontrar trabalho no anterior suco onde estava / La konsege hetan servisu iha suku hela-fatin ikus
- D. Ficou desempregado e regressou para junto da família/ Lakon tiha servisu no filafali ba hela hamutuk ho família
- E. Não gostou do trabalho no suco onde estava/ La gosta servisu iha suku ne'ebé agora ita hela daudaun bá
- F. A família passou a ter outros rendimentos/ Família hetan tan rendimentu selu-seluk
- G. Deixou de trabalhar/reformou-se/ Husik ona servisu/tama ona reforma
- H. Ficou doente/ moras

I. Decidiu ficar junto da família/ ita decide hela ona de'it ho família

J. Casamento

K. O seu suco passou a ter melhores condições (serviços públicos, acessos/estradas, etc)/ Ita nia suku iha ona kondisaun ne'ebé diakliu uluk (servisu públiku, asesu ba buat oinoin/estrada sira etc.)

L. Políticas

M. Religião

N. Étnicas /Sociais (problemas no local onde vivia, com comunidade, inserção social, falta de adaptação, etc)/ Problema étniku/sosiál iha fatin uluk ita hela bá, insersaun sosiál, la toman an ba comunidade foun (falta de adaptação)etc.)

O. Outras/seluk. Especificar/temi ba: _____

Q47: Enquanto esteve fora do seu suco de origem, obteve algum tipo de formação? (formal ou informal, profissional, académica, valorização)/ Bainhira hela-sai husi suku moris-fatin, ita tuir formasaun/ treinamentu ruma (formál, informál, profisionál, akadémiku, valorizasaun ba ita an etc.)

A. Sim

B. Não

Q48: Enquanto esteve fora do seu suco de origem teve algum trabalho que lhe tenha permitido obter rendimentos/ Bainhira hela-sai husi suku moris-fatin, ita hetan servisu ruma ne'ebé fó rendimentu ba ita?

A. Sim

B. Não

Q49: A migração permitiu-lhe/foi importante para que hoje tenha uma vida melhor?

A. Sim

B. Não

Fim/fin

*Muito obrigado pela sua colaboração!
Obrigada barak ba ita boot nia colaboração!*

Anexo 4: Questionário utilizado no inquérito aos Chefes de Suco do Distrito de Díli

Inquérito relativo aos processos de migração interna em Timor Leste: causas e consequências para o desenvolvimento regional e coesão social interna

Inkérítu kona-ba prosesu migrasaun iha railaran iha Timor-Leste: Kauza no konsekénsia sira ba dezenvolvimentu rejionál no koezaun sosiál iha railaran

Um consórcio de consultores e investigadores liderados pela UNTL está a realizar uma investigação sobre a relação entre Migrações Internas e Desenvolvimento. Em concreto, o estudo procura conhecer as causas para as migrações internas verificadas ao longo da última década e quais as consequências destas migrações internas para o desenvolvimento de Timor Leste e para a coesão social do país.

Konsultór no investigadór lubun ida ne'ebé UNTL maka lidera hala'ó hela investigasaun ida kona-ba relasaun entre Migrasaun interna no Dezenvolvimentu. Estudu ne'e, iha konkretu, buka hatene-tuir saida maka dudu/ hamosu migrasaun interna ne'ebé ita bele assiste iha tinan sanulu ikus ne'e, no nia konsekuensi mak sá de'it ba dezenvolvimentu Timor-Leste nian nomós konsekuensi ba koezaun sosiál iha railaran.

De entre os objetivos esperados para este estudo destacam-se: i) fornecer um mapeamento com padrões de migrações internas no país, caracterizando os factores (económicos e não económicos) que motivam os movimentos migratórios; ii) apresentar os impactos dos fluxos migratórios, quer nas regiões de origem, quer nas de destino, a diferentes níveis do desenvolvimento humano.

Husi objetivu ne'ebé estudu ida-ne'e buka kaer toman, ita bele hatutu momoos balun: i) Fornese mapa ida ho padraun kona-ba migrasaun iha railaran, hodi hatudu karakterístika husi fatór oin-oin (ekonómiku no la-ekonómiku) ne'ebé dudu movimentu migratóriu (katak halo ema atu migra bá-mai); ii) Apresenta impaktu husi ema migra bá-mai ne'e, haree ba impaktu iha fatin-orijen, haree mós ba fatin-destinu, iha nivel oinoin dezenvolvimentu umanu nian.

*Para a concretização deste estudo gostaríamos de contar com a sua colaboração através da resposta às questões colocadas neste questionário. **O anonimato e a confidencialidade da nossa pesquisa estão completamente assegurados. As suas respostas serão exclusivamente utilizadas para fins científicos.** Gostaríamos, também, de enfatizar que não existem respostas certas ou erradas para qualquer questão, pelo que deve simplesmente exprimir as suas opiniões. Ao responder a determinadas questões, assinale a variante a que corresponde à sua opinião ou escreva a sua resposta no espaço indicado.*

Atu konkretiza estudu ida-ne'e, ami hakarak konta ho ita-boot nia kolaborasaun, hodi hatán ba pergunta sira be ami hato'o iha ne'e. **Ami asegura tebetebes anonimatu no konfidensialidade/ katak ami rai-metin segredu kona-ba informasaun ne'ebé ita fó.**

Resposta sira ami uza ba de'it finalidade sientífika. Ami hakarak mós hatete momoos katak la iha resposta LOOS no SALA ba kualkér pergunta ida. Ne'e duni, ita bele fó sai ita-nia opiniaun rasik eh bele mós hakerek ita-nia resposta iha espasu ne'ebé iha.

Existem 18 perguntas neste inquérito.

Iha pergunta 18 iha kestionáriu ida-ne'e.

SECÇÃO A: Características do Suco/Característica Suco nian

Q1: Nome do Suco / Suco nia Naran: _____

Q2: Número de habitantes (atual, em 2012)/ *Emá nain hira iha Suco nee:* _____

Q3: Número de famílias (atual, em 2012) / Família hira: _____

Q4: Destas infraestruturas indique as que existem no suco / Infraestrutura hirak nee ida nebe mak iha suco nee nia laran:

(Indique todas as que existem. Pode escolher várias respostas / Bele escolha resposta hirak nee)

A. Pré-escola

B. Escola básica (1º ciclo: 1ª a 4ª classe)

C. Escola básica (2º ciclo: 5ª a 6ª classe)

D. Escola básica (3º ciclo: 7ª a 9ª classe)

E. Escola Secundária (10ª a 12ª classe)

F. Universidade

G. Escola Técnico-Profissional

H. Posto/Centro médico ou hospital

I. Água potável (rede pública) /Bé mos (Bé torneira)

J. Esgotos (rede pública) / Valeta nebe Estado halo

K. Eletricidade (rede pública)

L. Rede telefone

M. Lugares onde fazem cursos de formação de curta duração (exemplo: línguas, informática, etc) / iha fatin nebe emá fo curso ho tempo badak (hanesan língua, informática, no sel-seluk tan)

N. Lojas/mercado (vende roupa, produtos higiene, produtos não alimentares) / Iha Loja nebe faan los deit roupa, sabão haris, sabão fase roupa, ho buat sel-seluk la inclui ai-han

O. Supermercado/mercado rua (produtos alimentares) / Iha mercado nebe faan los deit ai-han

P. Cafés/restaurantes / Iha restaurante ou Bar café nian

Q. Hotel

R. Praia / Iha Tasi

S. Igreja ou Capela

T. Outros / Sel-seluk tan: _____

**SECÇÃO B: Migrações/deslocação de pessoas: Número, origem e perfil/
Migração/Ema nain hira mak mai iha suco nee, husi nebe, Feto nain
hira, mane nain hira no sel-seluk tan**

Q5: Entre 1975 e 1999 a população do suco (responda de acordo com a sua opinião, mesmo que não tenha dados estatísticos) / Desde tinan 1975 to 1999 população suco nian (Bele hatan tuir buat nebe ita hanoin, maski seidauk dado estatístico):

- A. Cresceu / População aumenta
- B. Reduziu / População menos
- C. Manteve-se (mais ou menos igual) /Nafatin deit (la aumenta e la diminui)
- D. Não sabe/não responde / Lahatene/ lalika hatan

Q6: Entre 2000 e 2006 a população do suco (responda de acordo com a sua opinião, mesmo que não tenha dados estatísticos) / Desde tinan 2000 to 2006 população suco nian (Bele hatan tuir buat nebe ita hanoin, maski seidauk dado estatístico):

- A. Cresceu / População aumenta
- B. Reduziu / População menos
- C. Manteve-se (mais ou menos igual) /Nafatin deit (la aumenta e la diminui)
- D. Não sabe/não responde / Lahatene/ lalika hatan

Q7: Desde 2007 a população do suco (responda de acordo com a sua opinião, mesmo que não tenha dados estatísticos) / Husi tinan 2007 população suco (Bele hatan tuir buat nebe ita hanoin, maski laiha dados estatístico):

- A. Cresceu / População aumenta
- B. Reduziu / População menos
- C. Manteve-se (mais ou menos igual) /Nafatin deit (la aumenta e la diminui)
- D. Não sabe/não responde / Lahatene/ lalika hatan

Q8: A partir de 2007 o suco tem recebido muitas pessoas vindas de fora? / Husi tinan 2007 suco simu ema barak husi liur?

- A. Sim
- B. Não (inquérito termina) / lae (se lae inquérito termina)
- C. Não sabe/não responde (inquérito termina)/ La hatene/ lalika hatan

Q9: As pessoas que têm chegado a este suco vêm sobretudo de: / Ema hirak nebe mai iha suco nee liu -liu mai husi

(Indique todas as opções. Pode escolher várias respostas) / (Bele hili resposta hirak iha kraik nee)

- A. Outros países (internacionais) / Nação seluk (Internacional)
- B. Outros Distritos de Timor-Leste (responda à Q10) / Husi Distrito seluk Timor -Leste (Se hili opção número 2 hatan pergunta número 10)
- C. Outros sucos de Díli / Suco seluk husi Díli
- D. Não sabe/não responde / La hatene/ lalika hatan

Q10: Apenas se escolheu a opção 2 na Q9: Que Distritos? (indique todas as opções. Pode escolher várias respostas)/Se hili ona opção número 2 iha pergunta leten nee, agora bele hatan pergunta hirak nee: Husi Distrito nebe? (Bele hili resposta hirak iha kraik nee)

- | | | | |
|-------------|-------------|-------------|-------------|
| A. Aileu | B. Ainaro | C. Baucau | D. Bobonaro |
| E. Covalima | F. Díli | G. Ermera | H. Lautém |
| I. Liquiçá | J. Manatuto | K. Manufahi | L. Oecusse |
| M. Viqueque | | | |

Q11: Que pessoas chegam a este suco? / Se deit mak mai iha suco nee

11.1: Por sexo:/Tuir sexo:

- A. Sobretudo mulheres / Liu- liu feto
- B. Sobretudo homens / liu-liu mane
- C. Ambos (homens e mulheres em número parecido) /Feto ho mane
- D. Não sabe/não responde / La hatene/lalika hatan

11.2: Por grupos de idade: (indique todas as opções. Pode escolher várias respostas)/Tuir grupo idade (Bele hili resposta hirak iha kraik nee)

- A. Crianças e jovens / Labarik no Jovens
- B. Adultos em idade de trabalhar / Ema boot nebe iha serviço ona
- C. Idosos /Ferik no katuas
- D. Não sabe/não responde / La hatene/lalika hatan

SECÇÃO C: Migrações/deslocação de pessoas: Causas/Tan sa mak ema mai iha Suco nee

Q12: As pessoas que chegam a este suco vêm sobretudo porque razões? (indique todas as opções. Pode escolher várias respostas)/Razão saida mak hodi ema sira nee mai too iha suco nee? (Bele hili resposta hirak iha kraik nee)

- A. Estudar / Estuda
- B. Trabalhar / Atu buka serviso, ou hetan serviso
- C. Procurar segurança / Atu bele hetan fatin nebe fo segurança
- D. Para casar / Atu kaben
- E. Para vir ter com família (marido/mulher, filhos, outros familiares) / Atu bele mai hela hamutuk ho família
- F. Outras. Quais: / Sel - seluk tan. Hanesan saida?_____
- G. Não sabe/não responde / La hatene/lalika hatan

Q13: As pessoas escolhem especificamente este suco (vêm para este suco e não para qualquer outro suco), ou escolhem vir para Díli independentemente do suco (escolhem este suco, como poderiam escolher qualquer outro suco de Díli)? / Ema hirak be mai iha Díli nee hakarak duni hela iha suco nee , ou bele mos suco qualquer iha Díli laran?

- A. Escolhem especificamente este suco (vêm especificamente para este suco e não para outro suco qualquer) / *Emā hirak be mai iha suco nee hakarak hela deit iha suco nee*
- B. Escolhem vir para Díli (vêm para este suco, como poderiam vir para qualquer outro suco de Díli) (*passa para Q15*) / *Emā hirak be mai iha Díli nee hakarak hela deit iha suco nee, ou bele mos ba hela iha qualquer suco iha Díli laran (passa ba pergunta no.15, labele hatan pergunta no.14)*
- C. Não sabe/não responde (*passa para Q15*) / *La hatene/ lalika hatan (passa ba pergunta no.15, labele responde pergunta no.14)*

Q14: As pessoas que chegam a este suco escolhem especificamente este suco e não qualquer outro suco de Díli, porque razão? (pode escolher várias opções)/*Emā hirak nee hili suco ida nee tanba saida? (Bele hili resposta hirak iha kraik nee)*

- A. Porque este suco é seguro (sem episódios de violência) / *Tanba suco nee laiha violência, calma laiha problema*
- B. Porque as famílias vivem aqui / *Tanba familia hela iha fatin nee*
- C. Porque as casas neste suco são mais baratas (relativamente à média de Díli) / *Tanba uma iha suco nee barato liu*
- D. Porque existem terras e/ou casas para alugar/comprar / *Tanba iha rai ou uma atu bele sosa ou aluga*
- E. Porque este suco é geograficamente central (perto do centro da cidade) / *Tanba suco nee besik cidade no iha asseso ba buat hotu-hotu*
- F. Porque neste suco existem muitas infraestruturas/facilidades que atraem (exemplo: cafés, restaurantes, escolas, centros saúde, água, etc) / *Tanba iha suco nee iha facilidade atu hetan asseso hanesan (restaurante, escola, hospital, bé no buat sel-seluk tan)*
- G. Por outras razões: / *Razão seluk _____*
- H. Não sabe/não responde / *La hatene/ lalika hatan*

SECÇÃO D: Migrações/deslocação de pessoas: Consequências no destino/ Consequência saida mak ema hetan iha suco nee

Q15: Com o aumento da população do suco (que em parte se deve às pessoas migrantes que chegam), sente que: (escolha todas as opções que considere ser verdadeiras)/*Saida mak acontece quando população suco nee aumenta? (Tau sinal iha resposta hirak nebe tuir ita nia hanoin los)*

- A. Surgiram novas associações/organizações / *Mosu organização foun*
- B. Há um maior número de habitantes do suco desempregados / *Iha ema barak iha suco nebe laiha serviço*
- C. Há terras ou casas ocupadas (ilegalmente) no suco / *Emā hirak nee ocupa rai no uma barak*
- D. Há escolas para todos os habitantes do suco / *Iha escola ba ema hotu-hotu iha suco laran nee*

E. Há água potável acessível a todos no suco / *Iha suco nee iha Bé mos ba ema hotu*

F. Há problemas de esgotos no suco / *Iha problema valeta foer iha suco nee*

G. Há mais lojas/mercados no suco / *Iha mercado no lojas barak iha suco nee*

H. Há mais casos de insegurança/violência no suco / *Iha problema barak iha suco nee, violência*

I. Não sabe/não responde / *La hatene/ lalika hatan*

Q16: As consequências que indicou na Q15 são consequências específicas para este suco, ou são consequências para a cidade de Díli? / *Consequência hirak nebe mak dehan tiha ona nee ba suco nee deit ou ba suco iha Díli laran hotu?*

A. São consequências específicas para este suco / *Consequência ba suco nee deit*

B. São consequências genéricas para a cidade de Díli / *Consequência ba Cidade hot-hotu iha Díli laran*

C. São consequências para este suco e para a cidade de Díli / *Consequência ba suco nee nomos ba Cidade Díli*

D. Não sabe/não responde / *La hatene/ lalika hatan*

SECÇÃO D: Recomendações

Q17: Considera que a deslocação de pessoas para este suco tem tido efeitos positivos para o suco? / *Tuir ita nia hanoin ema hirak be mai iha suco nee fo efeito diak ba suco ne?*

A. Sim B. Não/Lãe C. Não sabe/não responde / *La hatene/ lalika hatan*

Q18: O que recomenda que seja feito para melhorar a situação que se vive atualmente neste suco? / *Tuir ita nia hanoin saida mak bele halo, atu bele ajuda hadia diak liu tan situação moris suco nee nian?*

Fim/fin

*Muito obrigado pela sua colaboração!
Obrigada barak ba ita boot nia colaboração!*

84 Anexo 5: Tabelas de apuramento de resultados do Recenseamento de 2010 relevantes

Tabela 5: Local de Nascimento versus Local de residência por distrito

	Local de nascimento (Distrito)												
	Ainaro	Aileu	Baucau	Bobonaro	Covalima	Díli	Ermera	Liquiça	Lautem	Manufahi	Manatuto	Oecusse	Viqueque
Ainaro	56,297	268	72	195	173	283	141	28	25	468	44	21	24
Aileu	957	38,374	341	119	83	2,634	499	81	35	214	161	45	60
Baucau	151	151	105,185	122	85	1,240	120	95	624	79	254	138	1,578
Bobonaro	111	36	108	86,828	1,467	606	929	168	52	51	49	62	69
Covalima	169	45	59	1,694	55,720	247	101	30	37	45	31	32	45
Díli	7,629	5,829	15,904	12,291	4,691	127,089	9,17	5,030	8,304	4,674	5,654	3,846	11,330
Ermera	413	360	125	842	79	677	112,921	735	38	61	72	105	107
Liquiça	102	98	135	580	93	951	739	59,535	74	73	120	188	113
Lautem	40	38	358	68	31	505	46	113	58,099	40	65	16	107
Manufahi	959	179	96	230	98	621	75	38	50	45,408	348	53	146
Manatuto	78	112	349	72	62	549	49	76	57	176	39,577	49	342
Oecusse	33	77	76	84	42	259	42	39	36	112	29	61,844	62
Viqueque	53	36	749	56	32	583	39	28	100	58	93	53	67,426
Total residência	66,992	45,603	123,557	103,181	62,656	136,244	124,868	65,996	67,531	51,459	46,497	66,452	81,409

Fonte: DNE, 2012 (adaptado)

Tabela 6: Distrito de residência atual versus anterior Distrito de residência (migração recente)

Distrito residên- cia atual	Local de nascimento (Distrito)													
	Total	Ainaro	Aileu	Bau- cau	Bobo- naro	Cova- lima	Díli	Erme- ra	Liqui- ca	Lau- tem	Ma- nufahi	Mana- tuto	Oe- cusse	Vique- que
Total	174,612	10,418	7,486	22,789	18,896	8,296	24,224	14,420	7,527	12,579	6,944	7,698	8,621	13,823
Ainaro	2,928	1,328	134	55	180	163	253	138	28	21	444	42	22	23
Aileu	4,454	729	1,383	81	81	66	1,168	387	71	23	178	150	43	36
Baucau	11330	78	77	7,041	105	35	1,497	104	81	503	65	210	126	1,086
Bobonaro	7,546	69	35	61	4,527	370	697	807	149	37	38	39	65	52
Covalima	5,924	136	39	33	1,361	3,123	249	84	22	36	38	24	29	40
Díli	105,477	6,682	5,156	13,811	11,162	4,169	15,938	8,174	4,566	7,211	4,075	4,904	3,462	9,596
Ermera	7,327	341	250	118	537	55	707	3,947	465	29	56	69	97	84
Liquiça	5,207	85	78	124	487	70	986	572	1,965	49	66	108	181	104
Lautem	6,132	25	34	338	69	21	655	37	15	4,453	33	59	13	95
Manufahi	4,549	828	149	84	187	99	579	64	37	40	1,752	237	45	127
Manatuto	3,589	58	80	307	65	60	556	41	73	48	115	1,738	41	262
Oecusse	5,951	22	41	70	74	42	320	36	28	36	38	27	4,458	56
Viqueque	4,198	37	30	666	61	23	619	29	27	93	46	91	39	2,262

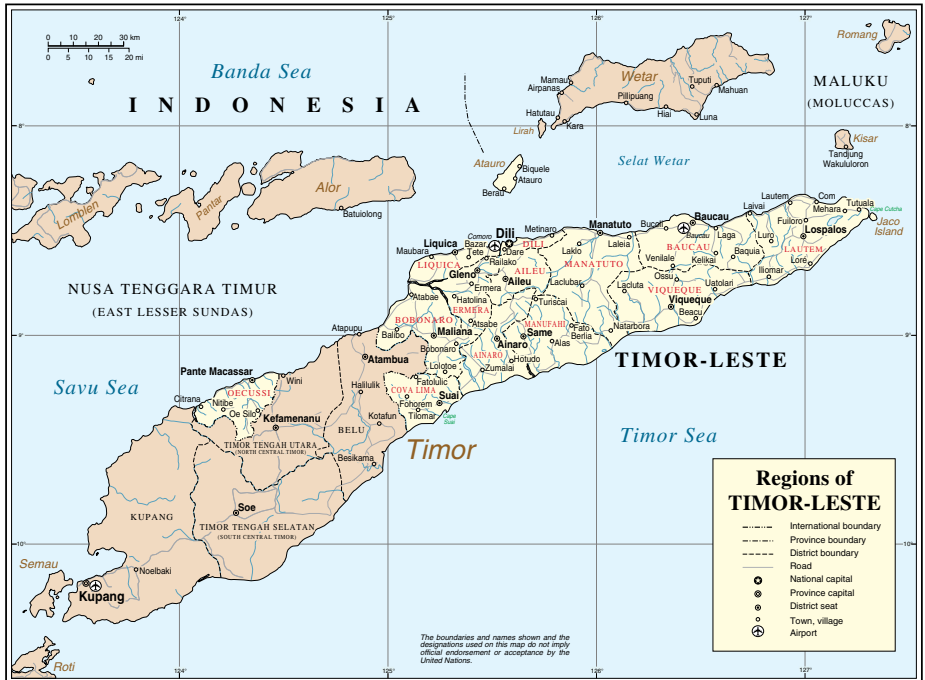
Fonte: DNE, 2012 (adaptado)

Tabela 7: Imigrantes internacionais por Distrito

Distrito	N	% do total
Ainaro	109	0.94
Aileu	62	0.54
Baucau	338	2.93
Bobonaro	664	5.75
Covalima	792	6.86
Díli	7,126	61.77
Ermera	402	3.48
Liquiça	371	3.22
Lautem	250	2.17
Manufahi	313	2.71
Manatuto	161	1.4
Oecusse	779	6.75
Viqueque	170	1.47
Total	11,537	99.99

Fonte: DNE, 2012 (adaptado)

Anexo 6: Mapa de Timor-Leste



Map No. 4117 Rev. 6 UNITED NATIONS
March 2007

Department of Peacekeeping Operations
Cartographic Section

Fonte: Nações unidas.

Qual é o impacto da migração interna no desenvolvimento humano em Timor-Leste?

Este estudo procede a um mapeamento das migrações internas em Timor-Leste, caracterizando os fatores económicos e não económicos que motivam os movimentos migratórios e apresentando uma síntese dos impactos dos fluxos migratórios sobre as diferentes componentes do desenvolvimento humano, quer nas regiões de origem, quer nas de destino. Para além dos aspetos estritamente económicos, as migrações internas em Timor Leste encontram também explicação noutros fatores, tais como o acesso a oportunidades de educação e a serviços sociais essenciais, entre outras causas forçadas (como as migrações pós-conflito) ou induzidas (como as migrações associadas ao barlaque ou aos casamentos), sendo ainda incentivadas pelas redes sociais alargadas e pelo apoio da Igreja e do Estado.

Cruzando as teorias das migrações com as teorias do desenvolvimento, o estudo aborda a história recente de Timor-Leste e demonstra que as migrações internas contemporâneas neste país podem ser divididas em fases distintas. Por sua vez, esta análise diacrónica permite construir uma tipologia que revela a natureza complexa deste fenómeno e que permite apoiar a formulação de políticas estratégicas sobre migrações internas.

